UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

CAROLINA BRATFISCH PRADO DE SOUZA

**Configurações Organizativas na Busca por Melhores Condições
de Vida:
O Centro de Educação Popular, das reivindicações ao
atendimento.**

São Paulo
2008

CAROLINA BRATFISCH PRADO DE SOUZA

Configurações organizativas na busca por melhores condições de vida: O Centro de Educação Popular, das reivindicações ao atendimento.

Dissertação apresentada ao Instituto de
Psicologia da Universidade de São Paulo
para qualificação para obtenção do título de
Mestre em Psicologia Social

Área de Concentração: Psicologia Social e do
Trabalho

Orientadora: Professora Dra. Leny Sato

São Paulo

2008

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES TRABALHOS, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Souza, Carolina Bratfisch Prado de.

Configurações organizativas na busca por melhores condições de vida: o centro de educação popular, das reivindicações ao atendimento / Carolina Bratfisch Prado de Sousa; orientadora Leny Sato. -- São Paulo, 2008.

143 p.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social e do Trabalho) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Psicologia social 2. Movimentos sociais 3. Educação popular
4. Modo de vida I. Título.

HM251

FOLHA DE APROVAÇÃO

Carolina Bratfisch Prado de Souza

Formas Organizativas na busca por melhores condições de vida: O Centro de Educação Popular, das reivindicações ao atendimento.

**Dissertação apresentada ao Instituto de
Psicologia da Universidade de São Paulo
para qualificação para obtenção do título
de Mestre
Área de Concentração: Psicologia Social e
do Trabalho**

Aprovada em: _____

Banca Examinadora

Prof.: _____

Instituição: _____ **Assinatura:** _____

Prof.: _____

Instituição: _____ **Assinatura:** _____

AGRADECIMENTOS

Ao meu querido Lísias, só eu e você sabemos o quanto o seu apoio e sua paciência infintos contribuíram para que eu finalizasse esta dissertação! E à nossa tão amada pequena Clara, por existir!

Aos participantes do Centro de Educação Popular da Vila Nossa Senhora Aparecida, com quem pude conversar e aprender um pouco sobre o que é ser morador e trabalhador na periferia de São Paulo.

À professora Leny, pela leitura atenta dos meus textos e pelas sugestões que tanto apoiaram a condução da pesquisa e elaboração e aprimoramento desta dissertação.

À Sônia, cujo trabalho na vila passei a admirar! Obrigada pelo apoio, esclarecendo minhas dúvidas e deixando as portas do CEP abertas para esta pesquisa!

Ao Aragão, Rui, Claudi, Minéia, Maria e irmã Pilar, por conceder seu tempo e fala preciosos. Obrigada por compartilharem suas experiências comigo.

À Sirley, amiga e mãe, pelo constante apoio emocional, pelo incentivo para que eu seguisse adiante e pela leitura e comentários sobre a dissertação.

À Lú, pelo apoio na revisão da tradução.

Ao Edu Nunes, pela leitura atenta do texto de qualificação e pelos comentários difíceis, mas sempre pertinentes e que muito me apoiaram para seguir no aprimoramento da dissertação.

Ao Eduardo Serrano, pelo ajuda e incentivo na análise das entrevistas.

Aos orientados da Leny, pela rica troca de experiências e pensamentos, durante as poucas reuniões em que pude comparecer.

RESUMO

SOUZA, Carolina Bratfisch Prado. **Formas Organizativas na busca por melhores condições de vida: O Centro de Educação Popular, das reivindicações ao atendimento**, 2008, 141 p. Dissertação (Mestrado). Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo São Paulo, 2008.

O objetivo deste estudo foi pesquisar os diferentes processos organizativos que configuraram o Centro de Educação Popular da Vila Nossa Senhora Aparecida (CEP-VNSA), que se iniciou como movimento social formado por moradores de uma favela na periferia leste da cidade de São Paulo, na década de 1980 e que atua hoje como entidade social prestadora de serviços de educação para crianças e jovens moradores da vila. A pesquisa configurou-se no campo de estudo da Psicologia Social, tendo como estratégia teórico-metodológica a análise de discurso e como escopo teórico a leitura de configurações organizativas como processo social fruto de relações intersubjetivas. Os procedimentos utilizados foram a análise de documentos, visitas à instituição e entrevistas com participantes da organização. Constatou-se que em seu início, a organização e as reivindicações dos moradores lograram importantes conquistas para a favela, como a instalação de infra-estrutura pública básica, apoiadas pela estrutura das comunidades eclesiais de base. A oportunidade de fazer amizades e de construir espaços de sociabilidade para muitos migrantes que ali moravam, catalisaram as sementes para a organização inicial, construindo formas de lidar com o contexto de violência e de precariedade de condições de vida. Contudo, as condições materiais não fomentaram o início da organização *per se*. Discursos e sentidos foram construídos e apoiaram a organização num contexto sócio-político determinado. O discurso da Teologia da Libertação desempenhou papel importante no apoio à formação de novos sentidos em relação ao ser morador de favela, valorizando-o e qualificando-o como portador de direitos e agente de transformação, em oposição ao discurso hegemônico do preconceito dirigido à favela e a seus moradores. A capacidade de mobilização comunitária e de reivindicação de direitos entrou em declínio a partir da década de 1990 e a configuração organizativa mais fortemente voltada a reivindicar direitos do Estado, institucionalizou-se, nos moldes de uma Organização Não-Governamental (ONG). A sobrevivência da instituição passa a ser uma de seus principais motores. O CEP se encontra atualmente sob forte influência do discurso das ONGs, com sua exigência por eficiência e racionalidade na execução de projetos. Constata-se que alguns participantes expressam um sentimento de nostalgia em relação ao passado e de que “*algo se perdeu*”. Há o desejo de que a organização mobilize a comunidade, o que não acontece. É possível que a lembrança do passado heróico do CEP, atue como uma sombra que acusa toda ação presente de ineficiente ou pequena, perto dos embates do povo frente à prefeitura e das conquistas do passado.

Palavras-chave: 1. Psicologia social 2. Movimentos sociais 3. Educação popular 4. Mudança Social I. Título.

ABSTRACT

SOUZA, Carolina Bratfisch Prado. **Organizational Settings in the pursuit of better life conditions: from claiming rights to service provision**, 2008, 141 p. Dissertation (Master). Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

The purpose of this study was to investigate the different organizational processes that shaped the *Centro de Educação Popular da Vila Nossa Senhora Aparecida* (Center for Popular Education of Nossa Senhora Aparecida District, CEP-VNSA), which began in the eighties as a social movement formed by community members of a slum in the outskirts of São Paulo and that currently works as a social organization providing educational services to the community's children and youth. This case study is inserted in the field of Social Psychology, having as theoretical and methodological strategy discourse analysis and as theoretical scope the understanding of organizational processes as a result of human interactions. The research procedures were archival analysis, visits to the institution and interviews with participants of the organization. It was found that, in its inception, the organization and the mobilization of community members brought important enhancements to the slum, including the installation of public infrastructure, with the support of the Catholic Church. The opportunities to make friends and to build sociability spaces for the many migrants, originated from Northeastern Brazil, who lived there, catalyzed the seeds for the initial community organization, building the means for coping with a context of violence and of poor living conditions. However, the material conditions did not foment the beginning of the community organization *per se*. Discourses and meanings were built and supported the organization in a given socio-political context. The discourse of Liberation Theology performed an important role in the formation of new meanings related to being a slum resident, attributing value to such citizens and qualifying them as holders of rights and agents of transformation, in opposition to the hegemonic discourse of prejudice against slums and their residents. The capacity of community mobilization and claiming of rights entered into decline in the 1990's and the organizational setting most focused on petitioning rights to the State became institutionalized, in the mold of a non-governmental organization (NGO). The survival of the organization became one of its main engines. CEP is now under strong influence of the NGO discourse, with its demands for efficiency and rationality in the implementation of projects. The study found that some participants express feelings of nostalgia concerning the organization's past, and the sense that "*something was lost*". There is a desire for the organization to mobilize the community, which does not currently occur. It is possible that the memories of the organization's heroic past acts as a shadow accusing all present actions as inefficient or small, compared to the past achievements.

Keywords: 1. Social psychology 2. Social movements 3 Popular Education 4 Social Change I Title.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	11
2. VILA NOSSA SENHORA APARECIDA: UMA FAVELA NA PERIFERIA DE SÃO PAULO.....	20
2.1 A vila no início da década de 80.....	20
2.2 A vila nos dias de hoje	24
3. ORGANIZAÇÃO COMO PROCESSO INTERSUBJETIVO	28
4. CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO DO SURGIMENTO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR.....	33
4.1 Um movimento social na zona leste paulistana	33
4.2 Leituras sobre movimentos sociais	34
4.2.1 O que são movimentos sociais?	35
4.2.2 Fatores catalisadores dos movimentos sociais: necessidades básicas e mediações simbólicas	37
4.2.3 Os discursos da Igreja Católica, Marxismo e Sindicalismo.	39
4.2.4 Fenecimento dos movimentos sociais populares a partir da década de 1990.....	42
4.3 Movimentos Sociais e Organizações Não-governamentais (ONG).....	44
5. CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS.....	46
5.1 Discurso, praticas discursivas e sentido	46
5.2 “Lembrar é refazer”: articulações entre memória individual, memória coletiva e produção de sentido	49
5.3 Aproximação do campo	51
6. MEMÓRIA ESCRITA DO CEP.....	54
6.1 Configurações organizativas na vila.....	55
6.1.1 Formação de grupos temáticos.....	56
6.1.2 Outras micro-configurações: dos mutirões às passeatas	61
6.2 Integração do movimento em redes e apoios financeiros: diferentes fontes de matrizes discursivas e de práticas	64
6.3 Objetos de luta e objetivo da organização	67
6.4 Depoimentos escritos sobre a luta dos moradores	68

6.4.1. Amizade como fator catalisador para a organização dos moradores.....	68
6.4.2 Matriz discursiva da Teologia da Libertação: justiça, direitos e dignidade.	70
6.4.3 A luta: engajamento político para reivindicação de direitos	71
7. CONVERSAS SOBRE O CENTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR	74
7.1 Sentidos singulares do envolvimento no CEP.....	75
7.1.1 Pilar.....	75
7.1.2 Maria.....	80
7.1.3 Rui.....	81
7.1.4 Claudi.....	83
7.1.5 Aragão.....	84
7.1.6 Sônia	87
7.1.7 Minéia	90
7.1.8 Considerações sobre os sentidos individuais	94
7.2 Luta e Comunidade: Repertórios Interpretativos comuns aos entrevistados	95
7.2.1 Lutar: reivindicar direitos.....	96
7.2.2 Comunidade: outro nome para favela?	97
7.3 Sentidos comuns ao grupo.....	100
7.3.1 Sentidos de identificação do grupo	101
7.3.1.1 “A Vila já tomou nome de Bairro”	101
7.3.1.2 “Tudo o que é ruim sai da favela”	102
7.3.2 Organização inicial dos moradores	105
a) A realidade da violência:.....	105
b) A importância da amizade	106
c) O apoio da Igreja Católica e das CEBs: Discurso da Teologia da Libertação.	109
7.3.3 Algo se perdeu	111
a) Das reivindicações ao atendimento	111
b) Razões para a mudança.....	117
c) Papel do CEP hoje.....	120
8. O CENTRO DE EDUCAÇÃO EM SUAS DIFERENTES CONFIGURAÇÕES ORGANIZATIVAS.....	125
8.1 Organização como concentração de processos cotidianos.....	125
8.2 Primeira fase do CEP: Fixando sua imagem para a história.....	127
8.2.1 Moradores da Vila Nossa Senhora Aparecida organizam-se, lutam e obtêm melhorias para a favela onde moram	127
8.2.2 Condições materiais significadas socialmente: “Vamos vencer e ver a nossa Vila tão limpa como a Paulista.”	132

8.3 Segunda fase do CEP: “Sem querer, caiu nisso”	134
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS	140

1. APRESENTAÇÃO

Uma pesquisa do Banco Mundial, divulgada em 2007, revelou que o Brasil ocupa o sexto lugar na economia mundial. Com o equivalente a 3% do produto interno bruto mundial, dividimos esta colocação ao lado de países como Reino Unido, França, Itália e Rússia¹. Contudo, o Brasil é o décimo país mais desigual do globo, segundo o índice GINI². Ou seja, a imensa produção de riqueza encontra-se extremamente concentrada em uma pequena parcela da população.

O dia-a-dia de quem transita pelas ruas da cidade mais rica do país, São Paulo, proporciona a percepção de que pobreza e riqueza andam lado a lado, traduzindo a realidade do índice GINI. Bairros que abrigam condomínios de alto padrão dividem suas fronteiras com favelas populosas. Moradores de rua arrumam seus leitos debaixo de viadutos e meninos e meninas pobres vendem balas nos faróis, enquanto motoristas fecham os vidros de seus carros a fim de não serem perturbados ou para evitarem a ocorrência de um assalto. A concentração de renda, extremamente acentuada em São Paulo, também apresenta uma face geográfica. Os bairros afastados do centro da cidade, a chamada periferia, revelam-se verdadeiros bolsões da pobreza urbana, principalmente os da zona leste e sul de São Paulo.

Esta realidade incômoda nos fez refletir sobre como pessoas vivem com tão poucos recursos e em situações tão precárias, ao lado de tanta riqueza. Como o potencial humano e a possibilidade de ser feliz poderiam atualizar-se em condições assim adversas?

Questionamentos como estes nos levaram a buscar conhecer quais eram as alternativas e estratégias utilizadas por pessoas e grupos para lidarem com a desigualdade e pobreza, para buscarem superar situações adversas e condições de vida precárias. Diante disto, começamos a trabalhar em uma organização não-governamental (ONG), cujo propósito é apoiar pessoas pobres no processo de melhorarem suas condições de vida. Este trabalho abriu para nós oportunidades de conhecer inúmeros lugares deste Brasil de opostos, diferentes pessoas,

¹ <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u355967.shtml>

² O GINI é um indicador de desigualdade de renda utilizado para mensurar a concentração de renda. Um índice GINI zero significa que todas as pessoas possuem a mesma renda. Índice GINI igual a um significaria que toda a renda está concentrada nas mãos de apenas uma pessoa. O índice GINI do Brasil foi de 0,580, em 2007. (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2007)

diferentes pobreza, diferentes maneiras de se viver na pobreza. Colocou-nos, de igual modo, diante da beleza de pessoas que decidem “arregaçar as mangas” e agirem juntas para melhorarem suas vidas. Passamos a nos questionar as razões para que isso se torne realidade em algumas situações e em outras não. Porque em determinado contexto um grupo de pessoas se organiza e decide trabalhar para melhorar sua condição de vida?

Em uma destas oportunidades conhecemos Sônia, coordenadora do Centro de Educação Popular da Vila Nossa Senhora Aparecida (CEP-VNSA), organização social atuante em São Miguel, periferia leste da cidade de São Paulo e apoiada durante muitos anos pela ONG onde trabalhamos. Em uma de nossas conversas, Sônia nos contou um pouco sobre os primórdios da organização, na década de 1980. Ao discorrer sobre os processos que geraram o CEP, contou-nos como os moradores organizaram-se a fim de promover melhorias na favela onde moravam, a Vila Nossa Senhora Aparecida (VNSA):

[...] Eles ficaram revoltados que a rua deles não iria ter água porque a SABESP dizia que as casas eram ‘muito perto’ e ‘era perigo’ colocar uma máquina trabalhando ali, porque os barraquinhos iriam cair, tudo e tal. Então decidiram eles mesmos fazer isso. E eles fizeram. Pegaram enxadas, as picaretas, as pás e abriram a rua, e hoje tem água, tem luz, passa caminhão, passa todas benfeitorias nessa rua.

A organização entre os moradores gerou inúmeras ações conjuntas na favela, que tinham diversos objetivos, desde promover integração entre os moradores até reivindicar direitos para a instalação de serviços públicos coletivos na vila. Soubemos que o processo de mobilização e organização comunitárias na VNSA foi muito intenso e que foi paulatinamente perdendo o vigor, a partir da década de 1990. A história nos cativou, além de ter suscitado nossa curiosidade. O que motivou essas pessoas a trabalharem juntas para melhorar o lugar onde viviam? Como foi o processo de organização comunitária? E ainda, o que gerou o enfraquecimento da organização do grupo de moradores? Seus objetivos como grupo organizado teriam sido esgotados?

Essas perguntas nos motivaram a estabelecer os processos de organização comunitária do Centro de Educação Popular (CEP) como objeto desta pesquisa em Psicologia Social. Assim, cabe esclarecer que esta dissertação é fruto das inquietações de uma psicóloga social “de campo”, que trabalha na área das organizações não-governamentais.

Um pouco da história do CEP: transformando a favela em “vila”

No início da década de 1980, moradores da Vila Nossa Senhora Aparecida, apoiados pela estrutura das comunidades eclesiais de base, as chamadas CEBs, pela atuação de agentes pastorais³ e pela paróquia do bairro, passaram a reunir-se e a refletir sobre as condições de vida na favela em que moravam. As CEBs eram

[...] pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos. As primeiras surgiram por volta de 1960... São *comunidade* porque reúnem pessoas que têm a mesma fé, pertencem à mesma Igreja e moram na mesma região... Essas pessoas vivem em comum-união em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de lutas por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadores. São *eclesiais* porque congregadas na Igreja, como núcleos básicos de comunidade de fé. São de *base* porque integradas por pessoas que trabalham com as próprias mãos (classes populares). (BETTO, 1985, p. 16 - 17).

O início da mobilização e organização comunitárias na vila está ligado à chegada de uma freira franciscana, a irmã Pilar, que foi enviada como missionária católica para morar na favela e apoiar os moradores em diversos processos, em setembro de 1979. A irmã desempenhou um papel importante na organização inicial da comunidade, atuando como motivadora para que os moradores da vila se organizassem por melhores condições de vida na vila.

Os moradores passaram a encontrar-se para estudos bíblicos. Contudo, discutiam não somente assuntos espirituais, mas pensavam também sobre sua situação de vida e sobre as ações possíveis de serem conduzidas por eles mesmos, como grupo organizado que trabalha por um fim comum: transformar a favela, seu espaço comum de habitação, em uma “vila”. O grupo decidiu lutar para que seu espaço comum fosse provido da infra-estrutura básica necessária para que vivessem melhor. Passaram, então, a discutir semanalmente sobre seus direitos de cidadãos e sobre as possibilidades de ação concreta que lhes caberia para que esses direitos fossem reconhecidos e garantidos pelo poder público. A favela seria transformada na “vila” que seus moradores tanto sonhavam.

³ São os animadores das comunidades eclesiais de base (CEB). São padres, religiosos ou leigos, formados pelas próprias comunidades que deixam família e profissão para dedicar-se exclusivamente ao trabalho pastoral em uma comunidade. (BETTO, 1985)

Foram formados grupos de pressão política, cada um com determinado objetivo, chamados por eles de “*grupos de luta pela terra, de habitação e da coleta de lixo*”, entre outros. Os grupos decidiam diferentes estratégias para a consecução de seus objetivos, como abaixo-assinados, mobilização dos moradores para a participação em caminhadas e passeatas e promoção de reuniões com representantes do poder público para negociar e pressionar por melhorias na favela.

Os moradores também decidiram participar de espaços políticos formais, como o Movimento de Favelas, que organizou uma caminhada aos gabinetes do prefeito e do governador do Estado de São Paulo para entregar uma carta contendo reivindicações e sugestões para a melhoria da qualidade de vida nas favelas, em janeiro de 1985. Um ônibus repleto de moradores da VNSA participou da caminhada. Nesta fase da organização dos moradores, era fácil reunir os moradores para participarem de ações coletivas.

Assim, os moradores da VNSA colocaram em prática sua capacidade organizativa, fortalecidos por interesses comuns, entre eles a melhoria do espaço onde viviam. No fim da década de 80, o grupo passou a contar com maior respaldo do poder público, por ocasião da gestão da prefeita Luiza Erundina, o que facilitou a instalação da infra-estrutura na favela.

O fruto da organização dos moradores foi a urbanização da favela. Aos poucos, a comunidade foi beneficiada com saneamento básico, água, luz e asfalto. Quando o argumento do poder público era que as máquinas necessárias para realizar o trabalho de perfuração do solo para inserção dos canos para o saneamento eram muito grandes para entrar e mover-se entre os estreitos becos da vila, os moradores negociaram entre si mudanças nas localizações dos barracos, tomaram enxadas e pás nas mãos e abriram eles próprios os caminhos para as máquinas. Organizando-se, os moradores obtiveram melhorias para o espaço comum em que habitavam.

A organização comunitária iniciou-se com forte componente reivindicatório, não se limitando a isto. Havia também prestação de serviços aos moradores da vila, como aulas de alfabetização e cursos profissionalizantes. Os moradores contavam, no início da organização, com o apoio financeiro da Igreja Católica, da Algemeen Diakonaal Bureau⁴ e, a partir de 1985, firmaram convênio com a prefeitura de São Paulo.

⁴ ADB, uma organização da diaconia holandesa.

As atividades iniciais do grupo de moradores poderiam ser categorizadas da seguinte maneira:

- Atendimento direto à população: aulas de alfabetização, creche, núcleos de trabalho e “*promoção*” da mulher (aulas de artesanato).
- Atividades de mobilização comunitária: grupo de saúde, grupo de comunicação popular, que incluía as atividades de uma rádio comunitária, atividades pastorais de visitação e estudos bíblicos de reflexão.
- Atividades reivindicatórias: movimento luta pela terra, habitação e urbanização e movimento pela coleta de lixo.

Em 1990, os moradores organizados passaram por um processo de autonomização da Igreja Católica e criaram o Centro de Educação Popular (CEP), organização formal, existente e atuante na vila até os dias de hoje. Com a obtenção do cadastro nacional de pessoa jurídica (CNPJ) da organização, o grupo passou a gerir recursos financeiros e a contar com um quadro de funcionários remunerados pelo CEP.

Com o passar do tempo, as atividades desenvolvidas pelo CEP se modificaram. Atualmente, o CEP tem como objetivo de atuação a educação e formação de crianças, adolescentes e jovens moradores da vila. A configuração organizativa mais voltada para reivindicação de direitos institucionalizou-se e possui hoje financiamento de diferentes organizações não-governamentais (ONG), instituições e fundações⁵.

É possível afirmar que, atualmente, o CEP encontra-se dentro do universo operacional e simbólico das organizações não-governamentais ou do chamado Terceiro Setor⁶: passou por um processo de profissionalização de seus colaboradores, recebe financiamentos direcionados para a execução de “*projetos*” específicos pelos quais deve prestar contas e se encontra sob influência do discurso e *modus operandi* das ONGs. O CEP possui “*missão*” e “*visão*”, como outras organizações sociais. Segundo documentos arquivados na organização, sua missão é “Contribuir com a formação cultural e educacional das crianças e adolescentes, visando à

⁵ Entre elas a Fundação ABRINQ, a Fundação Safra, o SESC São Paulo, Instituto Avisa Lá, Instituto Fonte e Visão Mundial.

⁶ “Terceiro Setor é a denominação do espaço composto por organizações privadas, sem fins lucrativos, cuja atuação é dirigida a finalidades coletivas ou públicas”. ONGs são entidades que se encontram fora da esfera governamental, não possuem fins lucrativos e que visam a projetos coletivos.. (FISHER, 2002, p. 45)..

melhoria da qualidade de vida e exercício da cidadania”. A visão do CEP é “Ser um centro de referência em educação e cultura na Zona Leste de São Paulo”.

Os serviços oferecidos atualmente pelo CEP são: creche, cursos profissionalizantes para adolescentes e adultos (informática, artesanato e marcenaria), atividades culturais (aulas de dança, teatro e percussão), promoção de festas, eventos e atividades de esporte e lazer para os moradores, aulas de artesanato para grupos de mulheres, cursos de alfabetização de adultos e classes comunitárias de pré-escola. A maioria das atividades é de atendimento direto à população da vila.

Segundo a diretora geral do CEP, a participação ativa dos moradores da vila nas atividades e decisões do Centro diminuiu consideravelmente nos últimos anos. Tampouco são realizadas ações de pressão política pelos moradores, como no início do movimento. As atividades de cunho político estão ligadas à participação de funcionários do CEP em fóruns e conselhos paritários, como o Conselho Tutelar, o Movimento pela Moradia e o Conselho de Assistência Social da Zona Leste. O forte componente reivindicatório inicial enfraqueceu durante a história do CEP.

Entendendo a “organização” não somente como estrutura, mas também como processo contínuo (SPINK, 1996), percebe-se que o CEP apresentou-se sob diversas configurações organizativas, entre o início da organização dos moradores, em 1980, e os dias de hoje. Depois de uma fase de intensa mobilização e participação comunitárias, que culminaram em ações de reivindicação pública, houve a institucionalização e burocratização dos processos organizativos. Segundo a atual diretora geral do CEP, na atual configuração organizativa faz-se mais difícil uma mobilização para um mutirão dar resultados tão rápidos quando em meados da década de 80. Por outro lado, o atendimento às mães que precisam deixar seus filhos em uma creche é atualmente muito mais efetivo e conta com uma infra-estrutura própria antes inexistente. Se em seu início, a organização dos moradores demonstrava características semelhantes a um movimento social, hoje parece estar regida pelo discurso das organizações não-governamentais.

Para a realização desta pesquisa, a história do CEP foi subdividida em duas fases: a primeira fase, desde o início da organização dos moradores até 1990, quando o CEP se

autonomizou da Igreja Católica e passou a existir juridicamente e a segunda fase, de 1990 até os dias de hoje⁷.

Na primeira fase do CEP, o grupo de moradores contava apenas com a infra-estrutura proveniente da Igreja Católica e poucos financiadores externos. As mobilizações eram motivadas por estudos bíblicos e o discurso religioso se fazia fortemente presente. O objetivo principal do grupo era a instalação de infra-estrutura pública na comunidade, como saneamento, coleta de lixo, pavimentação, água e eletricidade.

Na segunda fase de existência do CEP, a organização possui uma infra-estrutura própria, arrecada e gerencia seus próprios recursos e dispõe de uma equipe técnica profissional e assalariada. A organização deve provar eficiência e racionalidade em sua gestão, já que é financiada por diversas organizações e fundações. O componente reivindicatório e de ação política não se faz mais presente. Agora, o CEP destina-se a prestar serviços aos moradores. São configurações organizativas distintas, com processos e resultados também distintos.

Entendendo que o processo de transição entre estas duas configurações foi gradual, e que elementos da primeira fase permanecem na segunda e vice-versa, o objetivo desta pesquisa consiste em compreender e comparar estas duas formas distintas de configurações organizativas pelas quais o Centro de Educação passou, atentando especialmente para os significados que deram e dão sentido às ações das pessoas no CEP durante estas duas fases.

Uma pergunta central motiva este estudo, a saber: Como se deram os processos organizativos do CEP nas duas fases determinadas acima? Para responder a esta pergunta central, outras questões se colocam como guias da presente pesquisa: Quais fatores impulsionaram a organização inicial do grupo? Quais as características específicas das formas organizativas que configuraram o CEP? Quais os discursos que apoiaram e apóiam a organização comunitária e dão sentido às ações do grupo? Quais os sentidos intersubjetivos atribuídos à participação na “luta” no início do movimento? Quais os sentidos atribuídos à participação no CEP hoje? ⁸

⁷ Apesar do nome *Centro de Educação* só ter surgido por ocasião de sua constituição jurídica do grupo, utilizaremos aqui essa nomenclatura para fazer referência ao grupo desde seu início, ou seja, ao grupo organizado de pessoas que deu origem ao *Centro de Educação*.

⁸ Ressaltamos que houve um maior foco sobre os processos organizativos iniciais, por conta do interesse da pesquisadora.

Esta pesquisa configurou-se no campo de estudo da Psicologia Social, tendo como estratégia teórico-metodológica a análise de discurso e como escopo teórico a leitura de configurações organizativas como processo social fruto de relações intersubjetivas. Os procedimentos utilizados foram a análise de documentos, visitas à instituição e entrevistas com participantes da organização.

A dissertação está organizada em oito capítulos. Sendo o primeiro a apresentação da dissertação, no segundo, apresentamos e caracterizamos a Vila Nossa Senhora Aparecida, favela onde o CEP surgiu, destacando o contexto sócio-econômico da vila no início da organização dos moradores, na década de 1980, e nos tempos atuais.

No terceiro, delineamos nossa leitura teórica sobre organização e configurações organizativas, relacionando-os com processos de interação intersubjetiva.

No quarto capítulo, situamos o início da organização comunitária que originou o CEP em um contexto de intensa mobilização social no Brasil das décadas de 1970 e 1980, resumindo algumas leituras sobre movimentos sociais, fatores catalisadores para seu surgimento e destacando a influência dos discursos da Igreja Católica, do Marxismo e do Sindicalismo na configuração dos movimentos sociais da época em questão.

O quinto capítulo desta dissertação situa a abordagem teórico-metodológica que embasou esta pesquisa. Definimos a análise do discurso como nossa principal estratégia e definimos seus principais conceitos balizadores: discurso, práticas discursivas e sentido. Também articulamos os conceitos de sentido e de memória, uma vez que os entrevistados foram solicitados a discorrer (e construir sentidos) sobre acontecimentos passados. No mesmo capítulo, descrevemos a nossa aproximação do campo.

O capítulo seis encerra descrições e análise relativas à memória escrita do CEP, a saber, inúmeros documentos arquivados, incluindo relatórios formais e um caderno escrito pelos moradores no início da mobilização comunitária.

O capítulo sete descreve e analisa entrevistas realizadas com sete integrantes do CEP, destacando sentidos singulares de seus envolvimento na organização e sentidos comuns ao grupo de entrevistados. As análises foram categorizadas em sentidos de identificação do grupo, sentidos relacionados à organização inicial dos moradores e sentidos relacionados à segunda fase da organização. Por fim, o último capítulo desta dissertação discute as análises realizadas e conclui sobre as diferentes configurações organizativas do CEP.

2. VILA NOSSA SENHORA APARECIDA: UMA FAVELA NA PERIFERIA DE SÃO PAULO

2.1 A vila no início da década de 80

A Vila Nossa Senhora Aparecida, ou Santa Inês, como também é denominada, é uma das favelas mais antigas de São Paulo. Está localizada no distrito de Jacuí, um dos três da subprefeitura de São Miguel, zona leste paulistana. O bairro é conhecido por seus moradores por Ermelino Matarazzo⁹, pela sua proximidade com o distrito e subprefeitura de mesmo nome.

A “*vila*”, assim chamada por seus moradores, formou-se a partir de uma ocupação irregular iniciada em 1968 (CENTRO DE ESTUDOS DA METRÓPOLE, 2008), por migrantes que chegaram a São Paulo vindos da região nordeste do Brasil e do estado de Minas Gerais. Buscando fugir da moradia alugada, construíram seus barracos ocupando a área livre, parte propriedade da família Matarazzo e parte pertencente à Prefeitura de São Paulo.

Os barracos foram sendo construídos sem planejamento e em áreas de risco, com córregos atravessando as moradias e a presente possibilidade de desabamento, principalmente em época de chuvas. Quando os migrantes iniciaram a ocupação, a infra-estrutura básica da favela era nula, nenhum serviço de consumo coletivo chegava até lá. Não havia rede de esgoto, água encanada, eletricidade, pavimentação, coleta de lixo, transporte público ou posto de saúde dentro da favela. As condições de vida eram extremamente precárias. Os moradores não possuíam documentação legal de suas moradias e, apesar de não terem acesso a serviços de consumo coletivo, não pagavam aluguel, fator principal de atração de famílias para a ocupação.

A favela e o bairro onde ela está inserida cresceram rapidamente. Entre as décadas de 60 e 70, o distrito de Vila Jacuí apresentou uma taxa de crescimento anual de 10,40, mais que

⁹ A determinação do nome do bairro e da subprefeitura à qual o bairro pertence é um processo de certa maneira confuso. Há o hábito dos moradores da vila de nomearem o bairro de Ermelino Matarazzo, já que a vila localiza-se ao lado do bairro de mesmo nome. Contudo, a divisão administrativa do município insere a vila no distrito de Jacuí, na subprefeitura de São Miguel.

o dobro da taxa do município de São Paulo (4,91). A população da Vila Jacuí, em 1960, era de 14.862 pessoas. Dez anos depois, subiu para aproximadamente 40 mil e, em 1980, a população total do distrito somava 69.681 pessoas (SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, 2008). Este fato acompanhou a tendência presente nessas décadas de crescimento acelerado e desordenado da população da periferia de São Paulo, principalmente nas regiões das zonas leste e sul da capital.

A partir de pesquisa realizada por Uribe¹⁰ (1997) com cem moradores da vila em 1988, é possível nos aproximarmos um pouco de algumas características do local e de seus habitantes, durante a primeira fase de existência do CEP. Esta pesquisa foi realizada quando a organização dos moradores da vila já havia se iniciado. Segundo Uribe, em 1988, a Vila Nossa Senhora Aparecida contava com uma população de 14.500 habitantes e aproximadamente 5.000 barracos. Dos cem moradores entrevistados, 79% eram mulheres e 61% eram donas de casa¹¹. Ou seja, havia um grande número de mulheres donas-de-casa presentes durante os dias da semana na vila, muitas delas, provavelmente, com possibilidade de envolver-se com as atividades comunitárias.

A pesquisa confirma que a maior parte dos moradores era migrante, a maior parte vinda de estados do Nordeste brasileiro: 38% dos entrevistados provinham da Bahia, 18% de Pernambuco, 17% de Minas Gerais e 9 % do Ceará. Somente 7% eram nascidos em São Paulo. Em relação à religião, a grande maioria dos entrevistados, 86%, declararam-se católicos.

O nível educacional dos entrevistados era bastante baixo, sendo que muitos eram analfabetos. Um terço dos entrevistados (29%) nunca haviam freqüentado a escola e 40% possuíam primeiro grau incompleto.

A vila era um local onde a vizinhança e religião eram importantes: 20% dos entrevistados disseram que o que mais gostavam na vila eram os vizinhos. 16% disseram que

¹⁰ Essas entrevistas foram realizadas em 1988 por Esmeralda Villegas Uribe, como parte de sua coleta de dados para a pesquisa sobre a Rádio Comunitária da vila. Esmeralda é colombiana e, em 1997, defendeu na Universidade Metodista de São Paulo sua dissertação de mestrado “A Rádio Popular da vila Nossa Senhora Aparecida: uma proposta de comunicação popular”. Apesar do número de entrevistas não ser estatisticamente representativo da população da vila, os resultados desta pesquisa podem nos apoiar no processo de caracterização da favela na primeira fase do CEP.

¹¹ A pesquisa foi realizada durante os dias de semana, por isto a autora conclui que grande parte das pessoas presentes nas casas eram mulheres. Os homens estavam fora, trabalhando e as mulheres eram, em sua maioria, donas de casa.

o que mais gostavam era a igreja, 19% de tudo e 12% da Radio Popular, que foi uma iniciativa do grupo organizado de moradores, juntamente com a comunidade eclesial de base. Sobre a participação dos moradores nos grupos organizados, dos 100 entrevistados, 20 declararam participar em algum grupo, sendo que os moradores mais antigos eram os que mais participavam. Ressaltamos que 20% de participação no movimento comunitário é uma taxa relativamente alta.

Na mesma pesquisa, quando perguntados sobre quais os maiores problemas da vila, 36% dos entrevistados disseram que eram os esgotos e 30% declararam ser a violência. A pesquisa aponta que os que mais se preocupavam com a questão da violência eram os recém chegados à vila. Quando perguntados sobre as coisas que não gostavam na vila, 51.4% responderam: a violência, que se fazia fortemente presente no cotidiano dos moradores da vila.

Segundo Uribe, a causa da violência estava relacionada à existência de grupos de “*justiceiros*”, que seriam grupos de pessoas que “*fazem justiça com as próprias mãos*” (idem, p. 166). Havia na vila, na década de 80, um grupo de aproximadamente 50 “*matadores*”. As explicações das ações destes grupos não são muito claras, mas parecem estar relacionadas à resposta de alguns moradores à ação de bandidos e ladrões que agiam na favela:

No início, o problema eram os crimes, moravam muitos bandidos, assaltantes, ladrões dentro da vila, isso foi mudando de acordo com a chegada do pessoal que chamamos de justiceiros. Esse pessoal entrou em conflito com os bandidos, criou-se uma guerra e os bandidos foram desaparecendo da vila, mas ficou a questão desses justiceiros assumirem a vila como se *fosse* eles que mandassem aqui dentro. Eles fazem o papel de limpeza, uma limpeza injusta pois ela ocorre através de eliminação de vidas. E policiamento que deveria ter, não tem. (Paulo Renato Graça Binas, entrevistado em abril de 1988, apud URIBE, 1997, p. 167).

Um documento escrito e arquivado eletronicamente pela coordenação do Centro de Educação, que discorre sobre a história da organização, também ressalta o problema da violência na vila:

A favela ficou conhecida pela fama de violência, caracterizada como muito perigosa, era um esconderijo de marginais e traficantes. Entre os anos de 1980 e 1990 o número de assassinatos na favela era assustador, estima-se que nesse período morreram cerca de 850 pessoas vítimas da violência e disputas entre traficantes e justiceiros.

A violência presente no dia-a-dia dos moradores da vila causava insegurança e medo. Muitas pessoas não saíam de suas casas à noite e havia dificuldade em realizar atividades comunitárias após as 21 horas:

O ambiente na vila não é saudável, passando das 21h00 não se tem liberdade de sair porque se corre o risco de levar um tiro. Na vila se tinha muitos bandidos e então alguns pais de família se reuniram para acabar com essa situação. Porém, apresentaram-se brigas entre alguns deles e acabaram se matando uns aos outros. (Evaldo Alves de Oliveira, entrevistado em maio de 1988, apud URIBE, 1997, p. 167)

Além do problema da violência, Uribe lista vários outros: falta de saneamento básico e de esgoto canalizado; cano de água passando um pouco abaixo de onde corria o esgoto, com perigo de infectar a água para consumo; lixo acumulado nas ruas; animais domésticos utilizados como fonte de alimentação familiar, como galinhas e porcos, alimentando-se de desperdícios e lixo; mortalidade e desnutrição infantil preocupantes; propensão das crianças à verminose; barracos de madeira em situação precária e correndo risco de desabamento; barracos muito pequenos abrigando dez a doze pessoas; ruas não asfaltadas que dificultavam o acesso de viatura policial ou de ambulância; baixíssima renda familiar; moradores sentindo-se discriminados por viver na periferia e grande porcentagem de analfabetismo (URIBE, 1997, p. 160-161).

Rui, morador da vila desde a década de 1980, conta como era favela quando chegou:

[...] quando cheguei era tudo a céu aberto. Tinha assim, a luz que a gente usava, era lamparina, na época. Ai depois tinha os postes mais pra frente, aí tinha um monte de poste, e a gente puxava a luz de lá, de lá pra cá. Então é, sabe onde era as telhas, em época de chuva a gente tinha que colocar panela, bacia para não, né? Ficar mudando colchão de lugar, então era muito, muito sofrimento para nós, né? E os nossos pais vendo aquilo sofria mais ainda [...]. (informação verbal¹²)

A descrição deste contexto retrata a extrema vulnerabilidade vivida pelos moradores da vila, na década de 80. As condições de moradia eram precárias, os serviços públicos não chegavam até lá, a população estava à exposta a condições sanitárias e de higiene que favoreciam a aquisição de inúmeras doenças, a renda familiar era baixa e a ação dos “justiceiros” gerava mortes e violência, permeando as noites da vila com medo e insegurança.

A grande maioria dos moradores era estrangeira em São Paulo, tendo deixado sua cidade natal, trazendo consigo suas tradições, sua cultura, seu jeito de ser, buscando enraizar-se na maior cidade do Brasil. Foi em meio a esta realidade que grupos de moradores organizaram-se na Vila Nossa Senhora Aparecida, para melhorarem suas condições de vida.

¹² Informação concedida em entrevista realizada pela pesquisadora em novembro de 2007.

2.2 A vila nos dias de hoje

O espaço público e as moradias da vila melhoraram muito desde as décadas de 80 e 90, seguindo uma tendência encontrada em muitas outras favelas da região metropolitana de São Paulo (MARQUES; SARAIVA, 2004). A oferta de serviços públicos aumentou, infraestrutura básica foi instalada e as condições gerais de vida na vila melhoraram, se comparadas ao início da ocupação. O crescimento demográfico diminuiu consideravelmente, se comparado à década de 1980, contudo continua acima da média da cidade¹³.

Durante a gestão da então prefeita Luiza Erundina, entre 1989 e 1992, a vila foi subdividida geograficamente em “*fase 1, fase 2 e fase 3*”, para fins de ordenamento do processo de urbanização. As duas primeiras “*fases*”, onde se encontra o CEP, foram urbanizadas durante a gestão desta prefeita. Na área da “*terceira fase*”, os barracos foram removidos e foi construída uma praça. Contudo, segundo Sônia, coordenadora do CEP, não demorou muito para as famílias invadirem novamente o terreno e construírem seus barracos novamente. Alguns barracos ficaram com bancos de concreto no meio de suas salas. No ano passado as famílias foram novamente removidas e foram construídas moradias populares.

Da região central de São Paulo, o percurso até a vila é realizado através de metrô até a estação Vila Matilde, seguido de um trajeto de uma hora de microônibus, somando aproximadamente uma hora e meia de deslocamento para chegar-se ao Centro de Educação. A organização dista 28 quilômetros da Praça da Sé, ponto central do município. A distância confirma a geografia sócio-econômica de São Paulo: a pobreza é mais concentrada nas extremidades da cidade. São os mais pobres a percorrerem as maiores distâncias até seus trabalhos, nas piores condições de transporte público.

¹³. Entre 1991 e 2004, o distrito de Jacuí teve uma taxa anual de crescimento populacional de 3,3%, considerado um alto crescimento se comparado à taxa média do município de São Paulo (0,8%). (FUNDAÇÃO SEADE, 2008)

A Vila localiza-se em um terreno muito íngreme, com subidas e descidas acentuadas que por vezes dificultam o deslocamento. Possui suas principais ruas asfaltadas, contudo muitas ruelas e becos estreitos e tortuosos ainda são de terra.

Aos fins de semana, período durante o qual realizamos as entrevistas, o movimento de pessoas nas ruas é bastante intenso. As portas das casas mantêm-se abertas, as crianças brincam na rua, junto a jovens que conversam e ouvem músicas e cachorros que reviram os lixos. Alguns carros circulam pela rua principal e muitos ficam estacionados, com as portas abertas e o aparelho de som ligado em volume alto.

A maioria das casas é de alvenaria, sem acabamento, e algumas são barracos de madeira. Grande parte das casas é construída sob forma de “*puxadinhos*”, que consistem na extensão progressiva da casa, para acolher parentes e agregados que chegam para morar com a família. Há tanto sobrados de alvenaria relativamente grandes e bem acabados, quanto barracos que acomodam um número de pessoas excessivo para suas pequenas dimensões. Percebe-se que há moradores com níveis de renda bem distintos, fato confirmado por alguns entrevistados. A desigualdade presente entre os bairros de São Paulo é encontrada também dentro da vila.

Apesar da melhora na infra-estrutura da vila, a subprefeitura de São Miguel ainda é uma das mais pobres da cidade e abriga 43 favelas. O rendimento médio mensal de um chefe de família na subprefeitura de São Miguel é de R\$ 607,61, enquanto a renda média mensal do município é de R\$1.300,00 e, na subprefeitura da Vila Mariana, este valor sobe para R\$3.600,00 mensais. Já a taxa de analfabetismo em São Miguel é de 7,34% dos habitantes, enquanto na cidade de São Paulo é de 4,88% e da subprefeitura de Vila Mariana, 1,10% (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2008).

Em 2007, 12,26% dos domicílios da subprefeitura de São Miguel estavam localizados em favelas (OBSERVATÓRIO NOSSA SÃO PAULO, 2008). O equipamento público de lazer e cultura é praticamente inexistente nesta subprefeitura – não há uma biblioteca infanto-juvenil em toda a subprefeitura e nenhum cinema. Praças e espaços para realização de esporte também são escassos. Isso significa que crianças, adolescentes, jovens e adultos não possuem alternativas de lazer no próprio bairro, nem nos bairros vizinhos e devem deslocar-se até regiões mais centrais para usufruir de um programa de lazer ou cultural.

Da mesma maneira, o trabalho e o emprego estão distantes geograficamente dos moradores da vila. Segundo a coordenadora do CEP, os moradores da vila possuem uma tradição de trabalho na região de Guarulhos e no centro de São Paulo, em regiões como a Luz e o Brás. As distâncias que se deve percorrer até o trabalho são grandes.

A subprefeitura de São Miguel tem o maior índice de gravidez precoce da cidade de São Paulo: quase 20% dos bebês nascidos vivos nesta região são filhos de mães menores de 17 anos. Já o problema da violência melhorou consideravelmente nos últimos anos. O número de crimes violentos fatais em 2006 foi de 19,65 por mil habitantes, o que é considerado médio para o município de São Paulo¹⁴.

Se no início da organização dos moradores, a única infra-estrutura com a qual contavam para suas reuniões eram dois barracos, comprados em 1981 e em 1982, com o apoio da igreja católica, atualmente a situação é bem diferente. O Centro de Educação possui atualmente três prédios. O primeiro é chamado por seus funcionários e pelos moradores de “núcleo”, onde funcionam as atividades do núcleo sócio-educativo para crianças e adolescentes. Este prédio é composto por uma cozinha com refeitório, um amplo galpão onde acontecem as aulas de hip-hop, street dance e capoeira e onde acontecem também as festas promovidas pelo CEP. Também conta com uma pequena sala com três mesas onde funciona um escritório. Foi neste prédio que as atividades da creche se iniciaram, na década de 1980.

O segundo prédio é um pequeno sobrado de alvenaria, com algumas salas no andar inferior e outras no andar superior, onde são oferecidos cursos, como o de computação e artesanato. Há também uma pequena biblioteca e um espaço onde são oferecidas aulas de *silk screen*.

O terceiro prédio é a *Creche Casa da Criança*, construída com apoio financeiro de fundações e ONGs, é um prédio muito bem estruturado e destaca-se em relação ao padrão habitacional da vila. Possui dois andares e salas e banheiros adaptados para o atendimento e cuidado com crianças de 1 a 6 anos.

Segundo um documento sobre o histórico do Centro de Educação arquivado eletronicamente, hoje, após todo o amplo processo de luta dos moradores da vila e a urbanização decorrente, seus moradores ainda sofrem, principalmente com o desemprego:

¹⁴ Em M’Boi Mirim, a taxa sobe para 34,53 mortes por mil habitantes, enquanto que na Vila Mariana, a taxa é de 8,97 mortes por mil habitantes. (OBSERVATÓRIO NOSSA SÃO PAULO, 2008)

Agora o desemprego é o maior pesadelo da população que vive um misto de ansiedade e ressentimento com a crise econômica do país. Um povo que foi deslocado de seu meio rural para a cidade grande, obrigado a aprender um volume maior de conhecimento para atuar na fábrica, hoje se encontra desempregado por uma crise social da qual não é culpado.

A resposta do CEP para o problema de desemprego e baixa qualificação dos moradores da vila nos dias de hoje é a educação. A instituição tem como objetivo a educação de crianças e adolescentes e formação dos moradores. Segundo documento arquivado eletronicamente no CEP

Hoje, a atenção do Centro de Educação Popular da Comunidade Nossa Senhora Aparecida está voltada para a educação e formação dos moradores da região, incluindo, jovens, crianças e adolescentes, pois são os mais prejudicados com a péssima qualidade do sistema educacional do país e a falta de estrutura familiar que lhes permita uma educação digna e futurista.

Assim, na periferia leste da cidade de São Paulo, o CEP busca apoiar seus moradores com a oferta de diferentes serviços e melhoria de suas possibilidades de vida. Antes e hoje, a organização busca promover a dignidade dos moradores da periferia.

3. ORGANIZAÇÃO COMO PROCESSO INTERSUBJETIVO

Por volta de 1980, os moradores da VNSA organizaram-se. Passaram a desempenhar atividades conjuntamente, que visavam a objetivos comuns. O movimento organizado que iniciaram gerou, anos depois, o Centro de Educação Popular. O que seria uma configuração organizativa? O que seria organização? Buscaremos neste capítulo descrever o que entendemos por estes conceitos.

Segundo o Grande Dicionário Larousse, a palavra *organizar* significa: 1. Pôr em ordem, arrumar; dispor para funcionar; 2. Constituir em organismo; 3. Preparar; 4. Estabelecer as bases de. Esses são os usos cotidianos da palavra organizar, descritos por um dicionário. Quando se pensa em um grupo de pessoas que se organiza, é possível que a definição mais apropriada, entre as citadas acima, seja a de constituir-se em organismo, ou seja, elementos antes separados passam a relacionar-se entre si, interagindo e participando conjuntamente de um processo, cada elemento com sua função própria.

Spink (1996) faz um resgate histórico do conceito de organização. Até a década de 1930, o uso comum desta palavra estava associado a um dos sentidos acima – o de arrumar – mas adaptado para o universo do trabalho, ou seja, organização teria o sentido de ordenar, de colocar em ordem as ações de uma indústria, empresa, comércio ou serviço público. “Na antropologia da mesma época, *organização* era usada de maneira genérica para se referir aos processos sociais em agregações humanas, suas religiões, ritos, estrutura familiar e modo de vida” (idem, p. 184).

Na década de 1950, a organização passa a ser um objeto a ser estudado, “uma espécie de baú dentro do qual comportamentos podem ser observados, e cresce a discussão sobre suas características e seu gerenciamento.” (ibidem, p. 185). O autor afirma que logo esse baú virou algo concreto, uma entidade com comportamento próprio, se concretizando cada vez mais como uma coisa, ao invés de ser compreendido como processo. Esta “coisa” seria um todo, composto de partes:

[...] começa-se a fortalecer a subordinação simbólica da parte ao todo, visto como um todo separado. Organizações são “algo” e este “algo” tem partes; dado que o “algo” é maior do que a parte, o “algo” é mais importante. O todo é a base do poder e a parte, o lugar da subserviência. (ibidem, p. 186)

Contudo, o que seria a organização, se não é algo que existe por si só, algo objetivo, externo às pessoas que a formam, algo rígido, que existe como uma coisa existe, como um objeto?

Spink afirma que há três opções de resposta para esta pergunta. Uma primeira resposta seria que o todo é algo fora da parte e a parte é dentro do todo, ou seja, a organização é uma entidade separada, tem sua estrutura, sua tecnologia, sua cultura e ambiente e as pessoas são diferentes deste todo e se comportam de acordo com as regras da organização. Ou seja, seria a própria organização a ditar seu modo de operar e de ser.

Uma segunda opção é que o todo seja algo fora da parte também, mas as pessoas teriam uma tendência a ver a organização a partir de sua própria visão, o que deve ser levado em consideração. As organizações existem de fato, como algo externo às pessoas, mas estas as vêem partir de seu próprio olhar, dão o seu próprio sentido a este todo. Assim, existiria “a organização”, ao mesmo tempo em que as várias visões de cada um de seus integrantes.

A terceira possibilidade, a defendida pelo autor, é de que o todo está dentro da parte. Ele não tem nenhuma existência própria, só existe em suas partes, ou seja, ele seria um produto intersubjetivo, transformado em real pelo seu conteúdo simbólico. Assim, a organização seria uma concentração mais densa de processos cotidianos de interações entre as pessoas. A organização seria uma “coleção de partes”.

Contudo, se a organização está dentro da parte, como ela funcionaria? De onde viria o *modus operandi* da organização? Segundo Spink, as organizações “funcionam” porque a concentração dos processos de interação intersubjetiva que se dão no dia-a-dia atuam atraem a utilização de “caixas coletivas de ferramentas organizativas” desenvolvidas no decorrer da história:

Se a organização enquanto um todo não é mais que um rastro da atividade que já passou, uma sombra pálida de um fenômeno multimensional que desaparece quando a luz é acesa, segue que estes empreendimentos diversos de todos os tipos funcionam não porque as pessoas são administradas e direcionadas, mas

porque a concentração de processos que seus cotidianos representam serve de imã para o uso das caixas coletivas de ferramentas organizativas mundanas desenvolvidas ao longo da história social. (ibidem, p. 188).

Ou seja, a repetição de processos de interação cotidiana cristaliza-se em determinadas formas organizativas, sendo que o “todo” resultante não é mais que a coleção de partes, que por sua vez também são fruto de sua interação entre si.

É possível que aquilo que estamos habituados a denominar de “organização” corresponda melhor à estrutura organizacional. Seria a parte “visível” da organização e também o espaço de verificação científica por excelência: o prédio, estatuto, quadro funcional, propósito, missão, visão, normas, procedimentos, maneiras “corretas” de se agir, tudo isto existe e faz parte da organização. Contudo, o que é importante e necessário ressaltar é que a estrutura organizacional não corresponde à organização. Ela é determinada pelos processos sociais de interação entre as pessoas que formam a organização. A organização não são os prédios e os estatutos, mas as interações sociais cotidianas, cuja concentração configura não somente os processos organizacionais, como também sua estrutura.

Não é a estrutura da organização que produz ou reproduz a ação das pessoas que a formam, ela somente apóia ou restringe essa ação pelo seu efeito simbólico. Assim, o foco de estudo de uma organização deve incidir sobre as pessoas em suas inter-relações, já que a organização é um processo intersubjetivo, no qual o todo é fruto da ação cotidiana, cristalizadas em estruturas (não rígidas, mas mutantes) pelo seu conteúdo simbólico.

Dessa maneira, não existe a organização externa e independente das pessoas que a formam, mas as várias organizações presentes nas concepções de cada integrante. A organização é cambiável e é fruto da “espiral múltipla de narrativas simultaneamente presentes” (Spink, 1996).

Sato (1999) também compreende organização como interação e processo social. Pensar sobre a construção de uma configuração organizativa seria, assim, analisar “como pessoas interagem para definir objetivos e para construir os meios para atingi-los, como constroem regras, rotinas e procedimentos” (p. 200). A organização não é algo dentro do qual o processo social se dá, mas é o próprio processo social:

Organização é interação, sempre. E, nesse sentido, as mudanças, as situações problemáticas, as soluções, que no momento seguinte transformam-se em problemas, serão o normal e não uma “disfunção”. Em segundo lugar, a

organização sempre será aquilo que aquelas pessoas envolvidas farão, não havendo “um melhor jeito de fazer”. Em terceiro lugar, por serem processos movidos por pessoas, grande diversidade de interesses estará presente. São interesses subjetivos, sociais, econômicos e políticos [...] E esses interesses conformam os objetivos e informam a direção e o sentido das práticas. (SATO, 1999, p. 220-221).

Assim, uma vez que a organização é interação, os problemas fazem parte da sua situação normal. Há uma grande quantidade de interesses em jogo em sua dinâmica, já que a organização é formada por diferentes pessoas, que trazem consigo suas histórias de vida, maneiras de ser, interesses pessoais. Logo, o motor da organização seria a confrontação, quando interesses divergentes se opõem e a cooperação, quando estes são compartilhados. Aplica-se a este motor, a lógica dialética, ou seja, a organização é um “processo social que, por pautar-se pela contradição, pela complexidade de interesses, das situações e das pessoas, é ambíguo” (Ibidem, p. 221).

Construir uma organização implica, dessa maneira, em negociar, implica em um “processo de argumentação e contra-argumentação, no qual diversos raciais são postos à mesa, para serem avaliados e preteridos ou eleitos” (Ibidem, p. 222). Este processo de negociação não é somente sobre condições objetivas, mas também sobre “significados, que irão conduzir a escolha dos objetivos a serem perseguidos, das motivações que os sustentam dos meios a serem eleitos e construídos para alcançar tais objetivos” (Ibidem, p. 222). E negociação, uma vez que implica em processos de argumentação e contra-argumentação, tem a ver com linguagem. Novamente, ressaltamos que o estudo de configurações organizativas deve incidir necessariamente sobre as pessoas que a compõe, atentando especificamente como elas se colocam em relação à organização e aos seus integrantes, através da linguagem.

Assim, organização é mutante porque é processo. E é processo, porque resulta de interações intersubjetivas. O que é denominado por “organização” é uma sequência de diferentes arranjos ou configurações organizativas. E na concepção de cada pessoa, existe uma “organização” distinta.

Uma vez que a organização não é algo concreto, nem imutável, um baú dentro do qual os comportamentos podem ser estudados, vale utilizarmos a nomenclatura configurações organizativas para nos referirmos às diversas formas que moldam e formam a organização no

decorrer do tempo, levando em conta a característica de mudança e não rigidez desse fenômeno social.

Ressaltamos que duas ordens de realidades estão presentes nestas configurações: a realidade de cada pessoa que a compõe, com suas necessidades, seus desejos, suas expectativas, suas motivações, sua história de vida, suas aspirações futuras. E a realidade da organização, que é o processo resultante das interações entre as pessoas que a forma. Esta pesquisa irá atentar para estas duas realidades, ao buscar compreender sentidos pessoais no envolvimento com o CEP e sentidos compartilhados pelo grupo de integrantes da organização.

O objeto de estudo dessa pesquisa são as diferentes formas organizativas que configuraram o Centro de Educação, em seu caminho de movimento social à “entidade prestadora de serviços” à comunidade. Esse estudo só é possível através da aproximação das pessoas cujas interações resultaram nessas configurações. Será importante também pesquisar os sentidos e significados que foram cristalizados em sua história, resultando em estruturas e culturas organizacionais.

4. CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO DO SURGIMENTO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR

Configurações organizativas são constituídas a partir de relações intersubjetivas e as pessoas que se relacionam e formam a organização estão inseridas em determinada sociedade, em determinada época. Assim, faz-se importante uma aproximação do contexto sócio-político da época em os moradores iniciaram a organização, que resultou na criação do CEP. O momento sócio-histórico traz discursos que fomentam a construção de sentidos, que podem apoiar a organização dos moradores. Estes discursos, ao mesmo tempo em que são produzidos pelas pessoas, se reproduzem nas interações intersubjetivas.

4.1 Um movimento social na zona leste paulistana

A organização dos moradores da VNSA iniciou-se ao fim da década de 1970, período marcado por intensa mobilização popular no Brasil e que foi o cume de uma elipse que já vinha se desenhando desde as décadas de cinquenta e sessenta. Fatos conjunturais, como a situação social, econômica e política do Brasil e a confluência de respostas de várias organizações, associações e atores sociais são o contexto no qual esses movimentos sociais se desenrolaram.

O Brasil vivia um momento de repressão política derivada do Governo Militar. A urbanização e industrialização, extremamente aceleradas, levaram grandes centros urbanos como São Paulo a crescer repentinamente, sem condições estruturais e de oferta de trabalho para absorver a população migrante. A periferia de São Paulo cresceu desordenadamente e os postos de trabalho existentes não deram conta do excedente de mão-de-obra. O resultado foi o aumento em progressão geométrica da população da cidade de São Paulo¹⁵, queda sensível no valor de compra do salário mínimo, carência de condições adequadas de sobrevivência, como habitação e serviços públicos e pauperização (SADER, 1988). Essa condição vivida por

¹⁵ A taxa geométrica de crescimento na região metropolitana de SP entre as décadas de 60 e 70 foi de 5,44% e entre as décadas de 70 e 80 foi de 4,46%. (SADER, 1988, p.122)

muitos moradores da periferia foi denominada por Kowarick (2000) de espoliação urbana, que diz respeito

[...] à ausência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que, junto com o acesso à terra, se mostram socialmente necessários à reprodução urbana dos trabalhadores [...]. A espoliação urbana só pode ser entendida como produção histórica que, ao se alimentar de um sentimento coletivo de exclusão, produz uma percepção de que algo – um bem material ou cultural – está faltando e é socialmente necessário. (Idem, p. 107).

Assim, o autor define a espoliação urbana como ausência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, ressaltando, que esta falta é determinada histórica e socialmente. A falta significa-se como tal na relação intersubjetiva, e a percepção de carência dá-se na mesma medida que a percepção de exclusão.

Buscando soluções e novas possibilidades diante da crise urbana, constata-se a existência e atuação de inúmeros atores, organizações e associações da sociedade civil¹⁶, que formam uma rede, cuja articulação culminou em grandes movimentos sociais como a greve do ABC¹⁷ paulista de 78-80 e o Movimento contra o Custo de Vida¹⁸. Durante os anos 70 e 80, organizações não-governamentais e movimentos sociais lutam contra a ditadura e pela democratização do país.

A organização dos moradores na VNSA deu-se em meio a este contexto de intensa mobilização popular em São Paulo, quando muitos movimentos sociais surgem. Entendendo que a organizações dos moradores da vila teve características de movimento social, passaremos a delimitar o que entendemos por este fenômeno social.

4.2 Leituras sobre movimentos sociais

¹⁶ O conceito de sociedade civil é aqui compreendido a partir de Habermas (BAYNES, 2002, pp. 123 a 145), como uma rede de associações e organizações não-estatais e não-econômicas que suportam as estruturas comunicativas da esfera pública. A sociedade civil capta os problemas sociais, condensando-os e transmite-os para a esfera pública. Ela está localizada entre o âmbito público e o privado

¹⁷ A sigla ABC refere-se aos municípios de Santo André, São Bernardo e São Caetano, municípios localizados na região metropolitana de São Paulo

¹⁸ Movimento que se iniciou na década de 70 no clube de mães do Jardim Nakamura e que pretendia colher assinaturas para um abaixo assinado a ser enviado às autoridades, pedindo o controle do custo de vida, aumento dos salários, escolas e creches (SADER, 1988., pp 213-225).

4.2.1 O que são movimentos sociais?

Há várias definições sobre movimentos sociais na literatura. Muitas estão relacionadas à atuação de um conjunto de pessoas que aplica recursos e esforços para a consecução de fins comuns. Mas qualquer fim comum caracterizaria um movimento social? Evers (1984, apud GARCIA, 1994, p.13-14), define os movimentos sociais como algo mais, a saber:

Aqueles que surgem de maneira mais ou menos espontânea na sociedade civil, e que não tem no seu nascimento vinculações político-partidárias, nem se pretendem movimentos cuja meta seja a tomada de poder. Eles expressam, antes, necessidades materiais de grupos que se organizam em defesa de direitos coletivos.

Ou seja, para Evers, a finalidade de um movimento social estaria associada à defesa de direitos relacionados a necessidades materiais sentidas pelo grupo. Segundo Sidney Tarrow, (1995, apud GOHN 2000, p. 101) os movimentos sociais “são desafios coletivos construídos por pessoas solidárias e com propósitos comuns, em processos de interação, e incluem as elites, os oponentes e as autoridades”.

Tourraine (1989, apud GARCIA, 1994, p. 11) amplia a idéia de luta por direitos relacionados somente a necessidades materiais, afirmando que movimento social é “um conflito social que opõe formas contrárias de utilização dos recursos e dos valores culturais, sejam estes da ordem do conhecimento, da economia ou da ética”.

A autora brasileira Ana Doimo (1995) define movimentos sociais a partir de uma perspectiva marxista. São lutas das classes dominadas por reivindicações junto à classe dominante. Para ela, os movimentos sociais são novas formas de participação, geralmente pensadas a partir da alteração da lógica capitalista. Ela afirma também que os movimentos sociais não necessariamente terão uma característica transformadora, mas que podem constituir redes sociais que criam “*energias sócio-políticas*” e recursos de poder capazes de influir nos padrões culturais e políticos.

Sherer-Warren (1984, p. 9) concorda com Doimo na definição de que “quando as pessoas se organizam na busca da libertação, ou seja, superar alguma forma de opressão e atuar na produção de uma sociedade modificada pode-se falar na existência de um movimento social.”.

As definições destacadas possuem aspectos divergentes entre si: seria um movimento social um tipo de organização pela defesa de direitos relacionados a necessidades materiais ou seria um conflito que envolveria formas contrárias de valores culturais? Teriam os movimentos sociais o objetivo de alterar o sistema dominante ou a luta é pela inclusão? Apesar das divergências, e sabendo que a revisão dos autores acima não se propôs ser exaustiva, mas visou a reunir algumas leituras possíveis, podemos destacar alguns pontos comuns entre elas, esboçando a definição com a qual trabalharemos aqui: entendemos movimentos sociais como sendo um grupo organizado de pessoas que possuem, objetivos comuns que envolvem algum tipo de confronto com uma outra parte que detém o poder. Utilizando as palavras dos autores, os movimentos sociais envolvem “luta”, “conflito”, “superação da opressão”, existência de “opponentes”, “defesa dos direitos”, “busca de libertação”, ou seja, nestas expressões há o componente de confronto entre partes distintas detentoras de interesses divergentes. Fica claro também que o movimento social é um tipo de organização, um processo intersubjetivo com objetivo determinado.

Sobre os movimentos sociais no Brasil, nas décadas de 1970 e 1980, Doimo (1995) traz o conceito de ação direta para situar o novo e virtual espaço de conflitos que se configurou nessas décadas. As características desses movimentos de ação direta são: a) contam com base social dispersa; b) constituem-se fora dos mecanismos tradicionais de representação política, apesar de reivindicar direitos junto ao governo; c) regem-se pela lógica da solidariedade e do consenso e por isso tornam-se vulneráveis ao agenciamento de grupos e instituições que não têm a política como fundamento institucional e, finalmente; d) possuem caráter altamente cambiante, podendo em um momento defender o Estado e reivindicar vantagens do mercado e, no outro, negar e lutar contra o Estado.

Cabe ressaltar que toda luta que usa a categoria de “direito”, como foi o caso do CEP é, em essência, uma luta dentro de um sistema, ou seja, uma ação que luta por reconhecimento e inclusão em um determinado sistema e não a alteração do mesmo. Isto de alguma maneira já pode traçar o seu destino – a institucionalização e burocratização.

A organização dos moradores na VNSA deu-se neste contexto de mobilização popular que ocorria em São Paulo nas décadas de setenta e oitenta e teve as características de um movimento social, segundo a definição acima: foi um grupo organizado de pessoas que possuía objetivos comuns e que, em alguns momentos, entrou em conflito com a outra parte

detentora do poder, o Estado, a fim de reivindicar a instalação de serviços aos quais tinham direito.

4.2.2 Fatores catalisadores dos movimentos sociais: necessidades básicas e mediações simbólicas

Tendo definido movimentos sociais, fica a pergunta de quais seriam os elementos ou fatores que contribuiriam para o seu nascimento? Seria possível determinar fatores que catalisariam o processo de surgimento de um movimento como o que aconteceu na vila?

Uma das hipóteses é que as faltas materiais vividas pelas pessoas seja um destes catalisadores. Em um contexto como o da Vila Nossa Senhora Aparecida, o dia-a-dia dos moradores no início da década de 80 era extremamente dificultado pelo acesso precário a serviços públicos diversos, como saneamento básico, coleta de lixo, asfaltamento e equipamentos públicos, como escolas e postos de saúde. O acesso precário, e por vezes inexistente, a esses bens de consumo coletivo seriam um dos propulsores para a formação de um movimento social?

Segundo Kowarick (2000), não existe relação linear entre condição de vida e conflito. A precariedade ou inexistência de serviços coletivos não geraria conflito, isto porque a condição material não é uma falta em si, mas é significada socialmente como uma necessidade não satisfeita.

Sader (1988), da mesma maneira que Kowarick, defende a impossibilidade de se compreender os movimentos sociais a partir somente das condições de vida e destaca o fator simbólico imprescindível para essa compreensão. Ele acredita que não seja possível deduzir ou explicar os movimentos sociais a partir das condições de reprodução da força de trabalho. Não se podem deduzir orientações e comportamentos de condições objetivamente dadas, como uma falta material, uma vez que isso pressuporia uma noção de necessidades objetivas que moveriam as pessoas sem as mediações simbólicas que as constituem enquanto necessidades sociais. Entendendo movimento social como processo intersubjetivo, no qual a

linguagem ocupa lugar central, fica claro que a questão não são as faltas, ou a precariedade de condições de vida *per se*.

Aquilo que é denominado de “necessidades básicas” é elaborado social e culturalmente, através de um processo de atribuição de sentido. Muitos movimentos sociais existentes nas décadas de setenta e oitenta na cidade de São Paulo lutavam por obtenção de bens e serviços concretos, mas a determinação do que é necessidade e o modo como o grupo decide lutar dependem dos sentidos construídos pelo grupo, que irão orientar as ações.

Tarrow (1994, apud GOHN, 2000, p. 92-107) em resposta a uma linha teórica norte-americana que atribuía a motivação para a participação nos movimentos sociais somente a incentivos microeconômicos, ressalta a importância dos sistemas de crenças e símbolos como elemento motivador. As lutas não somente são motivadas, como geram significados que definem os rumos das ações do grupo. Assim, segundo este autor, a análise de um movimento social deve “buscar os símbolos e as definições que os grupos dão a suas ações e como fazem suas escolhas, assim como porque deixam de fazer outras” (Ibidem, p. 94). O mesmo autor afirma que o líder do movimento tem papel central na formação destes conceitos e na transformação dos símbolos ideológicos em realidade efetiva para a mobilização do grupo.

Assim, se por um lado as carências materiais vividas por um grupo de pessoas podem ser catalisadoras para a formação de um movimento social, faz-se necessário ressaltar que elas só o são quando discursos e sentidos construídos as determinam socialmente como faltas. A mediação simbólica faz-se central na formação de um movimento social: externamente ao grupo, nos discursos vigentes no contexto sócio-histórico que apóiam a construção de sentidos no grupo; internamente, nas motivações e sentidos intersubjetivos atribuídos pelo grupo à situação em que vive e às suas possibilidades de ação.

4.2.3 Os discursos da Igreja Católica, Marxismo e Sindicalismo.

O contexto sócio-político no qual o CEP surgiu trazia consigo discursos que apoiaram a significação pelos moradores da vila de sua condição de vida e da possibilidade de lutar por condições melhores.

Sader (1988) traz importantes contribuições para a compreensão da importância dos discursos presentes no contexto dos movimentos sociais. Ele afirma que é impossível pensar os movimentos sociais que surgiam nas décadas de setenta e oitenta no Brasil sem analisar a atuação da Igreja Católica, das comunidades eclesiais de base, da esquerda marxista e do sindicalismo, denominadas por eles de “*agências*”. Entre outros fatores, ele afirma que as “*agências*” produtoras de discursos apoiaram e fomentaram a mobilização dos moradores da periferia.

O autor, tendo ressaltado que é através da linguagem que as demandas de um grupo são nomeadas e objetivadas, traz uma importante contribuição para a compreensão dos movimentos sociais. As matrizes são discursos vigentes, processos de atribuição de significados, pelos quais certas ações sociais são definidas como correspondentes a interesses da coletividade. Elas são categorias de nomeação capazes de reordenar os enunciados, nomear aspirações difusas ou articulá-las de outro modo, de maneira que os indivíduos se reconheçam nesses novos significados. O sujeito se identifica através do discurso, que atribui sentido àquilo que o sujeito vive.

E de onde viriam estas matrizes discursivas? A tese central de Sader é que há centros de produção de idéias e de discursos, as “*agências*”, que nomeiam situações vividas pelas pessoas e com os quais elas podem se identificam. Essa ressignificação pode ser catalisadora do movimento social.

Analisando os movimentos sociais das décadas de setenta e oitenta, o autor encontra os centros dessa elaboração discursiva em três agências: a Igreja Católica, a nova esquerda e o sindicalismo. Cabe ressaltar que as matrizes não existem isoladamente, mas se mesclam e se influenciam mutuamente, produzindo uma rede de sentidos. Tampouco estas três matrizes foram as únicas que incidiram sobre os significados dos movimentos sociais da época. O

autor destaca que elas foram as principais produtoras de discursos que impulsionaram as ações dos grupos organizados.

Na primeira agência, a Igreja Católica, destaca-se a importância das idéias e símbolos provenientes da Teologia da Libertação, juntamente com sua face operacional, as comunidades eclesiais de base (CEB) e a atuação dos agentes pastorais nos bairros da periferia. Foi um momento singular na história da Igreja Católica no Brasil, no qual ela se envolveu profundamente com as classes populares, muitas vezes tomando um papel subversivo e de oposição à ordem dominante. Seu discurso era a chamada ao engajamento político, tomando Cristo como a referência para a luta por libertação. O foco dos ensinamentos da Igreja saiu do catolicismo centrado na salvação individual e passou para um cristianismo focado no engajamento político comunitário.

Essa mudança de foco da Igreja foi fruto de sua história e de posicionamentos tomados pelos seus dirigentes. A conferência de bispos em Medellín, na Colômbia, em 1968, chamava a Igreja a se engajar na luta contra a miséria. No Brasil, em 1973, Dom Paulo Evaristo Arns¹⁹ lançou a Operação Periferia, quando vendeu o palácio Episcopal, apoiou oficialmente as comunidades eclesiais de base (CEBS) e, em uma época de ditadura militar e ações do Estado de desrespeito às liberdades individuais, assumiu publicamente a defesa dos direitos humanos.

As CEBs funcionavam como centros comunitários nos bairros da periferia, reunindo os moradores para ler e refletir sobre ensinamentos bíblicos e para discutir sobre problemas comuns. Elas eram dirigidas por freiras, padres ou mesmo por leigos, que eram incentivados a conduzir os rituais católicos com suas comunidades.

As comunidades eclesiais de base se expandiram, inclusive na zona leste de São Paulo. Em 1981, eram oitenta mil CEBs pelo Brasil. As CEBs orientaram e apoiaram os moradores das periferias a não mais a “pedirem favores”, mas a reivindicar seus direitos. O discurso era de que eles eram *povo de Deus*, e deveriam *lutar por sua libertação* de quem lhes oprimia. As CEBs apoiaram mutirões, mobilizações, abaixo-assinados e reivindicações junto ao poder público.

¹⁹ Dom Paulo Evaristo Arns foi responsável pela Diocese de São Paulo entre os anos de 1970 e 1998. Ele nomeou como bispo auxiliar da Arquidiocese de São Paulo para a Zona Leste, Dom Angélico Sândalo Bernardino, entre 1975 e 1989, que incentivou o funcionamento das CEBs na região de São Miguel, estando inclusive presente na inauguração do salão comunitário do Centro de Educação Popular, na Vila Nossa Senhora Aparecida.

Além da Igreja, o autor também situa a produção de matrizes discursivas em outras duas agências, o sindicalismo e a nova esquerda. A última foi formada por militantes do marxismo que iam buscar novas formas de ligação com o povo e acabaram dentro das comunidades, geralmente envolvidos com educação popular, seguindo os paradigmas de Paulo Freire e Gramsci, sendo formadores de opinião dentro dos bairros de periferia. O sindicalismo também cresceu enormemente nestas décadas e ressignificou a situação do trabalhador, através da luta dos sindicatos pela melhora na condição de trabalho. A defesa do salário era vista como uma maneira de afirmar a dignidade do trabalhador.

Os temas do humanismo, da solidariedade e da justiça estavam presentes nas matrizes discursivas produzidas por essas três agências e, segundo Sader, formaram importante base simbólica para que os moradores pobres das periferias de São Paulo ressignificassem sua situação de vida e se articulassem em movimentos sociais que reivindicavam direitos junto ao Estado.

Doimo (1995) critica a “imparcialidade” das agências produtoras das matrizes discursivas encontrada em Sader. A Igreja Católica e as outras agências e organizações envolvidas tinham e sempre têm interesses institucionais em jogo. Ela critica Sader quando este não considera em sua análise o peso dos interesses institucionais de cada agência, lembrando que as instituições formais exercem grande influência sobre a dinâmica cultural e a mudança social e que os símbolos e sentidos, não constituem somente um exercício de linguagem, mas marcam o reconhecimento social da posição de autoridade de quem o emite (p. 73-74).

Ela destaca que dentro da Igreja Católica, havia a existência de um projeto modernizante, a intenção de enxugar sua estrutura interna e de revitalizar a sociedade civil contra o crescimento do Estado. “Para tanto, previa-se o recrutamento da ajuda para o desenvolvimento participativo e autodeterminado com vistas à promoção da educação integral” (Ibidem, p. 81). A Teologia da Libertação encontra-se neste campo de disputa institucional entre Igreja e Estado.

Assim, Doimo acrescenta um fator à análise das matrizes discursivas feitas por Sader: a matriz discursiva produzida pela Igreja também era fruto de suas necessidades e interesses internos e determinava relações de poder, da mesma maneira que as outras agências.

Ressaltamos a importância da Igreja Católica e das comunidades eclesiais de base como produtora de discursos que apoiaram a formação de grupos organizados na periferia de São Paulo, incluindo aqui o grupo de comunitários da Vila Nossa Senhora Aparecida. Em um contexto onde o pobre da periferia, que morava em favelas, era alvo de preconceito, o discurso teológico vem valorizá-lo e colocá-lo em posição não de vítima, mas de agente de mudança. Os sentidos encontrados nestes discursos serviram como catalisadores para a ação de muitos movimentos sociais.

4.2.4 Fenecimento dos movimentos sociais populares a partir da década de 1990

As mudanças ocorridas no CEP entre sua primeira e segunda fase não foram fato isolado. Segundo Doimo (1995), no início da década de noventa, os movimentos sociais vão perdendo sua força política e ação reivindicatória. Passam por um processo de institucionalização e de profissionalização, sob as exigências de maior eficiência e racionalidade postas, por seus financiadores.

A socióloga Maria da Glória Gohn afirma que o contexto dos anos 90 alterou as lógicas dos movimentos sociais e das organizações não-governamentais. Em entrevista realizada para a revista eletrônica Setor 3, a socióloga ressalta que

[...] na segunda metade dos anos 90, a conjuntura econômica alterou ainda mais a dinâmica dos movimentos sociais em geral, e dos populares em particular, assim como das ONGs. Essas últimas repensaram seus planos, planejamentos de ação, estratégias e forma de atuar e elaboraram novos planejamentos estratégicos. Novas pautas foram introduzidas tais como a de se trabalhar com os excluídos sobre questões de gênero, etnia e idades, por exemplo. Os novos tempos, de desemprego e aumento da violência urbana, assim como o crescimento de redes de poder paralelos nas regiões pobres, ligados ao narcotráfico de drogas e outros, também colaboraram, e muito, para desmotivar a população necessitada a participar de reuniões ou outras atividades dos movimentos e aderirem aos programas e projetos das ONGs. Um grande número de projetos sociais passa a ser patrocinado por empresas e bancos, dentro de programas de responsabilidade social, no âmbito da cidadania corporativa. (GOHN, 2005, sem página)

Dá-se um novo momento para os movimentos sociais comunitários e para as organizações não-governamentais, no qual há o fortalecimento da ação social de empresas privadas, com seus programas de responsabilidade social e cidadania corporativa, concomitantemente com a diminuição na participação da população pobre em ações

reivindicatórias. A lógica e o discurso empresarial adentram nos projetos sociais da periferia, retirando o foco da mobilização social e reivindicação para a prestação de serviços à comunidade, perante a execução de projetos.

A autora esclarece que a nova política estatal de financiamento e de atuação social em parceria com a sociedade organizada privilegia projetos sociais com foco em públicos e ações específicos. Os projetos devem ser propositivos e não “apenas” reivindicar direitos.

Assim, segundo a autora, muitos movimentos sociais foram tomando a forma de ONGs: os projetos executados devem ter resultados e prazo determinado para sua consecução:

Criou-se uma nova gramática onde mobilizar deixou de ser para o desenvolvimento de uma consciência crítica ou para protestar nas ruas. Mobilizar passou a ser sinônimo de arregimentar e organizar a população para participar de programas e projetos sociais. O militante foi se transformando no ativista organizador das clientelas usuárias dos serviços sociais. (Idem)

Ou seja, o processo de fenecimento do movimento social que ocorreu na vila acompanhou o contexto sócio-político da época. As mobilizações populares não se davam mais para reivindicação de direitos e muitos movimentos sociais passaram a operar nos moldes das organizações não-governamentais, devendo executar projeto sociais com recursos vindos de instituições e fundações que demandam eficiência e racionalidade na entrega do *produto*, em determinado prazo.

Doimo (1995) analisa que vários fatores contribuíram para esta mudança, mas que isso não significa necessariamente derrota, mas mudança de contexto e de direção. Ela afirma que a nova conjuntura política, os intelectuais de esquerda voltando-se para outro foco, a retirada parcial da Igreja Católica, a maior presença das organizações não-governamentais internacionais que trazem consigo a exigência de maior racionalidade e eficiência, entre outros fatores, resultaram no fenecimento dos movimentos sociais. Ela critica a idéia de derrota, porque tudo depende dos interesses que estão em jogo no conflito e de como os portadores destes interesses disputam as forças.

Assim, talvez o que foi compreendido por alguns como uma crise nos movimentos sociais pós-década de noventa possa ser compreendido como a passagem de um momento conjuntural para outro. Na conjuntura das décadas de 70 e 80, sob um conjunto de matrizes discursivas e redes de agenciamento, houve uma concentração de movimentos sociais e extrema visibilidade dos mesmos, até mesmo diante da repressão política.

Necessário faz-se ressaltar que estes movimentos trouxeram conquistas importantes, não somente no nível da comunidade, com a melhoria da oferta de serviços públicos, como ocorreu na vila, mas também para o Brasil, na abertura de espaços políticos. Com a contribuição dos movimentos sociais das décadas de setenta e oitenta, chegou-se à Constituição Federal de 1988, houve a criação do Partido dos Trabalhadores, da Central Única dos Trabalhadores, da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG). Houve a abertura política e institucional e espaços políticos importantes foram criados. A luta pela redemocratização da sociedade brasileira certamente obteve resultados.

4.3 Movimentos Sociais e Organizações Não-governamentais (ONG)

Uma vez que o CEP está sob forte influência do discurso das ONGs, cabe esclarecer a definição de tal conceito e compará-lo com o conceito de movimentos sociais.

Segundo Karol (2000), a denominação ONG surgiu durante o período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, nos documentos da Organização das Nações Unidas, quando muitas associações nasceram e passaram a atuar com o objetivo de ajudar os países destruídos pela guerra. A denominação tinha a principal função de discriminá-las das organizações governamentais. Entre 1945 e os tempos atuais muito se passou e a área de atuação das ONGs cresceu, bem como seu escopo de atuação.

Segundo o artigo 2 do Estatuto Social da ABONG, Associação Brasileira de ONGs:

[...] são consideradas Organizações Não Governamentais-ONGs, as entidades que, juridicamente constituídas sob a forma de fundação ou associação, todas sem fins lucrativos, notadamente autônomas e pluralistas, tenham compromisso com a construção de uma sociedade democrática, participativa e com o fortalecimento dos movimentos sociais de caráter democrático, condições estas, atestadas pelas suas trajetórias institucionais e pelos termos dos seus estatutos (ABONG, 2006, sem página)

Assim, segundo a ABONG, ONGs seriam entidades sem fins lucrativos, autônomas e que buscam contribuir para uma sociedade mais democrática e participativa. Karol (2000), a partir de uma revisão da literatura sobre o tema, conclui que ONGs são instituições independentes, ou seja, não são parte integrante de nenhuma estrutura maior, não possuem

fins lucrativos e localizam-se na esfera não-governamental. Ele também conclui que as ONGs “devem produzir projetos interessantes para seus financiadores e esforçar-se para executá-los com sucesso [...]. Para se sustentarem, necessitam de um bom desempenho” (idem, p. 30)

PINTO (2006), pontua algumas diferenças entre movimentos sociais e ONGs:

Muitas vezes as ONGs tendem a confundir-se com os movimentos sociais, mas contêm diferenças importantes que necessitam ser apontadas: 1) há um grande número de ONGs que surgiram a partir dos movimentos sociais, principalmente de movimentos identitários [...]; 2) no que pese a característica anteriormente citada, as ONGs não substituem os movimentos nem são uma fase avançada destes, mas se relacionam com eles. Dividem com os movimentos sociais a fragmentação de seus temas, demandas e campanhas, mas seus funcionamentos são muito distintos: uma ONG só existe por intermédio de projetos que a sustentem, ela é pró-ativa, tem metas a cumprir, programas pré-estabelecidos e financiados. Os movimentos sociais são menos estruturados, não prestam contas, nem têm um grupo de profissionais para sustentar. As ONGs formalizam-se, possuem diretorias, conselhos e corpo de funcionários. Isto pode levar, pelo menos em tese, a um processo de auto-referência muito grande, no qual sua reprodução como organização tenha quase tanta centralidade como a causa que defende; 3) mesmo que muitas ONGs tenham se originado de movimentos sociais, esta não é a sua única origem, também surgiram de grupos de profissionais envolvidos com causas específicas, de ex-militantes políticos, tanto os que tiveram carreira interrompida pelo golpe militar, como os que se desiludiram e deixaram os partidos políticos por outras razões. As origens delimitam muito de perto a relação entre a ONG e a causa que defende. (p. 656-657)

Assim, se por um lado muitos movimentos sociais institucionalizaram-se em ONGs, este não é um caminho necessário, nem as ONGs são estágios evoluídos dos movimentos sociais. A principal diferença entre eles seria justamente o seu funcionamento e sua estrutura: “os movimentos sociais são menos estruturados, não prestam contas, não têm um grupo de profissionais para sustentar”. Além disto, nós acrescentaríamos que a finalidade dos dois também se distingue, na medida em que os movimentos sociais, segundo nossa definição acima, envolvem conflito ou luta com a parte que detém poder, o que não acontece, necessariamente, nas ONGs.

5. CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

5.1 Discurso, praticas discursivas e sentido

A escolha de abordagem teórico-metodológica em relação à análise da produção de sentidos partiu da constatação da importância dos conteúdos simbólicos e dos sentidos que apoiaram as diferentes configurações organizativas do CEP. Uma vez que a pessoa só se constitui no contexto intersubjetivo (MEAD, 1976) e que os processos organizativos consistem em processos intersubjetivos nos quais a linguagem e discurso desempenham papel central, torna-se evidente a importância de um método de análise da construção dos sentidos que apoiem e apoiaram a existência e ação do CEP e de suas configurações organizativas. Para tanto, foi necessária uma abordagem teórico-metodológica que embasasse e fornecesse instrumentos para a análise de discursos. Recorremos, assim, à abordagem construcionista de produção dos sentidos relatada por Spink. (1999).

Segundo Kenneth Gergen, “A investigação sócio-construcionista preocupa-se, sobretudo, com a explicação dos processos por meio dos quais as pessoas descrevem, explicam ou dão conta do mundo (incluindo a si mesmos) em que vivem” (GERGEN, apud SPINK, 1999, p. 26). Estas explicações e descrições são formas de ação social, uma vez que significam e ressignificam as interações sociais, objetivando o viver do ser humano no mundo.

Assim, não existe a realidade do objeto, nem a do sujeito que o conhece isoladamente. Os dois se constituem um na relação com o outro. O conhecimento é fruto de construção coletiva e sócio-histórica:

[...] os critérios e conceitos que utilizamos para descrever, explicar, escolher entre as opções que se apresentam são construções humanas, produtos de nossas convenções, práticas e peculiaridades. [...] A pesquisa construcionista é, portanto, um convite a examinar essas convenções e entendê-las como regras socialmente construídas e historicamente localizadas. (SPINK, M. J, 1999, p. 32)

Compreendendo o conhecimento e as explicações e descrições que as pessoas fazem a respeito do mundo como construções sócio-históricas, Spink atribui papel central à linguagem

neste processo. É através dela que ocorrem os processos de objetivação que estruturam as relações sociais e que os sentidos que apóiam a nossa compreensão do mundo são produzidos. A linguagem constrói a realidade. Assim, a “análise do discurso” torna-se extremamente importante como teoria e método para acessar os sentidos produzidos e atribuídos pelas pessoas aos processos e situações sociais. São esses sentidos que organizam e moldam a ação e interação das pessoas no mundo.

Na análise da dimensão lingüística na produção dos sentidos, a autora destaca alguns conceitos centrais, cujas definições são necessárias para a compreensão desta abordagem. São eles: sentido, discurso, práticas discursivas e repertórios interpretativos.

Os sentidos são os termos construídos socialmente, a partir dos quais as pessoas compreendem e lidam com o mundo. Segundo a autora,

O sentido é uma construção social, um empreendimento coletivo, mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas – na dinâmica das relações sociais historicamente datadas e culturalmente localizadas – constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta. (Ibidem, p. 41)

Assim, dar sentido é uma atividade constante e eminentemente humana, sendo a linguagem o elemento que sustenta as práticas sociais geradoras sentido. Construir e atribuir sentidos é construir o mundo onde vivemos.

Já o discurso, na perspectiva da autora, relaciona-se às regularidades da linguagem, ou “ao uso institucionalizado da linguagem e de sistemas de sinais de tipo lingüístico” (DAVIES & HARRÉ, apud SPINK. M. J., 1999, p. 43). Assim, cada grupo ou estrato social tem seu discurso específico – discurso médico, discurso psicológico, discurso capitalista – que pode estar dentro de um tipo de discurso mais geral. Eles variam com o tempo e dentro de um mesmo grupo social pode haver discursos que competem entre si, ou seja, que fornecem diferentes versões sobre um fenômeno social. Uma vez que é institucionalizado, “há uma tendência à permanência no tempo, embora o contexto histórico possa mudar radicalmente os discursos” (Ibidem, p. 43). Apesar de o discurso prever as regularidades no uso da linguagem, ele “não desconsidera a diversidade e a não-regularidade presentes em seu uso diário pelas pessoas”. (Ibidem, p. 44), ou seja, no dia-a-dia, discursos existentes em determinado contexto sócio-histórico surgem mesclados entre si, e em meio à produções e construções de sentidos pessoais e intersubjetivas.

Se o conceito de discurso remete às regularidades da linguagem, por sua vez, o conceito de práticas discursivas relaciona-se aos momentos de produção de sentido, de posicionamentos pessoais. O conceito de práticas discursivas remete

[...] aos momentos de ressignificações, de rupturas, de produção de sentidos, ou seja, corresponde aos momentos ativos do uso da linguagem, nos quais convivem tanto a ordem como a diversidade. Podemos definir, assim, práticas discursivas como linguagem em ação, isto é, as maneiras a partir das quais as pessoas produzem sentidos e se posicionam em relações cotidianas. (Ibidem, p. 45)

Enquanto o discurso relaciona-se às regularidades lingüísticas e ao caráter institucionalizado da linguagem, as práticas discursivas são os momentos ativos da linguagem, quando as pessoas produzem sentidos e se colocam diante do que acontece à sua volta. O sentido é construído a partir da utilização de repertórios interpretativos que estão a nosso dispor. Eles são

[...] as unidades de construção das práticas discursivas – o conjunto de termos, descrições, lugares-comuns e figuras de linguagem – que demarcam o rol de possibilidades de construções discursivas, tendo por parâmetros o contexto em que essas práticas são produzidas e os estilos gramaticais específicos [...]. (Ibidem, p. 47).

Assim, a partir das definições de discurso, sentido, práticas discursivas e repertórios interpretativos, buscamos uma melhor compreensão dos processos organizativos do CEP através da análise da prática discursiva apresentada por participantes do CEP em entrevistas e da análise de documentos arquivados na organização. As falas dos entrevistados serão compreendidas como práticas discursivas, ou seja, momentos de produção de sentido, de linguagem ativa, que podem incluir em si aspectos de determinados discursos que influenciam a construção de sentidos.

As matrizes discursivas de Sader serão compreendidas como discurso, ou seja, um tipo de linguagem institucionalizada encontrada em determinado grupo social. No caso específico desta pesquisa, a Teologia da Libertação será compreendida como o discurso, ou matriz discursiva, da Igreja Católica, revelado e significado através do funcionamento, operacionalização e ensinamentos realizados nas e pelas CEBs. Outro discurso possível de se fazer presente nas falas dos entrevistados e nos documentos é aquele das ONGs, ou do Terceiro Setor.

5.2 “Lembrar é refazer”: articulações entre memória individual, memória coletiva e produção de sentido

Uma vez que o interesse desta pesquisa incide sobre as configurações organizativas do CEP na atualidade e no passado e que um dos procedimentos escolhidos foi a entrevista com pessoas que foram solicitados a falar sobre acontecimentos presentes e passados, necessário se faz realizar algumas considerações sobre a memória e sua relação com a produção de sentidos.

Os entrevistados desempenharam duas ações distintas ao falar de seu envolvimento atual no CEP e ao narrar suas lembranças da vida na vila há mais de 20 anos e do início do movimento. Falar sobre a situação presente do CEP e relembrar o início da mobilização comunitária. Nestas duas ações, a produção de sentidos articula-se com a ativação da memória, contudo a memória de fatos passados, a memória antiga, que pode também ser chamada de lembrança, exige uma análise especial. Esta análise irá considerar três pontos: a relação entre memória pessoal e memória coletiva, entre a memória e os fatos passados e, por fim, entre memória e sentido.

Primeiramente, afirmamos que a memória individual não pode ser considerada isoladamente, fora do seu contexto social e da compreensão da memória coletiva. Halbwachs (apud BOSI, 1994) aponta a importância da memória como fato social. Ele afirma que não existe memória puramente individual. O meio em que se vive, os companheiros, famílias e a sociedade como um todo moldam aquilo que se irá lembrar. A memória da pessoa está necessariamente amarrada à memória do grupo, ou dos grupos, dos quais faz parte.

Barlett (apud BOSI, 1994) traz a idéia de “convencionalização”, segundo a qual a evocação é moldada pelo contexto de idéias e valores que a evocam. A memória se constrói socialmente. O grupo de pessoas que trabalha junto tende a criar versões coerentes de narração e interpretação dos fatos. Procura fixar sua imagem para a história.

O grupo pode reforçar ou não nossa lembrança. Segundo Bosi,

Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva. Nossos deslocamentos alteram esse ponto de vista: pertencer a novos grupos nos faz evocar lembranças significativas para este presente e sob a luz explicativa que

convém à ação atual. O que nos parece unidade é múltiplo. Para localizar uma lembrança não basta um fio de Ariadne; é preciso desenrolar fios de meadas diversas, pois ela é um ponto de encontro de vários caminhos, é um ponto complexo de convergência dos muitos planos do nosso passado. (Idem, p. 413)

Assim, ao analisar as falas dos entrevistados atentamos para a análise da memória do grupo, lembrando que as pessoas que convivem criam versões coerentes de interpretações dos fatos. Disto decorreu o procedimento de análise de temas comuns ao grupo, quando a memória sobre um acontecimento partilhado e passado revelou sentidos comuns aos entrevistados.

A citação acima de Bosi além de apontar para a importância da intersecção entre memória individual e memória do grupo, traz a nossa atenção para um segundo ponto que gostaríamos de ressaltar: o pertencimento a novos grupos traz novas explicações para as lembranças. O fato passado não é único, cristalizado e consolidado. A memória de algo não coincide com o fato ocorrido:

Conhecemos a tendência da mente em remodelar toda experiência em categorias nítidas, cheias de sentido e úteis para o presente. Mal termina a percepção, as lembranças já começam a modificá-la: experiências, hábitos, afetos, convenções vão trabalhar a matéria da memória. Um desejo de explicação atua sobre o presente e sobre o passado, integrando suas experiências nos esquemas pelos quais norteia sua vida. (Ibidem, p. 419).

Além da memória não coincidir com os fatos passados, ela altera-se no decorrer do tempo. Lembrar não é reviver o fato passado, mas sim refazê-lo, repensar a imagem do passado (BOSI, 1994). A lembrança não equivale ao fato vivenciado no passado, uma vez que já não somos mais os mesmos. A cada instante as novas experiências nos modificam. O “eu” atual intervém sempre que o passado é evocado. Cada vez que uma pessoa se lembra de algo, este alguém está diferente da última vez que o fez; assim a própria memória sofre alterações com o passar dos anos. Não permanece intacta.

Dessa maneira, ao analisar os depoimentos e falas dos moradores da VNNA, foi necessário levar em conta este aspecto da memória: o passado que emergiu nas lembranças não foi correspondente aos fatos puros, uma vez que estes não existem. Os fatos passados em sua pureza são inatingíveis. O conteúdo trazido pela memória das pessoas foi tratado como lembrança refeita.

Finalmente, faz-se necessário esclarecer a relação entre memória e produção de sentido. O modo como percebemos o mundo é significado pelas experiências passadas. Os

sentidos presentes são significados pela memória. Bergson afirma que “não há percepção que não esteja impregnada de lembranças” (apud BOSI, 1994) e estas lembranças influem no modo como percebemos as coisas, influem no dar sentido ao mundo em que vivemos.

Por outro lado, conforme dito anteriormente, a memória também é alterada e não permanece intacta, uma vez que nós estamos em constante mudança. A memória é ressignificada pelos sentidos presentes. Assim, o processo de dar sentido a situações atuais sofre interferência da memória que, por sua vez, é modificada e ressignificada pela construção de sentidos presentes. A cada momento damos novas explicações para nossas experiências vividas no passado e no presente. Os sentidos produzidos hoje que apóiam a o nosso estar e compreender o mundo são construídos e reconstruídos a partir da memória, continuamente, o que, ao mesmo tempo ressignifica as nossas experiências passadas. Enfim, ressaltamos que não existe construção de sentido que não esteja impregnada de lembrança, nem lembrança que não seja construção de sentido presente.

5.3 Aproximação do campo

Em outubro de 2005, conversamos com a diretora geral do CEP, Sônia, explicitando nossa intenção de realizar uma pesquisa em Psicologia Social sobre o Centro de Educação, destacando o nosso grande interesse pela mobilização dos moradores na década de 1980 e o caminho percorrido por eles, das reivindicações ao estabelecimento da organização social CEP. Ela concordou e concedeu-nos uma entrevista, na qual compartilhou um pouco sobre a história da organização. Sônia iniciou o seu envolvimento com as comunidades eclesiais de base, e começou a atuar como liderança importante na organização do grupo. Hoje é diretora geral da organização. A entrevista que ela nos concedeu foi transcrita e serviu de base para o projeto de pesquisa.

Após escrever o projeto de pesquisa, procedemos à pesquisa de bibliografia sobre organização e sobre movimentos sociais. O contato com diferentes teorias colocou-nos diante da necessidade de aproximação do campo, de ouvir os participantes da organização, acessar os documentos produzidos. Então, uma nova aproximação do campo deu-se a partir de visitas ao CEP e do contato com documentos arquivados. Tivemos acesso a fotos, relatórios de

prestação de contas, uma tese realizada sobre a Rádio Comunitária já citada anteriormente e um caderno manuscrito pelos moradores da vila. A análise destes documentos foi realizada e registrada, como maneira de acessar os processos organizativos do CEP.

Após a análise dos documentos, realizamos entrevistas com alguns participantes do CEP. O critério para a escolha dos entrevistados foi:

- Participantes do CEP desde seu início até os dias de hoje;
- Participantes somente da primeira fase;
- Participantes somente da segunda fase.

Solicitamos a Sônia que nos indicasse os contatos de pessoas que participaram do início do movimento na vila e também de atuais funcionários do CEP, com quem poderíamos conversar. Realizamos, então, as entrevistas entre junho de 2007 e fevereiro de 2008. Para a realização desta pesquisa, sete pessoas foram entrevistadas, incluindo a entrevista inicial com a diretora geral, realizada em outubro de 2005:

Entrevistados que participaram das fases 1 e 2 do CEP:

- a. Sônia, mineira, diretora geral do CEP, participa da organização desde o seu início.
- b. Aragão, atual coordenador do MOVA (Movimento de Alfabetização) que acontece no CEP, participa da organização desde o seu início, foi seu primeiro presidente entre 1990 e 1995.
- c. Maria, mineira, aposentada, não está mais ligada ao CEP, trabalhou como cozinheira da creche entre 1986 e 2003.

Entrevistados que participaram somente da fase 1 do CEP:

- d. Rui, baiano, trabalha com construção civil, participou dos grupos de luta desde o início até 1986, hoje não é mais ligado ao CEP.
- e. Pilar, espanhola, freira franciscana, participou do grupo durante seis anos, entre 1979 e 1985.

Entrevistados que participaram somente da fase 2 do CEP:

- f. Claudi, baiano, foi o segundo presidente da organização, entre 1995 e 2000. Hoje não está mais ligado ao CEP e trabalha como conselheiro tutelar.
- g. Minéia, baiana, funcionária do CEP, trabalhando como educadora da creche e do núcleo sócio-educativo desde 1999.

Iniciamos todas as entrevistas com uma introdução, explicitando qual o nosso objetivo. Pedimos permissão para gravar em fita cassete e iniciamos com a seguinte pergunta: *“Como foi o seu envolvimento com o Centro de Educação Popular?”*

Após a primeira pergunta, não seguimos um roteiro fixo de questões, ou seja, realizamos uma entrevista aberta, buscando privilegiar uma conversa fluida. Contudo, havia algumas questões que buscávamos ter como norte e perguntar durante o depoimento, caso a oportunidade surgisse:

- Qual a motivação para participar do CEP?
- Caso a pessoa mencionasse o fenecimento da organização comunitária, perguntaríamos à que a pessoa atribuía este fato.
- Qual o papel do CEP hoje.

Todas as entrevistas foram gravadas com a permissão dos entrevistados e transcritas. Utilizamos o nome real das pessoas, com o consentimento de todas elas.

Realizamos a análise em separado da memória escrita e dos depoimentos. A justificativa é que acreditamos que estas duas formas de comunicação possuem características diferentes, beneficiando-se de uma análise em separado, sendo que a principal diferença consiste na presença física do interlocutor, no segundo tipo de comunicação. O interlocutor presente no momento da fala interage com aquele que fala e incide sobre o que é dito pelo depoente. A palavra escrita possui o esforço de racionalidade e clareza ao registrar idéias, apoiado, muitas vezes, pelo tempo mais longo possível de ser empregado para tal empreendimento. A palavra falada é mais fluida, e quem fala não tem a oportunidade de ler suas idéias e reescrevê-las. Na fala, as várias versões pensadas ficam expostas, diferente da palavra escrita. Nesta, só temos acesso à última versão que aquele que escreve deseja registrar. Por isto, muitas vezes, o depoente ao ler a transcrição de sua fala, se surpreende. Assim, decidimos analisar os dois tipos de linguagem em separado.

6. MEMÓRIA ESCRITA DO CEP

Os participantes do movimento comunitário da VNSA registraram a história da vila e do CEP em diversos documentos: escreveram um caderno com a história da comunidade, organizaram álbuns de fotos e guardaram recortes de jornal com reportagens sobre a comunidade. A equipe coordenadora do CEP arquivou relatórios de atividades elaborados para instituições financiadoras, relatórios avaliativos da Prefeitura de São Paulo, com quem mantiveram e ainda mantém parceria, entre outros. Há nos arquivos do CEP uma dissertação desenvolvida por Uribe (1997) sobre o surgimento e funcionamento da Radio Comunitária da VNSA, já citada anteriormente.

Classificamos esses documentos em duas categorias distintas. Primeiramente aqueles fruto de algum estímulo ou exigência externos ao grupo de moradores, a partir dos quais é possível traçar importantes momentos da organização. Estes documentos são, em sua maioria, relatórios formais escritos como prestação de contas para os financiadores. Também são incluídos aqui alguns recortes de jornais e a tese de mestrado de Uribe. Assim, todos estes documentos deveriam seguir formatos específicos, normas e regras mais estritas ou pré-determinadas em sua elaboração. Eles são fruto de perguntas ou de demandas de pessoas que não pertencem ao grupo de moradores organizado.

A leitura destes documentos proporcionou a possibilidade de traçar importantes marcos na história do Centro, compreender melhor o contexto de surgimento do CEP, as formas e objetos de luta do grupo durante a sua primeira fase, bem como e a inserção do Centro em redes de apoio e de financiamento. Desta maneira, estes documentos foram analisados em relação aos seguintes temas:

- Configurações organizativas na vila.
- Integração do movimento em redes e apoios financeiros: diferentes fontes de matrizes discursivas e de práticas.
- Os objetos de luta.

O segundo tipo de documento é o caderno manuscrito, que traz consigo um componente especial: o fato dos participantes do movimento registrarem com suas próprias mãos a história da vila e os fatos que consideravam importantes e merecedores de serem registrados, permanecendo na memória escrita do grupo. Esta fonte de informação apóia no processo de aproximação dos sentidos pessoais e grupais no envolvimento com o CEP. Cabe ressaltar que a elaboração do caderno foi iniciativa da irmã Pilar, que solicitou aos participantes do grupo que escrevessem a história da vila e das realizações do grupo no caderno. Assim, é possível que as pessoas que escreverem já tivessem uma idéia sobre o que deveriam escrever e percebe-se que a matriz discursiva teológica e religiosa encontra-se fortemente presente, o que será destacado mais adiante.

Além do caderno ter fornecido informações importantes para a análise dos quatro temas mencionados acima, possibilitou também uma leitura sobre os sentidos do envolvimento na luta, presentes nos registros escritos das pessoas que participaram do movimento. Essa análise será realizada em um item em separado.

6.1 Configurações organizativas na vila

Durante a primeira fase do CEP, os moradores organizados contam somente com recursos próprios e poucos recursos financeiros provenientes da Igreja Católica, da ADB e da prefeitura, para executar suas ações. Os participantes do movimento contam com o tempo que irão dedicar ao movimento e com os seus corpos. Não recebem benefício financeiro decorrente do seu envolvimento. Assim, organizam-se em pequenos grupos temáticos, realizam mutirões para construção de novos prédios, organizam festas para arrecadar fundos, vendem os objetos que as mulheres produzem nas aulas de artesanato e corte e costura, realizam caminhadas até sedes da administração pública para reivindicar direitos, circulam abaixo-assinados entre os moradores e anunciam as atividades do centro na rádio comunitária. O próprio grupo gera grande parte dos recursos necessários para executar seus objetivos, além dos recursos da igreja.

Seguem abaixo as principais configurações, ou micro-configurações, organizativas dos moradores na primeira fase do CEP:

6.1.1 Formação de grupos temáticos

Segundo Uribe (1997), durante o início da década de 80 havia alguns grupos organizados na vila, sendo que eles estavam vinculados a uma ou mais das três seguintes organizações: a Comunidade Eclesial de Base local, o Centro Social da Paróquia São Francisco de Assis e a Prefeitura de São Paulo²⁰. Estas três organizações articulavam-se entre si. O Centro de Educação Popular surgiu da organização de moradores que participavam da CEB, apoiadas pelo Centro Social e pela Prefeitura:

Vale a pena salientar que na vila Nossa Senhora Aparecida, a comunidade eclesial de base tinha uma presença grande, e que o trabalho e as atividades desta eram mediadas de alguma maneira pela igreja católica da Paróquia, do Setor e da Região [...]. Boa parte das pessoas encarregadas dos trabalhos comunitários tinha vínculos com a comunidade eclesial local e não se pode obviar a influência das diretrizes cristãs e católicas nas atividades. De alguma maneira a igreja católica fornecia elementos para a formação das lideranças; tratava-se de um processo de capacitação no qual as pessoas iam assumindo responsabilidade na comunidade. (URIBE, 1997, p. 171)

Assim, é importante percebermos que, no início da organização comunitária, havia vários grupos se organizando na vila, sendo que Igreja e Estado eram instituições presentes e influentes na formação destes grupos. A partir das reuniões das comunidades eclesiais, o processo organizativo²¹ dos moradores iniciou-se. Os moradores que participavam da CEB passaram a se dividir e se organizar no que chamavam de “*grupos*”, cada um com um objetivo distinto. Eram agrupamentos de moradores que trabalhavam juntos por um fim comum. Os grupos apoiados e formados a partir da CEB eram: “*grupos de habitação*”, “*de promoção da mulher*”, “*de alfabetização popular*”, “*de catequese*”, “*grupos de rua*”, “*de liturgia*”, “*de crisma*”, “*grupo de trabalho com o menor*”, “*grupo de comunicação popular*”, “*grupo pela coleta de lixo*”, “*grupo de saúde*”. Alguns objetivos eram comuns a todos os grupos e para a consecução deste, todos os grupos participavam, como, por exemplo, o objetivo de construir uma igreja na vila.

Havia também os chamados “*núcleos de trabalho*”, cujo financiamento provinha da prefeitura e seu funcionamento era coordenado pelo Centro Social da igreja de São Francisco.

²⁰ A Secretaria da Família e do Bem-Estar Social da prefeitura de São Paulo (FABES) enviava assistentes sociais para o bairro para negociar com os moradores as questões de urbanização e apoiar alguns processos de organização comunitária.

²¹ Apesar de existirem outros grupos se organizando na vila, durante o mesmo período, nos referimos aqui ao processo organizativo que culminou na formação do Centro de Educação Popular. Este é o nosso foco.

O objetivo dos “*núcleos*” era promover formação profissional e também apoiar o aumento do ingresso econômico dos que participavam de suas atividades. Os “*núcleos de trabalho*” eram: fábrica de vassouras, núcleo de artesanato, núcleo de marcenaria, núcleo de serralheria, pintura e tecido em pano e corte e costura, padaria comunitária e uma farmácia comunitária.

Ressaltamos novamente que a “organização social” CEP surgiu desta rede de micro-configurações organizativas, não sendo possível determinar um único grupo que o gerou. As pessoas que decidiram instituir juridicamente o CEP iniciaram a sua organização comunitária principalmente a partir das CEBs, contanto com o apoio da Paróquia e do Centro Social São Francisco. Contudo, algumas também participavam dos núcleos de trabalho, apoiados pela Prefeitura de São Paulo (que passou a apoiar o grupo mais tarde, a partir de 1987).

Segue abaixo o histórico do início da organização comunitária e surgimento destes grupos, juntamente com alguns marcos importantes no processo organizativo do grupo que gerou o Centro de Educação Popular:

- **Primeira reunião do grupo: Natal de 1980**

Um dos fatores que fomentou o processo de organização comunitária na VNSA foi a chegada da irmã Pilar, em 1979. Ela é uma freira espanhola que foi morar na vila, enviada como missionária pela Igreja Católica. A irmã trouxe consigo o apoio da Igreja e a matriz discursiva da Teologia da Libertação, e o modo operacional e de intervenção das comunidades eclesiais de base. Ela desempenhou o papel de líder, fomentando a formação e mobilização inicial do grupo, apoiando também na formação e capacitação de lideranças comunitárias.

A irmã direcionou o início do seu trabalho na favela na construção de relacionamentos com os moradores da vila, fazendo amizades com eles. Ela conversava com as pessoas nas ruas e procurava atender as necessidades de algumas famílias. Realizava visitas domiciliares e apoiava os moradores com tarefas simples do dia-a-dia.

A partir da formação de um grupo de amigos, a irmã propôs a realização de grupos de catequese, que se revelaram o início das ações organizadas na vila no Natal de 1980. Estes estudos aconteciam nas casas das pessoas, tinha o objetivo de refletir sobre a Bíblia e sobre a situação de vida na comunidade, utilizando como base o livro “*Libertar os Oprimidos*”, utilizado pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

- **Formação dos “*grupos de rua*”**

A partir dos grupos de catequese formaram-se os grupos de rua, que tinham o objetivo de “evangelizar e valorizar as pessoas” (idem, p. 176). O início da organização comunitária estava claramente relacionado a propósitos religiosos. O grupo inicia-se sob o signo da Igreja Católica, tendo a matriz da Teologia da Libertação como motivadora importante. Com os “*grupos de rua*”, estabeleceram-se as CEBs. As reuniões dos “*grupos de rua*” realizavam-se inicialmente nas casas dos próprios moradores.

Com o tempo, os grupos também passaram a organizar novenas, quaresmas, festas e confraternizações, ampliando as interações que inicialmente aconteciam dentro das casas, para as ruas da vila. Isto passou a marcar o espaço comum da vila como espaço compartilhado, fomentando o sentido de pertencimento à comunidade e de grupo que habita a mesma favela e que passa por problemas semelhantes. Isto se torna ainda mais marcante quando entendemos que a grande maioria era migrante recém chegada à capital, uma vez que se relaciona ao seu processo de enraizamento na nova cidade e no novo modo de vida.

- **Grupo de Promoção da Mulher**

Seguiram-se aos grupos de catequese, atividades específicas para as mulheres. O grupo percebeu que havia necessidade de investimento direcionado às mulheres da vila e, após conversar com a presidente do Centro Social da Igreja São Francisco e com a assistente social que atendia na Igreja, decidiram iniciar um grupo de Corte e Costura. Este fato relaciona-se com o perfil de moradores que permanecia no bairro durante as manhãs e tardes da semana: mulheres, donas-de-casa, com algum tempo disponível para envolver-se com os trabalhos comunitários.

- **Grupo de alfabetização popular**

Na Páscoa de 1982, iniciou-se o grupo de alfabetização popular, cujo objetivo era contribuir para a alfabetização dos moradores da vila, a partir da metodologia de Paulo Freire. Esta é uma das únicas atividades que se manteve durante todos os anos de existência do CEP. As palavras-chave das primeiras aulas foram “lixo”, “rato” e “rua”, palavras escolhidas pelos alunos-moradores e que apontam para as características do local de moradia.

- **Grupo de comunicação e o nascimento da Rádio Comunitária**

Em 1983, nasce, a partir do grupo de alfabetização popular, o grupo de comunicação e, a Rádio Comunitária da Vila Nossa Senhora Aparecida, a primeira experiência do tipo na região de São Miguel e que mais tarde “se tornaria a experiência piloto de um projeto amplo de Rádio Popular, na Zona Leste de São Paulo” (ibidem, p. 200). A motivação para a implantação da rádio foi o fato de o grupo desejar mobilizar os moradores para ações comunitárias. No início, eles utilizavam o mimeógrafo da igreja e produziam e distribuíam panfletos, chamando as pessoas para uma reunião, uma festa ou uma caminhada. Contudo, perceberam que a grande maioria dos moradores não era alfabetizada e os gastos com os panfletos eram inúteis. Não era possível mobilizar os moradores através do meio escrito. Assim, surgiu a inovadora e promissora idéia da rádio comunitária.

Primeiramente, o grupo utilizava um megafone à pilha para convocar os moradores para reuniões e, ao perceber que muitas pessoas atendiam ao chamado e compareciam às reuniões, o grupo pensou que seria interessante também utilizar o megafone para conscientizar e compartilhar informações úteis para os moradores. O grupo tendo avaliado que o megafone possuía alcance limitado, instalava diariamente duas cornetas nas janelas do Centro Comunitário que, posteriormente, foram fixas na torre da igreja. Eles obtiveram, então, o apoio da Paróquia para a compra das duas cornetas, um gravador, um amplificador, um microfone e algumas fitas, e contaram também com o apoio técnico de um padre peruano que veio ao Brasil para fazer um curso de pastoral de comunicação e realizou um estágio na vila. A rádio popular, como rádio fixa, foi inaugurada em abril de 1984, com o Primeiro Festival de Música, Poesia e Conto.

Mesmo assim, sendo pouco sistemática e organizada – em parte por seu caráter inédito e em parte por suas funções limitadas, a experiência já começava a apresentar características de animação cultural em pelo menos dois sentidos: ao romper a condição de “cima para baixo” que tinha caracterizado o uso de meios de comunicação nos movimentos populares da Zona Leste, e ao fazer uso, pela primeira vez, da comunicação não escrita, identificando desta forma um elemento que atingiria uma parte maior da população. (Ibidem, p. 201)

Segundo um projeto escrito pelo grupo de comunicação popular da vila, os objetivos da rádio eram “melhorar a organização do povo da vila, nas lutas, na animação. Criar laços de amizade, entre as pessoas, despertar o senso crítico. [...] Conscientizar os *favelados*; esclarecer a população explorada sobre os seus direitos, através de sua cultura, para mudar a história do país” (Ibidem, p. 204).

A rádio tocava músicas, anunciava e chamava os moradores para eventos, divulgava receitas das cozinheiras da vila e sorteava brindes, anunciava notícias da cidade, conscientizava sobre melhores cuidados com o local de moradia e chamava os moradores para reuniões, caminhadas e atividades comunitárias. O grupo de comunicação se revezava na condução dos programas.

A rádio se mostrou um fator extremamente favorável à união, organização interna e mobilização dos moradores para reivindicações.

- **Grupo de crisma**

Em fevereiro de 1984, iniciou-se o grupo de crisma, cuja função era preparar os encontros de formação para o sacramento da Crisma. Também tinha o objetivo de conscientizar os jovens sobre sua situação de vida e motivá-los para participarem nas reivindicações comunitárias, sendo um “*espaço de fé e política*” para os jovens.

- **Grupo de trabalho com o menor e a Casa das Crianças**

O grupo de trabalho com o menor iniciou-se oferecendo atividades para as crianças aos domingos, no Centro Comunitário. Em 1985, iniciaram-se as atividades da creche, com o apoio da instituição holandesa ADB e dos próprios pais das crianças. Eram realizadas atividades de reforço escolar e atividades lúdicas, culturais e esportivas, além de reforço alimentar. No início, a creche atendia 48 crianças. Este serviço também não parou durante nem um ano de existência do CEP, servindo como apoio para as mães que necessitam trabalhar fora.

6.1.2 Outras micro-configurações: dos mutirões às passeatas

- **Mutirão**

Uma das micro-configurações organizativas que aconteciam com frequência na primeira fase perdeu-se no decorrer do tempo: o mutirão. A Igreja Católica da VNSA, por exemplo, foi construída em regime de mutirão. A coordenadora do CEP conta que era muito comum mobilizar os moradores para apoiar em construções de prédios comunitários. Era um hábito muito comum entre os moradores de favelas e era utilizado também para apoiar a construção das casas das famílias. O mutirão se encontra como um dos instrumentos utilizados pelos moradores nas redes de ajuda mútua existentes e importantes para o povo da fila, no processo de enraizar-se na nova cidade.

- **Campanha para arrecadação de fundos**

Em outubro de 1982, o grupo decidiu iniciar uma campanha para arrecadar fundos para a construção de uma Igreja Católica na vila. Foi, assim, traçado um novo objetivo comum. Uma das maneiras encontrada para a consecução deste objetivo foi a organização de um bazar com venda de objetos confeccionados pelas alunas de Corte e Costura, por ocasião da realização de uma festa e procissão da Nossa Senhora. Segundo escrito da irmã Pilar no caderno, “essa primeira festa da vila foi um êxito em todos os sentidos”.

- **Festas, eventos e celebrações**

A realização de festas e eventos comunitários tinha grande importância para seus moradores, já que fomentava o sentido de habitar um lugar comum e de amizade com uma vizinhança conhecida. Isso se fazia especialmente importante tendo-se em conta que a grande maioria dos moradores da favela era migrante, vinda do Nordeste e de Minas Gerais.

Segundo o registro de irmã Pilar no caderno, a primeira festinha realizada na novena de Natal, que aconteceu em 1980, com cinco grupos, no dia 23 de dezembro “*foi muito legal, todo mundo emocionado lembrando as reuniões de suas terras e contentes de poder ter esta festa de Natal na Favela*”.

As festas, novenas e celebrações comunitárias parecem ter contribuído para o enraizamento dos moradores na VNSA, para que fizessem do novo lugar que habitavam seu lar.

- **Caminhadas: audiência com o governador**

Um marco na história do CEP foi a caminhada ao palácio do governador de São Paulo, em 28 de janeiro de 1985. Os moradores da VNSA reuniram-se com outras setenta e sete favelas para entregar ao governador e ao prefeito da cidade um documento com reivindicações e propostas para a melhoria na vida das favelas. A luta dos moradores da Vila Nossa Senhora Aparecida encontra eco em outras favelas. O momento de mobilização e organização comunitária vivido na vila não é fato isolado. Essa ação foi fruto do Movimento de Favelas e é relatada em detalhes por uma das atuais coordenadoras do CEP, Sônia, no caderno de registro da história do grupo, conforme trecho transcrito abaixo. Ela descreve que ônibus foram lotados com o povo da vila para ir reivindicar direitos junto ao Estado. Este foi um momento extremamente significativo e emblemático fruto da organização dos moradores, e é revelador do momento único vivido pelas favelas em São Paulo. Sua mobilização e organização lograram uma audiência com o governador do Estado, o que sem dúvida foi extremamente significativo para os participantes do movimento.

Sônia relata que o povo espera

SP: [...] *em vão sua [do governador] presença, o povo gritou, cansou, descansou, comeu, brincou e... recomeçou a grande caminhada agora rumo ao palácio do governador, fâchas, cartazes, palavras de ordem, etc.. A luta pela terra é uma grande romaria.... Finalmente aparece os homens, aqueles que deveriam nos representar, e então falou Eponina, a deputada do PT, falou também uma senhora da favela, um jovem entregou o documento contendo reivindicações comum de todas favelas, inclusive soluções para graves problemas. O Governador Montoro “prometeu” estudar aquele documento e se retirou deixando o povo com gritos de desespero, a voz do favelado ficou entalada na garganta após o discurso do senhor governador eleito por nós, mas alguém timidamente lá no meio da multidão gritou: “o povo elegeu, mas já se arrependeu”, isto quando o governador dava as costas para o povo favelado. E então começou a caminhada de volta para casa... Todos tinham pressa de voltar para a favela.. É.. voltar para a favela, voltar para o lixo, para o esgoto a céu aberto, para os buracos, para os barracos caindo, etc. para a periferia, porque aqui é melhor, pelo menos tem mais união, há mais dignidade. Os ladrões daqui são mais humanos que muitos Montoros, que muitos Paulo Maluf e muitos Figueiredo. E viva a união nas favelas e fora parlamentares chatos, aproveitadores, ladrões, demagogos. E viva as CEBS!!!*

As reivindicações do povo da vila são também reivindicações de outras setenta favelas. O descaso do poder público causa indignação, “*a voz fica entalada na garganta*”. O poder público é o inimigo, aquele contra quem se luta, é o “*ladrão aproveitador*”. Quem deveria representar o povo, mas não o faz.

A estratégia de realizar caminhadas virou uma tradição que permanece até hoje, não mais para reivindicação de direitos. Hoje os moradores participam anualmente junto a moradores de outras favelas da Caminhada pela Paz, que surgiu no momento em que a violência era muito grande na vila.

Assim, em um período de aproximadamente cinco anos, os moradores da VNSA organizaram-se e passaram a desenvolver diversas atividades comunitárias. Durante todo este período inicial, a Igreja Católica desempenhou papel importante na organização interna do movimento. A irmã Pilar assumiu a liderança do movimento, impulsionando diferentes frentes de ação, desde ações de atendimento mais direto, como a creche e o curso de corte e costura, até as mobilizações para fazer abaixo-assinado e caminhadas até a Regional Administrativa da Prefeitura de São Paulo para pressionar o poder público para a instalação da infra-estrutura básica ou para a caminhada ao palácio do governo. Ela também investiu na formação de lideranças locais, que seguiram com o trabalho mesmo após a sua saída do bairro.

Percebe-se que os recursos com os quais os moradores contavam no início da organização eram seu tempo, corpos e mentes, além do apoio da igreja. Os recursos financeiros eram escassos e o grupo se mobilizava para arrecadar fundos para atingir os seus objetivos. Após a década de 90, a maioria das pessoas envolvidas com o CEP passou a ser funcionária da organização, contando com um salário mensal, fruto de seu serviço profissional.

6.2 Integração do movimento em redes e apoios financeiros: diferentes fontes de matrizes discursivas e de práticas

Desde o seu início, o grupo de moradores relacionou-se com diferentes organizações, inseriu-se em redes e obteve apoios financeiros diversos. Cada organização com a qual o grupo relacionou-se pode ser considerada uma fonte de matrizes discursivas, cada uma exercendo diferentes níveis de influência sobre as configurações organizativas do CEP.

- **1979: Igreja Católica**

O primeiro contato externo aos moradores da vila é a própria igreja, conforme descrito acima. A igreja católica foi a principal catalisadora da organização inicial e isto se deu tanto em função da base simbólica provida pela matriz discursiva da Teologia da Libertação, que funcionou como motivadora e justificativa para a luta por direitos, como pelo apoio estrutural oferecido. A influência desta instituição pode ser percebida na análise tanto da memória escrita quanto dos depoimentos.

Em 30 de dezembro de 1990, os participantes do movimento decidiram organizar-se juridicamente, obtendo independência da igreja para gerir seus próprios recursos. Nesta época, a irmã Pilar já havia saído da comunidade e o grupo começou a ter alguns desentendimentos com a igreja, que serão aprofundados na análise dos depoimentos.

- **1980: Movimento da Comissão de Favelas**

O padre da Paróquia participava do Movimento da Comissão de Favelas, quando a irmã Pilar decidiu também participar, representando os moradores. Esta comissão tinha o objetivo de reivindicar a instalação de infra-estrutura básica nas favelas. Para isto, havia subdividido a VN SA em onze setores, cada um representado por um morador nas reivindicações. A irmã passou a ser a representante do um dos setores, onde se encontrava o grupo de moradores do qual participava.

Segundo escritos do caderno, a participação neste movimento permitiu que os moradores da VN SA conhecessem outras experiências de organização comunitária que ocorriam em favelas, o que favoreceu em alguns momentos a união de esforços para

reivindicações junto à prefeitura de São Paulo e bem como o fortalecimento das ações internas do grupo da VNSA, ao conhecer outras maneiras de “lutar”.

Em maio de 1980, houve o primeiro Encontro Nacional sobre Favelas, na Vila Alpina em São Paulo, encontro este organizado pelo Movimento de Defesa dos Favelados – MDF, no qual a VNSA estava sendo representada.

A inserção neste movimento coloca o grupo em contato com um discurso diferente do encontra na Igreja e nas CEBs. Um discurso menos religioso e mais político. Apesar das CEBs estarem presentes por toda a periferia e certamente em outras favelas representadas no movimento, este era antes de tudo um movimento social de reivindicação, sem propósitos religiosos. Na interação com o Movimento de Favelas, o grupo do CEP encontra muitas de suas motivações para a organização e objeto de luta multiplicado em inúmeras outras vozes.

- **1982: ADB – Algemeen Diakonal Bureau**

Em 1982, a organização dos moradores da VNSA obteve o financiamento da ADB - Algemeen Diakonal Bureau, organização ligada à Diaconia holandesa. O contato com essa organização foi favorecido pela Igreja Católica. Segundo a atual diretora geral do CEP, a ADB repassava valores mensais para algumas atividades comunitárias, mas era extremamente flexível em relação à prestação de contas ou exigência de tipos de atividades específicas. Não é possível, a partir dos registros documentais, inferir nenhum tipo de influência mais forte da ADB sobre as configurações organizativas do CEP.

- **1987: Prefeitura de São Paulo**

Em 1987, o CEP iniciou parceria com a Prefeitura de São Paulo, que financiou cursos profissionalizantes para adolescentes, chamados núcleos de trabalho. Posteriormente, a prefeitura apoiou financeiramente a creche do CEP. A parceria com a prefeitura é um marco importante para o CEP, já que a organização passa de reivindicadora de direitos junto à prefeitura e ao estado, para executora de projetos do poder público. Este fato será comentado por vários entrevistados e analisado mais adiante.

- **1994: Visão Mundial**

Em abril de 1994, o CEP passou a ser financiado pela organização não-governamental internacional Visão Mundial, que manteve o financiamento até o ano de 2005. Estas duas últimas agências financiadoras já exigiam um padrão diferenciado de profissionalismo e racionalidade no desenvolvimento e prestação de contas das atividades financiadas. A partir deste momento o CEP é inserido de maneira mais profunda no universo discursivo e nas práticas das organizações não-governamentais, o que refletido nas falas de vários participantes do movimento.

- **1999: Banco Safra e Abrinq**

Em 1999, foi inaugurado um novo prédio para o funcionamento da creche Casa da Criança, com o apoio financeiro do Banco Safra e da organização Abrinq. O Centro de Educação conta até hoje com o apoio financeiro destas instituições, que da mesma maneira que outras ONGs, exige padrões determinados de prestação de contas e entrega de serviços.

O CEP contou com diversos apoios externos e configurou suas atividades e objetivos sendo influenciada por estas organizações, primeiramente da Igreja, depois da prefeitura e de outras organizações não-governamentais. Se a primeira fase da existência do CEP é marcada pela inserção em movimentos reivindicatórios, como o Movimento de Favelas e pela forte influência da matriz discursiva da Teologia da Libertação, sua segunda fase é marcada por forte influência de organizações não-governamentais, com sua demanda por racionalidade e eficiência na entrega dos serviços financiados. Essas matrizes compõem a rede de sentidos que apoiaram e apóiam as diferentes configurações organizativas do CEP.

6.3 Objetos de luta e objetivo da organização

- **Primeira fase: Instalação de infra-estrutura**

O objeto de luta dos moradores da VNSA no início de sua organização foi a instalação de infra-estrutura básica na vila. A primeira reivindicação foi por luz, seguindo reivindicações por água e posse de terras. O grupo também lutou por coleta de lixo, saneamento básico, asfaltamento e pela construção de uma praça na vila.

Ao mesmo tempo em que apresentavam suas reivindicações junto ao poder público, o grupo também visava ao estabelecimento de alguma infra-estrutura própria para sediar as atividades do grupo e a construção da Igreja Católica.

Grande parte das reivindicações do grupo foi contemplada, com exceção da questão da posse de terras, que até hoje não foi completamente resolvida no bairro.

- **Segunda fase: atendimento às crianças, adolescentes e jovens da vila**

A análise dos relatórios de atividades arquivados aponta que na segunda fase do CEP não há mais um objeto de luta, mas sim uma “missão” a ser cumprida: “contribuir com a formação cultural e educacional das crianças e adolescentes, visando à melhoria da qualidade de vida e exercício da cidadania”. Este objetivo é alcançado através da prestação de serviços para crianças, jovens e adolescentes.

Para isso, a organização deve manter-se financeiramente e isto passa a ser uma das principais preocupações da organização: elaborar projetos, submeter a entidades financiadoras e demonstrar eficiência e profissionalismo na entrega dos produtos com os quais se comprometeu.

6.4 Depoimentos escritos sobre a luta dos moradores

Em 13 de junho de 1982, a irmã Pilar solicitou ao padre da vila que redigisse a introdução de um caderno intitulado *História da Comunidade Na Vila Nossa Senhora Aparecida, Ermelino Matarazzo, Região de São Miguel, Paróquia de São Francisco de Assis, 1982*. Cinquenta depoimentos de pessoas da comunidade envolvidas com o CEP e de visitantes constituem o caderno, escrito entre os anos de 1982 e 1986.

O caderno inicia-se com uma convocação do padre às pessoas que irão escrever no caderno:

*Escrever os fatos que marcam a vida de todos!
Escrever a caminhada das crianças!
Escrever a vida dos grupos da Vila!
Escrever as lutas, as conquistas do povo!
Escrever tudo aquilo que leva o povo a caminhar melhor no presente e no futuro!*

Os depoimentos escritos pelos participantes e visitantes foram intercalados com uma espécie de diário da irmã Pilar, que registrou os vários momentos vividos por ela e pelo grupo, desde a sua chegada à VNSA até a formação dos grupos e reivindicações junto à prefeitura. Sendo o caderno iniciativa da irmã Pilar, é provável que tenha havido uma concepção dos moradores sobre o que deveriam escrever no caderno. O padre que inaugura o caderno já fornece algumas diretrizes sobre qual deveria ser o conteúdo do caderno. Este direcionamento, da irmã e do padre, deve ser o responsável por muitos dos depoimentos fazerem referência a temas religiosos e ao relacionamento de amizade com a irmã Pilar.

A partir da leitura e análise do caderno, foi possível categorizar três temas recorrentes em vários depoimentos: temas relacionados à amizade, ao discurso da Teologia da Libertação, e à luta por direitos foram analisados a seguir.

6.4.1. Amizade como fator catalisador para a organização dos moradores

Muitas pessoas escrevem sobre seus relacionamentos de amizade com a irmã Pilar, como um dos motivos para o envolvimento com o grupo. Vários relataram o primeiro contato com a irmã, que ia até a casa das pessoas, se apresentava, convidando-as para participar de uma novena ou do curso de corte e costura.

Uma moradora inicia seu relato no caderno com a frase

Minha vida com Pilar na Vila Nossa Senhora Aparecida... Graças ao meu Bom Deus estou com Pilar, ela sempre está comigo na hora mais difícil, ela me dá muito conselho. Bom para mim, por isso que eu quero repartir com os outros tudo o que eu aprendo de Pilar.

Outras moradoras escrevem:

FA: *Vou contar um começo de uma vida e que é a nossa Pilar [...]*

EA: *Irmã Pilar para mim particularmente é muito mais do que a amiga que todos que ainda não teve a oportunidade de conhecer, algumas das muitas qualidades que todos que já conhecem não teria palavras para descrever.*

G: *Agradeço a Deus por tudo isto, e a irmã Pilar por me orientar, me ensinar a amar o próximo como a mim mesmo. Obrigada irmã, jamais conhecerei alguém que busca o amor e espalhe o em todos os irmãos.*

FVA: *Eu gostei mais do catecismo, porque era ensinado pela irmã Pilar. e nós todos se conhecíamos.*

A irmã conta no caderno que teve dificuldades em “conquistar” os moradores da VNSA logo que chegou. Em suas palavras, ela logo percebeu que “*não seria tão fácil assim a conquista desse novo amor*”.

Ela relata como foi o primeiro contato com um morador local. Em um dia de chuva intensa, a irmã se viu forçada a pedir abrigo em um barraco e iniciou assim uma amizade com Dona Serafina e seus filhos. Logo depois, a irmã encontrou pelas ruas da vila uma jovem chamada Edna, que se encontrava muito doente e que caminhava junto com sua mãe para comprar remédios na farmácia. A irmã Pilar se ofereceu para comprar os remédios. Assim, depois destes e de outros contatos informais e visitas domiciliares, a irmã começou a conduzir estudos bíblicos nas casas de alguns moradores. As “portas-abertas” encontradas e a formação de redes de ajuda mútua foram se firmando como característica do grupo.

Há depoimentos sobre relacionamentos que foram sendo formados e fortalecidos com as atividades desenvolvidas pelo grupo.

IPA: *Na comunidade NSA eu aprendi a gostar mais das pessoas. Por exemplo: fiquei conhecendo várias pessoas que antes eu não conhecia... Inclusive tenho oportunidade de demonstrar o meu amor pela as crianças dando catecismo.*

Assim, o grupo foi se formando com o estabelecimento de laços de amizade e de ajuda mútua.

6.4.2 Matriz discursiva da Teologia da Libertação: justiça, direitos e dignidade.

Traços da matriz discursiva da Teologia da Libertação encontram-se em alguns depoimentos do caderno manuscrito. Os temas da dignidade, da justiça e do direito surgem nos escritos dos moradores, justificados por sentidos cristãos. O engajamento político toma Cristo como referência para a luta por “*libertação*”. Segundo os ensinamentos bíblicos, os moradores da favela também poderiam ser um “*povo*” que caminha rumo à libertação. Seguem abaixo trechos do caderno que revelam sentidos religiosos:

SP²²: *Este caderno traz a história de um povo simples, mas de muita riqueza interior. Um povo que sabe rir com sinceridade, apesar da fome, da sede, da miséria e da violência no nosso meio. Um povo que na sua maioria talvez nem saibam da existência de Jesus na comunidade, que eles são os escolhidos por Jesus, que Jesus escolheu-os para nascer no meio deles. [...]*

H: *Relembrando a transformação, a irmã Pilar chega, une as pessoas, anuncia a boa notícia e com a ajuda do nosso querido padre unindo numa só força com Pilar nasce a nossa igreja, festa e conquista para continuarmos. Pilar reforça os grupos de ruas para ouvir opiniões e necessidade e cresce a participação e o gosto da justiça toma conta da nossa gente. Vem o anúncio do direito de todo cidadão à alfabetização, depois a comunicação junto celebrando o Cristo vivo e iniciamos grupos... mutirão, conscientização e organização como forma de adquirir o nosso direito à água sadia... reforçando a nossa gente o construir alimento comunitário como forma de padaria comunitária e criando ambiente para nós e muito mais para nossas crianças...*

SP: *[...] Creio que hoje faço parte de uma Igreja Fraterna, não temos uma catedral mas temos um pequeno grupo que sabe onde pisa e esperamos que aos poucos muitos outros juntem-se a nós, pois unidos continuaremos construindo esta Igreja.*

E: *Agora concretamente eu faço parte do ministério.. agora estou sentindo como foi bom entrar nesta luta. [...] O mais importante foi a maneira de que Deus põe-se a serviço dos pobres [...] Agora fui chamada a serviço de todo o povo que luta pela uma vida digna como cristão. [...] A comunidade... está caminhando a serviço de todos aqueles que lutam por um caminho digno e merecido*

²² Os nomes das pessoas cujos depoimentos se encontram aqui replicados serão representados por suas iniciais

AJ: *A comunidade começou quando a irmã P. começou a fazer reunião aqui na Vila. Ela trouxe para todos nós novas idéias, principal para os jovens e para os demais. Ela fazia reunião de casa em casa, procurando amizade e falando do amor de Cristo... podia estar sol ou chuva sempre vinha.*

A “igreja” aparece nos depoimentos escritos não como um prédio luxuoso onde pessoas se reúnem, mas como o grupo de moradores que se une e tem um *ministério*: lutar por justiça e por uma vida digna. É “*anunciado*” a eles que eles possuem diversos direitos, pelos quais devem lutar. O anúncio vem de fora da vila, e de alguém com autoridade: a igreja e a Bíblia. A igreja não é catedral. É *Igreja Fraterna*: está relacionada a laços de amizade, a relacionamentos pessoais, ao apoio mútuo, à luta pelos direitos de um *povo*.

6.4.3 A luta: engajamento político para reivindicação de direitos

Este tema não deixa de estar ligado ao discurso da Teologia da Libertação, contudo realizamos uma análise em separado, considerando que está presente no sentido do termo “*luta*” a face política do discurso em questão. Esta palavra encerra a dimensão prática e propositiva dos ensinamentos da Teologia da Libertação, o chamado para agirem. Sem dúvida, o discurso da igreja e das CEBs da época chamava os moradores à “*luta*”!

O envolvimento das pessoas com a “*luta*” é um tema recorrente nos escritos dos moradores e será também analisado nos depoimentos. Um garoto de onze anos escreve no caderno sobre o seu envolvimento com as novenas, catequese e lutas da vila:

M: *Antes essa turma que hoje tem muitas idéias, era muito desanimada. [...] Já fizemos 5 novenas e este ano estamos fazendo a novena de São Francisco [...] Tudo isso me despertou para uma vida nova [...]. Para mim o que foi mais importante foi a luta do povo para conseguir água e luz. Tudo isto foi conseguido com a força da união.*

Uma senhora participante do grupo escreve sobre a luta pela água:

MJ: *O nosso plano era conseguir água na época, e com a luta que era bastante organizada conseguimos 10 cavalete de água por início. Depois passamos a lutar para conseguir mais água e também luz para todos na Vila... Qual a luta que para mim era muito importante, mas como eu sempre gostei de lutar junto com o povo e para o bem de todos.*

Outro garoto, de treze anos, escreve:

JR: [...] Essas reuniões foram muito bom porque ficamos sabendo como é muito importante a união e a organização para nos ajudar a trazer luz, água que não tínhamos. [...]. Com essas reunião tudo melhorou mas o senhor Santos e a comissão preocupa a que uns não tenha mais que os outros tenham tudo igual. Penso que daqui uns anos esta favela não será mais uma favela, sim uma vila que foi feita com o suor dos trabalhadores.

Com a organização dos moradores, a favela irá se transformar em uma vila. Este é um sentido recorrente em inúmeras falas e depoimentos. A transformação da favela em vila, a melhoria das condições de vida. Nas palavras do menino, esta transformação ocorre “com o suor dos trabalhadores”.

O sentido de lutar para transformar a favela é revelado no depoimento de uma das líderes comunitárias, responsável pelo “grupo de coleta de lixo”. Ela escreve que o grupo passou abaixo-assinados, conscientizou a população sobre as doenças causadas pelo lixo, que conseguiram mais de sete mil assinaturas, mas não obtiveram resultados, uma vez que o administrador da regional administrativa da prefeitura de São Paulo replicou que não há verba disponível para atender à reivindicação:

R: Todos nós temos direito à coleta de lixo [...]. Ele [administrador] não vai se ver livre de nós até atender as nossa reivindicação. [...] e nós, com paciência e fé em Deus e teimosia nós vamos vencer e conseguir ver a nossa Vila Nossa Senhora Aparecida limpa como a Paulista ou outro Bairro. Como gente civilizada e humana.

A fé em Deus apóia a luta do grupo. E o objetivo é transformar a favela, vê-la tão limpa quanto o resto da cidade. Surge o sentido de desejo de inclusão na cidade, de morar em um bairro tão limpo quanto aqueles mais ricos.

A persistência surge como uma característica na luta dos moradores:

LZP: Já faz um ano e três meses que nós vem lutando para conseguir água. Mas até agora só conseguimos promessa, mas não desistimos de lutar.

MC: [...] graças a nossa persistência e luta, conseguimos nosso tão sonhado objetivo, a luz e principalmente a água [...]. O nosso sonho ainda não está completo, pois isso só acontecerá quando todos de nossa vila estiver com seu relógio de água na porta.

RM: O objetivo deste grupo é ir até o fim da luta [...]. Enquanto a vila NSA não for urbanizada esse grupo vai continuar lutando para que todos os moradores morem como gente, não como animais.

FA: [...] A nossa vila já conseguiu muitas melhorias, água, luz, comunidade, igreja, grupos de rua e ainda estamos lutando para conseguirmos mais melhorias.

Uma estagiária que trabalhou na vila também escreve sobre a força das lutas do grupo organizado:

Desses pobres recebi lições de força e humildade, de coragem e perseverança, de luta e de paciência, num processo de conscientização da sua dignidade de pessoas humanas, manifestada nos movimentos reivindicatórios (de urbanização, coleta de lixo, luz elétrica, água...) e que foi demonstrado no movimento pela construção da igreja de Nossa Senhora Aparecida, desejo do povo que se tornou realidade em 19/6/1983, e que também agora se mostra presente no mutirão para a construção do Centro Comunitário.

As palavras “*luta*” e “*povo*” são partes dos repertórios interpretativos do grupo. As duas apontam para repertórios do discurso da Teologia da Libertação, que impulsionou a ação das CEBs.

Assim, a matriz discursiva da Teologia da Libertação, trazendo as idéias de justiça, dignidade e luta por direitos, a estrutura das CEBs, juntamente com a força das amizades surgem no caderno escrito pelos participantes como propulsores da ação organizada e da luta pela instalação de infra-estrutura na favela. O desejo é que a favela vire vila, e seja *tão limpa quando a Avenida Paulista*. O grupo tem um objetivo claro para sua organização, a saber, através da luta por direitos, da reivindicação, lograr que a vila seja beneficiada com a infra-estrutura a que tem direito. A favela queria ser incluída na cidade.

7. CONVERSAS SOBRE O CENTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR

Para a realização desta pesquisa, conversei com sete pessoas que participaram ou participam do Centro de Educação Popular. Entendendo a fala destas pessoas como fruto de um entrecruzamento da memória individual e da memória coletiva, de sentidos pessoais e de sentidos do grupo, foram realizadas análises das singularidades de cada fala, bem como dos pontos comuns entre as falas dos sete participantes do CEP.

Segundo Bosi (1994), o indivíduo deve muito à memória coletiva, ao mesmo tempo em que é ele, e somente ele, quem recorda e o faz de acordo com o que é significativo para si:

Por muito que deva à memória coletiva, é o indivíduo que recorda. Ele é o memorizador e das camadas do passado a que tem acesso pode reter objetos que são, para ele, e só para ele, significativos dentro de um tesouro comum. (Idem, pg. 411).

Cada um dos registros das conversas foi analisado separadamente, atentando para as repetições, singularidades e contradições presentes. Foram identificados os principais temas recorrentes durante a entrevista, significados pessoais e os sentidos atribuídos pelo entrevistado ao seu envolvimento no Centro de Educação Popular.

Após as análises de cada entrevista terem sido realizadas, buscamos correspondências entre os repertórios interpretativos utilizados pelos sete entrevistados, pontuando dois termos como parte de um repertório interpretativo comum ao grupo: luta e comunidade.

Da mesma maneira, pesquisamos a existência de temas semelhantes em diferentes entrevistas, analisando os seus sentidos. A partir disto foi possível perceber que sentidos semelhantes relacionados à vida na vila e ao envolvimento com o CEP estavam presentes na fala de diferentes participantes. Muitas lembranças sobre o início do movimento e sobre a vida na vila no início da década de 1980 coincidiram. Conforme escrito anteriormente, o meio em que se vive molda aquilo que a pessoa irá lembrar. A fala de uma pessoa é reveladora de traços do grupo, ou grupos, dos quais participa, uma vez que este grupo tende a criar versões coerentes de interpretação dos fatos. O grupo realmente buscou fixar sua imagem para a história. Assim, além da análise dos sentidos pessoais, foi realizada a análise dos sentidos comuns e recorrentes nas várias entrevistas realizadas. Ressaltamos que as memórias pessoais e grupais são duas faces do mesmo fenômeno.

O primeiro tópico deste capítulo relata a análise das singularidades nas falas de cada participante, o segundo descreve termos pertencentes aos repertórios interpretativo do grupo de participantes entrevistados e o terceiro, sintetiza a análise de sentidos comuns ao grupo.

7.1 Sentidos singulares do envolvimento no CEP

Segue abaixo a análise de sentidos particulares, singulares à pessoa que recorda o passado da vila e da organização dos moradores e fala sobre o presente. Serão analisadas singularidades nas falas de Pilar, Maria, Rui, Claudi, Aragão, Sônia e Minéia.

7.1.1 Pilar

Pilar é espanhola, freira franciscana e participou do grupo durante seis anos, durante a fase 1. Dois temas são importantes na fala da irmã Pilar. Um relaciona-se ao sentido que atribui ao seu envolvimento na VNSA, relacionado com um desejo pessoal de “estar com os pobres” e o outro é sua análise sobre as questões culturais do brasileiro.

1) *Eu queria estar mais perto dos pobres*

A irmã contou que decidiu sair da Espanha e vir ao Brasil para *estar junto dos pobres*. Buscou com o bispo um lugar na cidade de São Paulo para morar. O primeiro lugar indicado pelo bispo foi uma casa de freiras franciscanas em São Paulo, denominado por ela de “*palacete*”. Disse que não veio ao Brasil para isso. Queria estar junto dos pobres, morar junto com eles, misturar-se a eles:

C²³: *Então, eu gostaria que a senhora me falasse como foi o seu envolvimento com o CEP.*

P: *Então, eu estava falando que, eu queria estar assim, mais perto dos pobres. Então aí quando Don Angélico me mostrou, que é o bispo, mostrou por lá, por vários lugares mais carentes, né? E então fomos lá na favela Nossa Senhora Aparecida, que estava, correspondia ao Santa Inês, à vila Santa Inês, ao bairro Santa Inês, lá de Ermelino Matarazzo. E então, bueno, aí ele me mostrou onde estava o ônibus e tudo isso, e aí eu*

²³ Todas as falas da entrevistadora serão indicadas pela inicial de seu nome (C), bem como as dos entrevistados por suas iniciais.

decidi ir lá. Porque estava chovendo muito, não dava pra descer naquele dia, mas já tive assim uma impressão que era mesmo muito pobre, né? Então depois fui lá, eu sozinha. Aí também falei que queria ir assim, hum... de uma maneira... Não pela igreja oficial, digamos assim. No que era contra, nada assim. Mas assim... Sem muita roupagem, digamos assim, de nada. E, então foi quando me encontrou uma aquela senhora que eu digo... Porque todo o pessoal me llama... Por que sabe o que acontece? É... a gente por mais que queira... eu iba com uma calça jeans, e com uma dessas camisetas... nada de chamar a atenção, mas o tipo da gente já vê que não é de lá ...

Pilar relaciona sua escolha pela VNSA com o nível de pobreza do bairro. Ela queria estar junto dos pobres. Foi dada a ela uma possibilidade de escolher onde iria morar e trabalhar como freira e o seu critério de escolha foi a pobreza do local. Quando avaliou que a VNSA era mesmo muito pobre, decidiu que faria lá o seu trabalho missionário. Ela também destaca a importância de ter realizado a primeira eucaristia na vila ao lado de um lixeiro, ressaltando o contraste entre o sagrado (a eucaristia) e a sujeira (o lixo). Deus também pode estar no meio dos pobres e do lixo:

P: *Así, aí começamos assim, um pouquinho de catequese, um pouquinho assim de conversar com as pessoas da Bíblia, assim. E eu sei que primeira missa que se teve lá depois, foi lá lado daquele lixeiro, na casa, na porta dela, eu digo, oi que coisa, né, a nossa missa, eucaristia, né?*

C: *Na casa da dona Terezinha?*

P: *Da Dona Terezinha, no quintal, assim, ao lado de um lixeiro grande e justo do lado do lixeiro vai ser a primeira eucaristia, né? Isso pra mim foi assim, muito, assim, bem forte.*

2) A cultura brasileira: causa do fracasso do movimento e alvo de investimentos nas ações

A fala da irmã é fortemente marcada pela atribuição de diferenças culturais a comportamentos dos moradores da vila e também a outras pessoas com quem convive no Brasil. Em sua maior parte, essa caracterização de diferenças culturais relaciona-se a aspectos negativos, como o não querer aprender, a facilidade em desistir de um objetivo ou o envolver-se em um trabalho comunitário com a finalidade de lograr objetivos pessoais:

P: *Então a partir daí [...], algumas mulheres, aprender corte, a irmã da Sônia, aprender a fazer uma sainha, essas coisas. Mas como sempre foi, a gente arrumou base da prefeitura, mas o pessoal mesmo assim, iba só um pouquinho de gente. Muito interessante, não sei, o pessoal não tem, não sei, não se interessa por aprender, né? Porque assim, o aprender, o querer aprender já é uma cultura.*

C: *Hum...*

P: *Que a gente as vezes no, assim o querer aprender assim é uma graça que a gente, já nos ensinaram isso. Tem muita gente que não, que... não se interessa por aprender, assim, né?*

Além do não desejo de aprender, também atribui à cultura a falta de persistência, a facilidade em desistir durante os processos:

P: *Às vezes o povo está lutando, e na hora que isso, pronto, já sai, no sei. Largam isso e acham que é melhor aquilo, por qualquer coisa, no sei. E já está.*

P: *Agora você sabe por que já tinham, as pessoas já tinham a casa, melhorado alguma coisa já, aí são poucas as que continuam lutando pelos outros. Então leva adiante enquanto o problema é seu, enquanto você tá no problema. Uma vez que você resolveu o teu problema, aí você vai, vai a su negócio, né? E depois já também eu penso assim, nessa coisa dos movimentos, fica um cansaço, né?*

As pessoas se envolvem para resolver seus próprios problemas e quando resolvem, já não continuam lutando *pelos outros*. Ao mesmo tempo em que Pilar critica algumas características que ela atribui à cultura brasileira, ela conta que buscou intencionalmente valorizar os aspectos da cultura local enquanto esteve na VNSA, para que os moradores “*ganhassem confiança*” neles mesmos.

P: *A gente se esforçou, assim, por valorizar as coisas daqui, do povo mesmo, valorizando o que era deles.*

P: *[...] mas o padre também tinha a mesma idéia que yo, assim, então fazer que eles mesmos pudessem celebrar, que eles pudessem fazer a homilia, né? Quer dizer, dar o protagonismo. Agora se fala isso, né? Dar o protagonismo a eles e incentivar sobretudo, assim, más os negros, que havia más lá por valorizar. Em este sentido, pelo menos a minha intenção foi muito essa. Valorizar a raça negra para poder eles mesmos ganhar confiança neles mesmos, né?*

P: *Então neste sentido cultural, acho que foi feito um trabalho, se esforçou, assim por valorizar as coisas daqui, do povo mesmo. Valorizando o que era deles...*

A irmã é a única dos entrevistados que menciona a questão da *raça negra* e também é única que não é brasileira. Havia um grupo de jovens na vila cujo nome era “Raízes Negras”. Somente ela menciona o nome deste grupo.

A irmã relata como várias experiências pelas quais ela passou terminaram “esvaziadas”, incluindo a VNSA, e a causa disso é a cultura brasileira, ou a falta de espiritualidade:

P: Eu estava participando deste curso que falou M. [de computador]... Começou a sala estava cheia... Na última vez que eu estive, éramos quatro. Então não é ni igreja, ni é isto, ni isto, ni isto. É que, parece que como que as pessoas perderam a esperança. Eu tenho a impressão que não é que aconteceu com você, com você ou com você. É algo, hum, é algo que está acontecendo, né? Então as pessoas... É alguma coisa mais cultural, do brasileiro.

Assim, percebe-se que pelo fato da irmã ser estrangeira, vinda da Espanha, ela tem esse olhar especial para o que considera ser diferenças culturais.

3) Teologia da Libertação: ilusão, ideal ou realidade?

Conforme ressaltado anteriormente, a Teologia da Libertação pregava a libertação dos pobres, tendo Cristo como referência. Um dos objetivos da CEB era apoiar o pobre para que se libertasse, para que conhecesse seus direitos e fosse protagonista de ações transformadoras. Contudo, a irmã avalia que esse ideal pode não ter passado de uma ilusão:

P: Mas também tinha aquela época, estávamos com a teologia da libertação, pela libertação também, o tipo de igreja, o tipo do evangelho, mais as lutas, então entrou tudo isso. E também assim, uma ilusão de uma, de um, é de um ecumenismo, de estar juntos, assim, da decência dos pobres, de dar o lugar para eles, para que eles sejam protagonistas, para valorizar... No so sei que, tudo isso. Então a gente trabalhou muito neste tipo de coisa.

C: A senhora disse ilusão. Porque ilusão?

P: Ah, ilusão eu falei? Ilusão.

C: É... falou...

P: Ilusão... Ah, é, criar uma igreja assim, mais que ilusão, um ideal, assim, mas evangélica, mas ao lado dos pobres. O que a gente vê no evangelho, né? Então estar mais do lado dos pobres, em este sentido, sabe? Ilusão, né, de ver e de trabalhar para que os pobres, e tudo isso, e que a igreja ficasse, e ficou realmente, em muitos lugares, ficou bem mais próxima dos pobres, né, em naquela época, si.

Depois talvez parece que ficou, que recuou, então todas essas igrejas, em naquela época, acho que a maioria das igrejas, só a Igreja Católica não, outras igrejas também, por exemplo esta que veio da Holanda, e fez este trabalho, e há uma abertura, um querer, né, de evangelizar, de querer trabalhar junto. Então tudo isso, dá pra ter uma ilusão grande de poder realizar isso. (risos)

A palavra “ideal” utilizada por Pilar pode ser traduzida pelo termo discurso, conforme definição aqui determinada. O discurso era que a igreja deveria estar ao lado dos pobres. Na fala de Pilar, percebe-se que esse discurso orientou a ação, ele era o norte em direção ao qual se almejava seguir. Contudo, ela avalia que, se por um tempo o ideal foi alcançado, ao fim houve um recuo da igreja na consecução de seu ideal.

A irmã conclui que o “*estar junto dos pobres*” não foi possível, foi uma ilusão, quem sabe até um ideal que pode ter sido realidade por um curto momento, mas que não vingou. O processo terminou e as esperanças foram perdidas:

P: *E eu acredito também que na igreja também, depois desta época, que teve tudo aquilo, também houve uma acomodação, talvez sim por causas políticas, tudo isso, teve, mas se as pessoas tivessem assim mais empenhadas, isto não teria sido ocasião tampouco de terminar assim. Mas isso ajudou para se escusar.*

Assim, mesmo havendo um ideal no grupo, algo faltou. O que ocorreu na VNSA foi uma ilusão e faltou algo para que a história “*não terminasse assim*”. A fala da freira não revela que houve um processo que ocorreu e as coisas foram mudando, mas de que *terminou*, e de algo *faltou*. Não houve mudança, mas término. As hipóteses de Pilar são que tenha faltado *espiritualidade, oração, aprofundamento*:

C: *E durante a época que o pessoal estava lutando por melhorais no bairro? A senhora acha que foi diferente? Ou eles também estavam lutando por interesse próprio?*

P: *Eu acho que tinha um ideal. Um querer, querer uma coisa... Um desejo de solidariedade, de querer melhorar, de querer... No, eu acho que em esta época havia isto, sim. E as celebrações também que se faziam. E isso. Talvez alguém falou também que faltou mais espiritualidade... Então talvez no dar-nos muito talvez esquecemos um pouco do outro, de mais oração, mais aprofundamento, mais buscar assim.. mais... é.. É dar tempo para gente, para as pessoas, para a gente de poder comunicar-se mais com Deus, buscarmos mais intimidade com Deus..*

4) Resultados: bairro construído e a história que se viveu sustentando a cada um

Se por um lado, ao discorrer sobre o discurso da igreja a irmã conclui que algo faltou e que terminou de uma maneira não desejada, ao mesmo tempo ela admite que bons resultados foram atingidos. Pilar ressalta resultados positivos do seu trabalho CEP, que, além das mudanças objetivas no bairro, estão também ligados à mudanças subjetivas dos participantes, às repercussões da história do grupo na vida de cada participante.

C: *E a senhora acha que o grupo atingiu os objetivos que tinha?*

P: *Ah, naquela época eu acho que sim. Sim, Porque olha quantas coisas. Todos esses meninos que estavam lá, agora estão, já foi... Um é historiador, outro trabalhando não sei onde, [...] quer dizer não se envolveram assim com coisas de... erradas, erradas, digamos assim [...] Por exemplo a Sônia, tem um ideal, no tem ideal, asi? Assim, se preocupa, tem consciência, ela tem muito, né? Está bem por dentro, né? [...]. E está construído o bairro, né? Mas é que a gente, olha em lugar de vez, em lugar diminuir, as favelas cresceram, é só essa melhorar, e já lá houve outras e outras e outras. Mas eu acredito que, que o que se tocou lá, o pessoal teve essa história que se vivió, deve estar sustentando a cada um.*

A irmã acredita que o que a história que o grupo de moradores da VNSA viveu esteja sustentando a cada um. Mudanças positivas subjetivas ocorreram, fruto da organização dos moradores, e os que participaram não se envolveram com *coisas erradas*.

7.1.2 Maria

Maria foi cozinheira da creche do Centro de Educação entre 1986 e 2003. Trabalhou durante muito tempo na organização e também participou das lutas. Sua fala indica que o seu envolvimento com a organização deu-se principalmente em função da oportunidade de inserção no mercado de trabalho formal.

O sentido que Maria dá ao seu envolvimento com o CEP é a oportunidade de trabalho registrado. Durante a entrevista, ela especifica todos os momentos em que trabalhou para o CEP com registro em carteira e também sem registro. A questão de estar registrada ou não é bem importante:

C: Como foi a sua experiência, particular, no envolvimento com o centro de Educação Popular? Como você começou?

M.: É, então, foi em 86, né? Eu, assim, eu nunca tinha trabalhado fora, eu estava assim, só dentro de casa mesmo, né, cuidando dos meus filhos, do meu lar. E aí eu sentia muita necessidade de trabalhar, mas, eu não tinha oportunidade.

[...]

C: Como foi a sua motivação para começar a participar das lutas?

M.: É, foi para trabalhar. Eu nunca tinha trabalhado fora, né?

Os ciclos de trabalho de Maria no CEP são por elas marcados a partir dos momentos em que trabalhou com registro ou sem registro:

M: Isso foi, em 86, depois 87, aí, foi... Janeiro de 87, a Sônia colocou uma proposta pra mim lá da São Francisco, né? Que eles poderiam estar me registrando, porque até aí eu trabalhava sem registro e eles me davam uma ajuda de custo, né? Aí eu fui registrada, fiquei trabalhando lá, quer dizer aqui, né? Mas por lá, pelo Centro São Francisco, dois anos e três meses. [...]. E, aí foi passando o tempo, nisso eles pediram para mim subir, para ir trabalhar no centro lá de cima do São Francisco, e eu decidi que não, porque eu já estava acostumada aqui no Centro de Educação e não por causa do registro, porque o registro é uma coisa boa pra mim. Mas como eu estava acostumada com o pessoal, tava envolvida na comunidade, eu não quis subir. Aí me mandaram embora. [...].

C: Ah, aí te mandaram embora?

M: É, mandaram embora. É, me pagaram direitinho, né? Dois anos que eu trabalhei lá, fiquei registrada lá, depois continuei trabalhando voluntário, né, recebendo uma ajuda de custo. [...]

M: *Mas assim, foi uma coisa muito boa, Carol, nossa, foi gratificante. Mesmo os anos que ficou pra trás, aí, né, sem registro, mas pra mim o que vale né, é a convivência, coisa muito boa mesmo. [...]*

M: *E graças a Deus, aí depois, trabalhei na, só na, no, Centro de Educação, sem registro, eu trabalhei doze anos e seis meses.*

C: *Doze anos?*

M: *Sem registro. Começando em 86, até 98. Aí o tempo foi passando. [...]. Então, daí conseguiu um convênio pela prefeitura. Aí ela ficou assim, né, conveniada com a prefeitura e todo mundo, graças a Deus, teve a oportunidade de ser registrado, quem já trabalhava sem registro. Aí eu fui registrada. [...] Já tava pra completar cinco anos, aí eu fiquei com problema de hérnia de disco, problema na coluna, [...], aí fui para o INSS. E aí to lá até hoje.*

A fala de Maria revela que nem todos os que se envolveram com o CEP o fizeram por razões políticas ou religiosas. O CEP também foi para alguns, como foi para Maria, oportunidade de trabalho remunerado, o que faz muito sentido pensando no contexto da vila. Contudo, a partir do trabalho ela se envolveu com as lutas e criou laços de amizade, o que fez com que ela recusasse o trabalho em outra organização, mesmo o CEP não podendo pagá-la registrada durante um tempo. O trabalho é espaço de sociabilidade.

7.1.3 Rui

Rui é baiano, trabalhador da construção civil e participou da primeira fase do CEP, até 1986. A fala de Rui revela dois sentidos dados por ele ao seu envolvimento com o Centro de Educação. O primeiro é a participação no grupo como uma oportunidade para fazer amizades, o que será analisado como sentido do grupo, com a ressalva de que essa é a marca registrada do Rui – o envolvimento com o CEP como maneira de fazer amizades e estar inserido em um espaço de sociabilidade. O segundo é a possibilidade de ocupação do tempo. Ele se envolveu com o grupo por causa das pessoas, das amizades e por desejar ocupar o tempo que lhe sobrava. Rui também descreve como era a organização do grupo, onde todas as tarefas eram compartilhadas e desempenhadas em conjunto.

1) *Pra ocupar o nosso tempo*

Para Rui, a questão do tempo faz-se bastante importante; tanto a falta dele, como o tempo excedente. O tempo é a justificativa para que Rui se envolva no grupo e é também a justificativa para que ele realize atividades com outros jovens, para que não estejam desocupados, sujeitos a envolver-se em atividades perigosas:

R: *E porque que a gente tomou esta iniciativa? Uma pra ocupar o nosso tempo, e pra ocupar o tempo de alguns jovens, porque na época, mesmo nesta época, já havia muita droga, então quer dizer... ah... até pra molecada não se envolver com este tipo de coisa. Para eles terem uma vida melhor, né? Ter uma ocupação, né? Porque, dizem que.. mente vazia, oficina do coisa ruim. Então tem que ter uma ocupação, na época.*

Assim, as atividades do grupo são um meio para que os jovens não se envolvam com atividades ilícitas, como por exemplo, as drogas. Estar desocupado pode ser perigoso. Da mesma maneira, ele fala que deixa de participar do grupo quando seu tempo já está ocupado com outras atividades:

C: *E aí você parou por conta do trabalho?*

R: *É Devido ao trabalho, porque aí ocupa muito tempo. Porque a gente quando se dedica assim à comunidade, quer queira, quer não, ocupa muito tempo da gente. [...] Então, ocupa muito tempo, então como eu trabalho de meio de semana, fica corrido, sábado, domingo e feriado. Mas geralmente eu trabalho direto, tem dia que trabalho de domingo a domingo. Então não adianta assumir um compromisso, né, sendo que a gente não vai conseguir cumprir.*

Às vezes dá vontade de rever o pessoal antigo, né? E... voltar a fazer alguma coisa aí. Mas todo mundo tem suas ocupações.

Contudo, a falta de tempo é uma justificativa bastante usada cotidianamente para não se envolver com determinada atividade. É utilizada e aceita socialmente. Quando Rui pensa em envolver-se novamente, ele fala sobre os amigos, envolver-se seria *rever o pessoal antigo*.

2) Todo mundo participava de tudo

Rui descreve a organização do grupo e suas atividades. O grupo funcionava sem uma estrutura hierárquica determinada. Todos faziam tudo. Não havia divisão de tarefas fixas

Então o que é que nós fazíamos, nós tínhamos o grupo da liturgia, nós tínhamos o grupo da comunicação, que nós tínhamos uma rádio, que era quatro alto-falantes né? Aqui em cima, que quando nós começamos com essa, que era chamado de Rádio do Povo, né? E a Sônia andava pela vila, pegando entrevista e passava na rádio. Aí a gente tinha uma programação. Então, geralmente, como era só nós na época, então todo mundo participava de tudo. A gente preparava a liturgia, preparava a programação da rádio, preparava... e tínhamos um grupo também chamado MOJAC.

Então a gente participava de todas as tarefas, né? Fazia a programação da rádio, como eu já disse, né? Preparava a liturgia, participava do grupo MOJAC [...]. O Rui, um xará meu, que era marceneiro, então ele ensinava a fazer as coisas de madeira, de marcenaria, armário [...] e eu ensinava a fazer artesanato, na época, ensinava artesanato, fazer cadeirinha de balanço, com pregador, casinha de [...] palito de sorvete.

O trabalho não é somente um meio de obtenção de renda, mas é também um modo de estar com as pessoas. O marceneiro ensina seu ofício para os jovens, Rui ensina artesanato. Novamente, a questão da sociabilidade e da amizade faz-se presente.

7.1.4 Claudi

Claudi é baiano e foi o segundo presidente do CEP, entre 1995 e 2000. Hoje não está mais ligado à organização e trabalha como conselheiro tutelar. Os sentidos de sua participação no CEP relacionam-se à realização pessoal, à oportunidade de sentir-se capaz e de integrar-se à comunidade, uma vez que, no início da organização dos moradores, ele acabara de chegar da Bahia.

A fala de Claudi está continuamente alternando-se entre a primeira pessoa do singular e a primeira pessoa do plural, entre os pronomes “eu” e o “nós”, entre “eu” e “a gente”. Por vezes, os resultados do CEP estão associados a uma realização individual ou ao mérito próprio, e outras, são produtos de uma ação coletiva.

A oportunidade de realização pessoal surge como um dos eixos centrais na fala de Claudi sobre seu envolvimento não só no CEP, mas na comunidade como um todo. Quando pergunto como é o trabalho dele hoje na comunidade, Claudi diz que vê um pouco mais o resultado

Cl: [...] *daquele trabalho que, do meu trabalho, né? Aliás, do trabalho que a gente fez [...] a gente é sempre uma referência.*

Em outro momento:

Cl: *Então a gente, nós tivemos uma luta grande para poder urbanizar, né? E, depois, pra ver a questão de água, de esgoto. Então, dentro disso daí, foi que, a gente, até hoje, a gente, eu não consegui sair, né? Então esse foi o envolvimento inicial...*

Cl: *Então vamos também se organizar porque assim a gente vai diminuir esses ratos, né? E, então a gente, nessas, aí. Aqui, a gente, eu tenho uma outra, entendeu, uma outra situação. Agora quando a gente chega no conselho é diferente, porque? Porque lá vai vir pessoas com diversos problemas, e aí eu já não, não, não posso agir como aqui.*

Quando perguntamos, já ao fim da entrevista, se há algo mais que ele gostaria de falar sobre o CEP, ele diz que aquilo que mais o marcou no envolvimento com o CEP foi a oportunidade de ter sido presidente, que lhe possibilitou o sentimento de que era capaz, de que estava fazendo história, de que estava *pisando mais alto*:

C: *Tem mais alguma coisa que você acha importante eu saber e que gostaria de me contar, sobre a história do CEP?*

Cl: *Olha... Do Centro de educação. Olha, eu acho que uma das coisas que mais eu, eu, eu acho que me marcou assim, foi quando eu tava na presidência do Centro de Educação e na construção daquele prédio. Foi assim uma experiência, eu não me sentia capaz. Às vezes eu falava... é ... É... o pessoal até as vezes tirava... é... zuava comigo, né? Entendeu, parece assim, Ah, você é o presidente? Não acreditava né, e eu também parecia, e eu também achava, e eu também não acreditava em mim, né? [...] Até que às vezes, assim, outro dia assim eu falei assim, eu me senti um pouco mais, pisando mais alto, né, e já com um a experiência muito boa porque eu sei que ali tem, eu fiz o meu espaço, né? História, né, então. E o pessoal eu falei assim se eu estou aqui é porque o pessoal acredita, né, a comunidade, o pessoal. Foram eles que me indicaram, eles, eles que me elegeu, né, enquanto presidente..*

Esse sentido do envolvimento no CEP como oportunidade de sentir-se capaz pode estar relacionado ao fato de ter sofrido muito preconceito quando chegou a São Paulo²⁴.

O trabalho comunitário é uma possibilidade de acreditar em si e acreditar no outro. Isto se relaciona com a fala da irmã Pilar, quando diz que um dos objetivos é que as pessoas pudessem *ganhar confiança nelas mesmas*.

7.1.5 Aragão

Aragão participa da orgnaização desde a primeira fase até hoje. Foi presidente da organização entre 1990 e 1995. Ele define-se como alguém que *é da comunidade*. Ele iniciou envolveu-se com a organização comunitária desde a década de 1980 e trabalha no CEP até hoje. Sua fala é bastante politizada e marcada pelo uso de termos - violência, educação, preconceito, recurso, atendimento - que se entrecruzam e formam uma rede de sentidos relacionados ao morar em uma *favela* e fazer parte de uma *entidade*. Os sentidos de morar em um lugar *violento, feio* e que gera *preconceito*, juntamente com o valor atribuído ao papel da educação e, principalmente, do recurso financeiro para que as pessoas melhorem essa situação, marcam a sua fala. Alguns destes sentidos são comuns ao grupo e serão analisados também como sentidos do grupo. Contudo, serão incluídos como sentido pessoal, uma vez que Aragão os articula de maneira única.

1) Organizar-se para transformar a favela, lugar feio, violento e alvo de preconceito.

²⁴ Como o tema do preconceito é comum ao grupo, será analisado mais adiante.

A fala de Aragão relaciona o morar em uma favela com exposição à violência, feiúra e preconceito. Um dos sentidos relacionados ao seu envolvimento no CEP é a questão do grupo desejar que seu lugar de moradia fosse transformado, não sendo marcado só pela violência ou só pela feiúra e que as pessoas pudessem assumir que moravam lá, enfrentando o preconceito:

C: Como foi a sua experiência, particular, no envolvimento com o Centro de Educação Popular?

A: [...] Mas eu sou da comunidade, é... desde...75,... 74... tinha uns, 4 anos, 74... Mas assim, comecei a atuar na verdade, aos 14 anos [...]

Quando termina 90, depois de muitos acontecimentos, acho que a vila tem uma história muito forte de violência, né, teve manchete em grandes jornais, na imprensa, falada, escrita, e a gente tinha a preocupação de como contribuir para que não ficasse uma comunidade marcada só pela violência, né? “Nossa.. você mora lá no Santa Inês?” Acredito que ainda hoje algumas pessoas ainda tenham esse olhar. “Não acredito, você mora lá no Santa Inês?” E aí a gente tinha uma meta, que é possível morar numa favela, né, sem ficar só com o feio, né, porque a favela é tida como uma coisa feia, né? Mas transformá-la, né? E não só transformar as moradias, mas ajudar na transformação pessoal, né, de cada indivíduo.

Segundo Aragão, o grupo organizou-se para transformar o local onde morava, para deixar a favela mais bela, menos violenta, para que as pessoas de fora pudessem *acreditar* que eles moravam na VNSA. Fazer da vila um lugar habitável:

A: E aí, assim, eu acho que a gente tem que melhorar o local, né, buscar qualidade de vida, porque hoje eu acho que assim, ninguém quer morar ruim. Seja qualquer lugar, você não quer morar ruim, você quer seu espaço, né? Você quer ter seus bens materiais. E isso é em qualquer lugar, né? Então a gente não quer ficar numa situação desconfortável. E aí, pensa que, não, aqui é maravilhoso. Não! Tem muita coisa a melhorar! [...] Mas não é saindo daqui que você muda, né? Ou pelo menos você muda, mas... Você quer mudar, você tem condições pra isso, não tem problema, né? Mas você não pode desencorajar as pessoas. Entendeu, né? Vai embora, deixa que, né? Porque quem está aqui há um bom tempo sabe que esse processo ele é muito lento, ele é difícil, né [...]

Segundo Aragão, é característica do ser humano querer viver bem, com conforto, e isso não é diferente na favela. É necessário transformar a favela, mesmo sendo este um processo lento e difícil. Ele também identifica a violência como fator propulsor da organização inicial dos moradores, contudo esse sentido será analisado como pertencente ao grupo, já que vários outros entrevistados também citaram.

2) A educação: meio para transformar a favela e seus moradores

Diante da violência, da feiúra e do preconceito, Aragão fala que o grupo tinha como meta não só transformar o aspecto físico da favela, mas também transformar as pessoas, através da educação:

*A: E aí a gente tinha uma meta, que é possível morar numa favela, né, sem ficar só com o feio, né, porque a favela é tida como uma coisa **feia**, né? Mas transformá-la, né? E não só transformar as moradias, mas ajudar na transformação pessoal, né, de cada indivíduo. E aí a gente vai diretamente no foco da questão, que é a educação, que é lutar para que as pessoas além de voltarem a estudar, né, que os jovens não desanimem.*

A educação irá transformar as pessoas. E a vocação do CEP é educar e incentivar o jovem para que vá à universidade. Quem tem um grau universitário será respeitado e poderá desenvolver o seu *potencial humano*. O CEP incentiva e luta para que os jovens não desanimem diante da humilhação sofrida por ser morador de uma favela e que não deixem de *ir à universidade*. Aragão exemplifica com uma trajetória de sucesso:

A: E, e eu acho que isto é interessante porque os grupos de jovens que passam pelo Centro de Educação, eles têm um norte muito bom, que é ir à universidade, né? Então tem caso de uma menina que começa com 12 anos na creche, né, começou como auxiliar, aí ela vai se formando, vai investindo, depois entra na Pedagogia, passa por educadora, depois pra coordenadora, e passou por várias formações pelo Centro, e hoje trabalha no [...], que é um colégio conceituado da cidade de São Paulo [...]. Então as meninas, os meninos que estão hoje em outros trabalhos, que saíram, eles podem falar com muita tranquilidade, né, do social, da experiência, o que é ser humilhado em uma favela, o que é não ter dinheiro, né, o que é ser limitado em alguns momentos. Mas enquanto conhecimento, ele não fica, né, enfim, perdido nessa situação, né? Tem o conhecimento, tem uma prática, tem a teoria, que eu acho que a universidade que traz isso. Então eu acho que neste ponto o Centro ajuda muito, né? Pessoas que querem continuar a desenvolver o seu potencial humano.

Morar em uma favela, não ter dinheiro é ser humilhado e sofrer limitações. A educação é o meio pelo qual o morador da VNSA poderá se desenvolver. A educação apoiará o jovem a não ficar perdido diante da humilhação e preconceito sofridos por ser pobre e morador de uma favela.

3) Motivação para trabalhar hoje no CEP: o que aconteceu no passado

A fala de Aragão indica que sua motivação para trabalhar hoje no CEP é o passado da organização, sua história:

C: Qual é a sua motivação hoje para trabalhar com o CEP? Você trabalha com alfabetização de adultos, não é? O que te motiva, o que te anima a trabalhar aqui?

A: Então, eu, na década de 90, assim, eu comecei com alfabetização de adultos e era educador, né, social da comunidade, trabalhava com urbanização, tal, enfim. Estava

ligado a mil coisas, né, e a educação de adultos era uma delas, que eu cuidava, né, do meu núcleo de educação para motivá-los para a urbanização. [...]

E várias vezes as pessoas falavam, Aragão, mas não dá pra ir prá coordenação? Mas aí isso não me satisfaz, né? Mas aí você vai ganhar mais. Eu falei, não, eu posso até ganhar mais, mas o trabalho que eu faço dá resultado agora. E aí quando a gente é, vem neste momento, em 2000, eu vou direto para a coordenação da alfabetização de adultos, né, eu não vou ao núcleo. Eu começo com núcleo e fico na coordenação das salas de aula.

Apesar da pergunta ser sobre a motivação para trabalhar atualmente no CEP, Aragão responde como ele começou na organização, com a alfabetização de adultos, que é o que o satisfaz. É o que dá resultados. Mesmo a coordenação oferecendo um salário melhor, não traz a mesma realização pessoal da atividade passada. A tensão entre um trabalho atual que não realiza, apesar de pagar melhor, e um passado no qual o trabalho era fonte de satisfação e de bons resultados é presente.

7.1.6 Sônia

Sônia é atualmente a diretora geral do CEP e foi uma das lideranças mais importantes no início da mobilização, estando presente desde o início. Ela é citada por todos os outros entrevistados. Fala com emoção sobre o início do Centro de Educação Popular, com saudades do tempo em que com pouquíssimos recursos e infra-estrutura o grupo organizado fazia muitas coisas junto à comunidade. Vive a tensão, da mesma maneira que Aragão, de ter participado da primeira fase da organização e trabalhar ainda hoje no CEP, demonstrando-se nostálgica em relação à primeira fase e inquieta em relação ao presente da organização. Fala de conflitos que a organização enfrentou com outras organizações do bairro e principalmente com a paróquia, demonstrando uma relação ambígua com eles.

1) Importância do papel das lideranças na organização dos moradores

Na fala de Sônia, as lideranças comunitárias têm um papel importantíssimo nas lutas do grupo. Primeiramente elas assumem liderança religiosa, para depois se tornarem *líderes sociais*, mobilizando a comunidade. Foi essa a sua própria trajetória:

S: E assim, as lideranças que foram formando nesses encontros bíblicos iniciaram coordenando grupos. Porque ela, a Pilar, a freira, ela tinha um olho para enxergar os líderes. E ela imediatamente dava uma função. E as pessoas iam.

E as lideranças, as pessoas foram assumindo grupos de catequese, crisma, viraram ministros da celebração, batismo. E assim, tinha também os líderes que já faziam educador, de alfabetização de adultos. [...]

Mas dali sáiram líderes sociais também, que foi ah.. que... começou uma mobilização para a coleta de lixo, porque o caminhão não ia prá favela de jeito nenhum, ele não entrava, os moradores que tinham que ir subir até lá em cima levar o lixo.. Então...

C: E como foi essa mobilização pela coleta do lixo?

S: Uma líder aqui, essa da coordenação.. Rita o nome dela. Não só ela, outras mulheres também, mas ela foi a líder mais significativa naquele momento lá da reivindicação do caminhão de lixo passar. E a gente conseguiu fazer alguns mutirões, de mobilização, é de sensibilização da comunidade, sobre jogar as coisas fora, e tal. E aí foi crescendo, porque com essa mobilização do caminhão do lixo o grupo cresceu, ampliou o grupo de líderes, e aí já não era só mais caminhão de lixo, as pessoas começaram a falar: precisa abrir a rua, não tem água, não tem luz. E... cresceu uma equipe que começou a ser reunir ir na prefeitura, mobilizar mesmo.

Quando perguntamos como foi a mobilização pela coleta de lixo, Sônia cita o nome de uma pessoa, uma líder comunitária, a “*mais significativa*”. A partir do trabalho das lideranças, junto a outras pessoas, o grupo pode fazer mutirões, mobilizar e sensibilizar a comunidade sobre a destinação adequada do lixo.

2) A luta era por necessidades reais, e por isso contava com a participação de muitos moradores

Sônia fala que a mobilização inicial do grupo respondeu a necessidades reais das pessoas naquele momento. Eles precisavam de água e de luz. O grupo não trouxe nenhuma “*necessidade de fora*”, mas lutaram pelas coisas que os moradores precisavam. Por isso mesmo, as pessoas participavam:

S: Primeiro veio a água, que era a questão naquele momento. Água e luz, foi imediato, porque eles abriram. E foi uma decisão fazer isso. Também era um período forte da mobilização. Mesmo porque era uma necessidade forte das pessoas, não era nada que a gente tava trazendo de fora, era a necessidade mesmo daquelas pessoas ali naquele momento. Então, era muito participativo. Construir a igreja, a estrutura da igreja foi um pedreiro contratado e tudo e tal, Mas a maioria das coisas lá, o salão comunitário da igreja, foi mutirão. Onde tava as crianças, os homens as mulheres, todo mundo participou.

S: E aí foi muito interessante, porque os festivais de música, de poesia, gincana, a gente fez isso o tempo todo, sem recursos de fora, somente com a participação da comunidade. Olha gente, vamos fazer um festival, mas não temos som. Mas tinha alguém da comunidade que tinha um aparelho de som e que vinha com o aparelho e ficava lá a noite inteira com o som.

3) Ambigüidades nas interações com a paróquia

Sônia falou bastante sobre o relacionamento do grupo com a paróquia. Ela revelou uma relação com a igreja que é ambígua. Segundo ela, o grupo se ligou à igreja por necessidade, pois precisam estar ligados “a algum lugar” e a paróquia tinha uma estrutura que lhes faltava:

S: E aí uma coisa muito interessante nessa época foi que como a paróquia começou a participar nessa época talvez, quando ele chega, a gente tem que estar ligado a algum lugar. Quem responde pela gente na comunidade é a paróquia, na organização da igreja, claro. E aí, é... A paróquia tinha uma estrutura e a gente não tinha nenhuma, então a gente pôde começar a distribuir panfleto, distribuir, então começou a chover material impresso.

Ao mesmo tempo em que fala que utilizaram a estrutura da paróquia, conta que a igreja não deu nada além do *pãozinho francês*. Revela um aspecto do relacionamento do grupo com a paróquia tenso e ambíguo, ao dizer que a paróquia não “dava nada” para o grupo, ao mesmo tempo em que diz que a igreja emprestava o megafone:

S: Ah tá, então a gente vai lutar pela água, prá que a SABESP ponha água na região, então vamos convidar a população. E aí foi interessante, porque o pessoal não lia, foi quando a gente começou a rádio comunitária. Só que a gente não tinha nada, não tinha apoio nenhum. Nada, nada, nada. O máximo que a paróquia dava prá gente era pãozinho francês e mais nada. Tanto que quando a gente reunia com a comunidade, a comunidade preparava as coisas, porque a paróquia não dava nada. Então nessa época a gente pegou emprestado um megafone da paróquia. Você punha na boca e saía com ele na rua.

Ela critica a ausência de propostas por parte da paróquia. Segundo ela, os desentendimentos com a igreja levaram à autonomização do grupo. Estes desentendimentos estavam relacionados à questão de gestão de recursos financeiros. O trabalho que eles faziam levantava muitos recursos financeiros, que eram geridos pela paróquia e não pelo próprio grupo. Assim, quando a paróquia *não interessa mais*, o grupo decide gerir os seus próprios recursos:

S: O que não tinha [na vila]? Não tinha creche, não tinha atendimento prá jovem, não tinha atendimento prá adolescente, nós não tínhamos equipamento, porque a paróquia mantinha os equipamentos dentro da vila, só que quem estava na paróquia naquele momento não tinha uma proposta em relação a isso. E o trabalho deles era muito ruim, os espaços eram horríveis, muito feios, embora a paróquia, a vila era um espaço que levantava muito recurso, era uma facilidade muito grande, porque aí houve uma briga muito grande porque era a vila que puxava recursos. O padre começou a trazer visitas e visitas e visitas e visitas. Então todo mundo que vinha do exterior encantava com o nosso trabalho e o dinheiro vinha chegando. Só que chegava na igreja e não resultava em desenvolvimento local. O dinheiro não foi prá vila, ficou lá, na paróquia. Tanto que depois foi um racha, e perdemos totalmente a ligação com a igreja, CEP é totalmente independente, porque a igreja usou, a gente tem clareza disso, usou a comunidade para outros projetos que ela tinha, não eram nossos.

E, lá atrás ainda, quando a gente começou, as lideranças começaram a perceber a necessidade de existir juridicamente, porque era tudo a paróquia, as lideranças fundaram o Centro de Educação. Eu acho que foi em 1990, eu acho que foi, mas depois eu confiro. E, assim, o que a gente queria, a gente descobriu que tinha condição de fazer isso e não ser mais tutelado pela igreja. Porque os agentes que eram mesmo da base, que eram nossos, não estava mais. A paróquia não nos interessava mais. E assim, aí ocorreu que, por necessidade e por outro lado, sem entender, porque a gente achou que naquele momento era importantíssimo isso também, as lideranças foram assumindo isso, um virou coordenador do grupo, outro coordenador do atendimento [...]...

Assim, o depoimento de Sônia revela uma relação com a paróquia que de início é ambígua e por fim é conflituosa. Os recursos são levantados pela *vila*, pelo trabalho que o grupo realizava, mas o dinheiro que era levantado ficava na paróquia. E o grupo decide não mais ser *tutelado* pela igreja.

7.1.7 Minéia

Minéia é baiana e trabalha no CEP há nove anos, como educadora. Assim, participou somente da segunda fase da organização. Começou na creche e depois passou para o núcleo sócio-educativo, realizando atividades com crianças de 6 a 14 anos. Percebe-se que a linguagem utilizada por Minéia é bem distinta dos outros entrevistados. Não se fala mais em luta, direitos ou reivindicações. A fala de Minéia transparece a influência do discurso das organizações não-governamentais.

1) Trabalho no CEP: *acabou acontecendo*

Minéia relata que a sua entrada no CEP não foi intencional, mas *acabou acontecendo*. Ela não procurou trabalho na organização, uma vez que não era sua área de trabalho. Uma constante em sua fala é sua falta de intencionalidade em relação a muitas de suas ações no CEP. O seu trabalho no CEP não foi intencional, mas aconteceu como resposta a propostas que foram feitas a ela e às quais ela aceitou:

C: Poderíamos começar com você me contando como foi o seu envolvimento aqui com o Centro de Educação

Mi: E, então, na verdade eu comecei na, no Centro de Educação, mesmo, na creche, na parte, é, com as crianças menores. E foi uma coisa assim, meio que... improvisada, né? Foi uma questão assim, de de contrato, de contrato de trabalho, porque, as meninas estavam saindo de licença maternidade e precisava de alguém pra estar cobrindo, ali, tá dando uma força ali, né? [...] aí ela [coordenadora] me fez a proposta de tá assim, de ficar um tempo com eles, né, só pra cobrir a licença, no caso os quatro meses das licenças, da licença maternidade das meninas. E, tudo bem, eu acabei nem, nem folgando

muito porque eu estava desempregada, eu acabei ficando, e, to até hoje, né (risos), esses quatro meses se tornou nove anos.

Durante esses nove anos, em momentos diferentes, alguma coordenadora lhe fez uma proposta e ela *acaba* aceitando:

Mi: *Isso, e aí eu acabei ficando, aí comecei a trabalhar ajudando as meninas na sala, olhando a sala, na outra, não tinha uma sala fixa, porque, até porque eu tava quebrando um galho, e, a gente foi, eu fui me adaptando. Aí no ano seguinte ela acabou fazendo a proposta pra eu ficar, né, pra eu estar desenvolvendo um projeto junto com, com as crianças, aí eu já assumi uma turma, uma turminha com umas crianças pequenas, né, e aí foi super bacana, porque não era meu objetivo trabalhar na área de educação, porque eu não trabalhava na área de educação, eu trabalhava na área geralmente de com empresas, na área de exportação importação. E uma coisa, não tem, não tinha nada a ver com a outra. E aí eu estava procurando trabalho nesta área, então não achava e veio essa oportunidade, e aí eu acabei, acabei me interessando, pela área de educação, de que era isso que eu tinha vocação pra isso, que eu me dava super bem, desenvolvia o trabalho super bem com as crianças e, aí eu falei, eu vou estudar, vou batalhar pra poder trabalhar nessa área. E... continuei, fiquei na creche durante meus, seis longos anos, né, só na parte de cima.*

Assim, percebe-se que o lugar ocupado por Minéia no CEP não é de militante, mas de funcionária. Suas relações com a coordenação são profissionais: propostas de trabalho são feitas e cabe a ela aceitar ou não.

2) Lógica da segunda fase: recursos humanos devem ser administrados

Nesta segunda fase, não é mais o “grupo de luta” que decide os procedimentos, objetivos e quais pessoas irão participar de quais atividades. Não existe mais “*todos participando de tudo*”. A decisão fica nas mãos da coordenação da organização, que avalia a capacidade e aptidão das pessoas, fazendo propostas e retirando de uma função para recolocar em outra:

Mi: *Peguei uma turminha, é, mini grupo, tirei da fralda e acompanhei essa turma até os quatro e meio, mais ou menos, e aí, depois a Sônia tirou essa turma de mim e colocou pra uma outra educadora, e essa educadora ficou com essa turma no pré, mas aí ela não conseguia é, lidar com a turma.*

Mi: *Foi quando veio, depois, a proposta de tar trabalhando, de tar desenvolvendo um trabalho de DEC²⁵, da Visão Mundial, de eu estar fazendo uma, uma, um trabalho da Economia Solidária. Então como ela, ela, ela fala que eu sou muito comunicativa, tenho muita facilidade de comunicar com as pessoas, aí ela fez a proposta, aí eu falei, ah legal, acho que é uma coisa diferente, né, fiquei meio insegura porque eu tava entrando.. seis anos, [...]. Mas acho que vai ser legal porque vai servir de experiência. E, acabei ficando*

²⁵ Desenvolvimento Econômico

nessa área nesses meses. [...] E aí a [...] pediu pra eu estar ficando alguns dias até eles encontrarem outra pessoa pra ta desenvolvendo o trabalho como educador. E eu acabei ficando, porque eu comecei a adaptar o trabalho que eu fazia na creche com as crianças, mas adaptar pra faixa etária a qual eu estava atendendo.

E quando foi em 2006, aconteceu de, da [...] me colocar no projeto Memória Local, né, Museu da Pessoa, Avisa Lá e Votorantim. Aí num primeiro momento eu fiquei meio assim, porque tinha que sair toda a semana.

Em sua segunda fase de existência, cabe à coordenação do CEP perceber aptidões específicas em seus funcionários e colocá-los nas funções adequadas.

3) Lógica da segunda fase: propostas, projetos e produtos

O trabalho do CEP nesta segunda fase deve seguir uma estrutura racional e ser eficiente na entrega de resultados. As ações da organização devem ser fruto de um *projeto*, que é sistematizado e registrado em uma *proposta escrita*, que deve definir quais serão os *produtos finais*, que, por sua vez, devem ser resultados concretos. Essa é o discurso das organizações não-governamentais. É necessário ter objetivos e saber onde se quer chegar com determinada ação:

Mi: *[...], então a gente desenvolveu um projeto, o produto final do projeto era é, o projeto ir pro site, que ta no site até hoje, do Museu da Pessoa, confeccionar o livro e ter a disposição com a história das pessoas [...]*

O projeto que ela cita não foi determinado por ela ou pelo CEP. Em sua fala ela cita um projeto que realizou com o apoio de algumas fundações, que repassaram o recurso financeiro e determinaram exatamente quais *produtos* o CEP deveria entregar. Quem providencia o financiamento está na posição de exigir a maneira que a ação será executada, para que os produtos sejam alcançados.

Quando Minéia decide implementar um projeto próprio com as crianças atendidas pelo CEP, ela segue a mesma racionalidade: a necessidade de um *projeto* definido que tenha bem delimitado seu *produto final*:

Mi: *Esse ano eu tenho, é, um projeto pra desenvolver com eles, como é um ano ecológico, a gente vai desenvolver um projeto sobre a água, é um projeto na verdade que não foi ninguém que, que falou, ah, faz isso, eu acho que é interessante fazer, um projeto, assim, bacana, um projeto que é, vai mobilizar a comunidade, os outros funcionários também do CEP e, aí esse é o projeto, na verdade o projeto piloto que vai levar até o fim do ano com a turma, que eu pretendo, é, desenvolver com eles. [...] Então no final eu pretendo que no produto final a gente organize um sarau, um sarau bem grande pra mobilizar também, pra comunidade toda participar, e eles vão montar, cada um montar o seu próprio livro[...].*

C: Certo... E você falou que com esse projeto de água você pretende mobilizar a comunidade, né? Como que é isso?

Mi: Então, porque na verdade, eu preciso sentar pra montar, porque eu tenho só um esboço do projeto, que não dá pra gente começar a fazer uma coisa assim, porque eu não tenho um, um, um projeto, uma coisa escrita, pra saber qual que é o objetivo, pra saber o que que eu quero alcançar com aquele objetivo.

[...]

Mi: E esse ano eu pretendo, né, desenvolver esse projeto água, que tem a ver com meio ambiente, com tudo e aí eu prefiro, eu preciso primeiro mobilizar interno pra depois trazer pra comunidade. Então não é um projeto de seis meses, acaba sendo um projeto de um ano, né? Que o produto final acabe, mas assim, a, a, na verdade, o meu objetivo no produto final é que as pessoas sejam mais conscientes, e que a prefeitura também coloque os latões, latões grandes, não pequenininho,[...].

Mi: Então super bacana, eu acho eu espero que o projeto dê certo, mesmo que eu vou precisar do apoio de muita gente, até da própria prefeitura, né, que vou ter que mobilizar a prefeitura, é... a própria... a Sabesp, e o pessoal do, da Urbis, que é da, da coleta, né? Então agora eu tenho que terminar de escrever o projeto, bonitinho, e levar em cada um desses lugares e explicar qual o objetivo, né, o que que a gente quer na verdade com esse projeto. E aí preciso contar com o apoio de todo mundo. Então não é um projetinho, assim pequeno, é um projetão, (risos) entendeu?

Assim, o objetivo da ação só passa a existir após estar documentado em uma proposta escrita, que define quais serão os produtos da ação. Para mobilizar, é preciso ter um projeto escrito. Ao desenvolver sua idéia, Minéia traz as idéias básicas do seu projeto, que seria conscientizar os moradores a respeito do cuidado com o meio-ambiente, contudo ela reforça que o projeto deve ser escrito, para poder ser vendido a um dos financiadores e poder ser então viabilizado.

Por vezes, a entrega desses produtos cansa e sobrecarrega os “beneficiários”, as crianças atendidas pelo CEP, devem realizar a parte que lhes cabe para que o produto final seja alcançado no prazo determinado:

Mi: [...] Mas tinha que desenhar, fazer os desenhos a partir da história que estava sendo contada. Então cada trecho de uma história tinha que ter um desenho, um desenho que tinha a ver com a história [...] Sabe então foi uma coisa que, é, eu acredito que o grupo aprendeu muito, entendeu? Apesar do grupo ser meio assim “Ah, tem memória local hoje”, “Ah, eu tô cansado”, e aí no finalzinho acabaram mesmo ficando sobrecarregados, porque tinha muita coisa pra se fazer. Porque não é simplesmente, então era, produzir depois então um texto a partir da entrevista, depois da produção de texto, ele tinha deixar, ele que organizar pra que ficasse bonito, pra que todas as pessoas pudessem entender a história da pessoa, a questão dos erros ortográficos, da pontuação, essas coisas assim, né?[...]

Mi: [...] então o que eu achei mais interessante foi o estímulo da leitura e da escrita, porque a gente sabe que como eles vão pra escola, eles acabam, ah, “mas eu já fiz isso na escola hoje”, “Ah, mas eu to cansado”, então estimulou bastante.

A necessidade de racionalidade e eficiência é tão presente e dominante no funcionamento desta configuração organizativa, que até mesmos os “beneficiários” devem ser eficientes quando participam das atividades oferecidas. Na fala abaixo, Minéia empresta um sentido de trabalho para a participação das crianças e adolescentes nas atividades do CEP. Quando ela relata o projeto de memória local, percebemos que realmente as crianças precisaram “trabalhar”, ficaram sobrecarregadas, cansadas, com todas as tarefas que deveriam cumprir, a fim de que o “produto final” fosse entregue. A funcionária conclui que as crianças devem ter uma “boa condição de trabalho”:

Mi: Foi ontem eu falei, eu entrei no site da pinacoteca, ta tendo a exposição “Tarsila Viajante”, e na semana que vem eu vou levar alguns. Eu falei, eu não vou mais falar, ah, têm condições de fazer isso, fazer aquilo? Não, agora eu vou começar a exigir. Tem coisa que vai ter que começar a exigir. Porque como que eu vou dar uma condição boa de trabalho pra eles, se, se eu não to tendo uma boa condição de trabalho, né,[...]

Assim, percebe-se na fala de Minéia a forte influência do discurso das organizações não governamentais e de sua forma de trabalho. Não está presente em sua fala a questão da reivindicação de direitos.

7.1.8 Considerações sobre os sentidos individuais

Um dos sentidos no envolvimento com o CEP é a oportunidade de preencher o tempo com algo que seja útil, ocupar o tempo livre. Assim, participa-se do grupo quando se tem “tempo livre” e quando a disponibilidade de tempo se extingue, desliga-se do grupo. Há também o sentido de evitar o envolvimento com atividades “perigosas”. Cabe ressaltar que a “falta de tempo” é usada frequentemente como uma “desculpa”, algo que é socialmente aceito e não suscita muitos questionamentos.

Alguns se envolveram com o CEP para transformar o local de moradia, torná-lo mais bonito, torná-lo habitável. O senso estético surge em algumas falas: *a favela é feia*. Surge a

iniciativa de buscar embelezá-la. Outros por motivos religiosos: *estar junto aos pobres* é uma vocação religiosa.

O CEP também foi e é para muitas pessoas oportunidade de trabalho remunerado, o que, em um contexto de pobreza e falta de emprego, é muitíssimo importante. O CEP emprega muitos moradores da vila. Por outro lado, um dos entrevistados ressalta que em muitos casos a única motivação do participante em estar no CEP é o seu salário, ou seja, a organização seria um emprego como outro qualquer, e não o meio para se obter um objetivo coletivo de melhora do bairro, ou meio de oferecer serviços que a população da vila necessita.

Como já dito anteriormente, para alguns o envolvimento com o CEP dá-se como maneira de lidar com o preconceito. Contudo, no nível pessoal, o tema apresenta sentidos distintos. Um dos entrevistados relaciona o alvo do preconceito muito mais ao coletivo da favela, pobre, feia e violenta, associando, assim, a melhora da questão do preconceito com a melhora da comunidade. O caminho é a transformação da comunidade. Já para outro entrevistado, o preconceito é sentido de maneira extremamente pessoal. É a pessoa que fala sobre sua experiência com o CEP quem sofreu o preconceito, ele que é discriminado e chamado de “*baianão*”.

Neste último caso, o envolver-se com o CEP foi uma maneira de sentir-se útil para a comunidade, de sentir-se importante e *pisar mais alto*, já que o preconceito estava presente, provocando um sentimento de pequenez, de inferioridade. Ter uma posição de destaque na organização e ser reconhecido por suas realizações apoiou no processo de lidar com a discriminação.

7.2 Luta e Comunidade: Repertórios Interpretativos comuns aos entrevistados

Conforme dito anteriormente, algumas pessoas entrevistadas estiveram no início da mobilização, outros participaram de tempos mais recentes, enquanto outros estão desde o início e nunca saíram. A análise dos repertórios interpretativos faz-se pertinente na medida em que indica o discurso comum ao grupo, apontando os termos e descrições que apóiam o processo de dar sentido à participação no Centro.

7.2.1 Lutar: reivindicar direitos

Um termo pertencente ao repertório comum ao grupo de entrevistados que participou da primeira fase do Centro de Educação é a palavra **luta**. Da mesma maneira que este repertório surge diversas vezes no caderno, os entrevistados que participaram da primeira fase do CEP a utilizam com bastante frequência. Somente uma das pessoas que está desde o início não citou essa palavra nenhuma vez. Todos os outros citam a palavra “luta” diversas vezes, com o sentido de brigar, de trabalhar arduamente por algo:

M: *Mas nós pegava saco de lixo, pegava enxada e carrinho, sabe? As mulheres, os homens e partia pra luta mesmo, limpava mesmo.*

Este trabalho árduo está relacionado à reivindicação de direitos junto à prefeitura:

CI: *Por exemplo, a gente aqui, nós tivemos aqui uma luta grande na época de, da, prefeita era a Erundina, que foi a urbanização dessa vila.*

P: *E depois então, tinha a luta, já com outros, así, mas assim no nível da vila, a luta pela luz, pela, pela água, né? Que se fizeram assim também muitas coisas, de ir a prefeitura de Ermelino Matarazzo, depois também para participar em las lutas também em São Paulo.*

P: [...] *Mas, assim tava lutando para, então se lutou para ter barracos.*

P: *Então estava na paróquia, era pároco, mas estava muito interessado na favela, e estava interessado também neste trabalho, neste tipo de trabalho, de celebrar as missas nas casas, das lutas, de lutar pelo, pela melhoria da favela, para que crescesse um bairro, por todo eso aí.*

A: [...] *Era a partir delas [das comunidades eclesiais de base] que a gente fazia as lutas. Então se as lutas não partem mais dela... A igreja fica mais tranqüila [...]. A igreja tem mais a visão da renovação mesmo, né, de que a luta, deixa pra outro fazer, né.*

A: *Hoje eu vejo assim o papel do CEP na década de 90, 80 e 90, [...] o grupo foi muito claro que era é, de apoiar as lutas populares.*

S: *Então assim, começou a formar grupos para lutar pelas melhorias locais a partir desses encontros.*

S: [...] *Ah tá, então a gente vai lutar pela água, prá que a SABESP ponha água na região, então vamos convidar a população [...]*

S: [...] *Aí formou o grupo da luta, da luz, da água, do esgoto.*

Lutar é reivindicar seus direitos junto à prefeitura.

No passado, o grupo lutava. Hoje, não mais. Um dos entrevistados fala que não há mais grupos de luta. Há grupos de luta por “*causas próprias*”. Não há mais aquela “*correria da luta*”:

A: [...] Mas você não tem um grupo de luta, tem um grupo de luta por causas próprias, pelo próprio salário.

S: Aquela correria da luta toda, que acho que hoje a perdeu muito isso, que hoje a gente faz as coisas de uma forma muito dura, naquele momento a gente fazia muito, trabalhava prá caramba, mas a gente celebrava muito [...]

A: [...] Então, acho que o papel do terceiro setor ele foi... Hoje ele tem pouca luta, né?

7.2.2 Comunidade: outro nome para favela?

Outro termo pertencente ao repertório interpretativo utilizado pelo grupo de entrevistados é a palavra **comunidade**. Se no caderno manuscrito, aqueles que escrevem referem-se a si mesmos algumas vezes como **povo**, sob a influência do discurso cristão, nas entrevistas este termo não aparece mais. Mesmo quando relembram o passado, não referem aos moradores da favela como povo, mas como **comunidade**, com o sentido de um grupo de pessoas pobres, moradores de uma favela. O termo refere-se tanto a grupo de moradores, como a local de moradia, por vezes significando ambos.

Uma pessoa pode **ser** da comunidade e pode também **participar** da comunidade. Participar da comunidade seria interagir com o grupo de pessoas que ali moram:

Mi: [...] porque é um trabalho super gostoso, trabalhar com comunidade é muito legal.

R: Então, na verdade, quando nós começamos aqui na comunidade, fui eu, a Sônia, o Joaquim, o Edilson, a Núbia, que já é falecida, o Edmilson, a irmã Pilar, o seminarista Carlos, né?

R: Ai depois de um bom tempo, aí foi em 86, eu já tinha me desligado da comunidade, devido a trabalho.

Na fala acima, mesmo morando no mesmo local, o entrevistado se “desliga” da comunidade, ou seja, não está mais participando das atividades do grupo organizado que trabalha com os moradores da favela.

R: Porque a gente quando se dedica assim à comunidade, quer queira, quer não, ocupa muito tempo da gente.

P: E depois me ligou a mi, depois que não voltava mais a ligar, e falou que estava outra vez, que tinha voltado e que estava participando da da comunidade, da igreja e que, então, que estava contente e tal.

Cl: E, a gente junto com o pessoal da prefeitura, a gente discutia a forma como que a gente queria. Então não foi nada que eles chegaram assim e falaram vai ser assim. Foi discutido com a comunidade.

Cl: Porque a comunidade vinha participar, entendeu? Então por isso que eu falo que, daqui de dentro... eu acho que a gente não sei, acho que nós temos que aproximar mais da comunidade, do povo aí, pra poder ver se muda essa situação,

A: Porque as entidades elas nascem para “fazer com”. Fazer com a comunidade, né? Que aí a comunidade se sente sempre presente, né, e sempre é... fazendo parte do grupo.

M: Tinha as gincanas dos jovens, tinha festivais, né, que eles faziam pela rádio. Era muito bom. Ai, essas coisas também moviam meio mundo. Porque a comunidade vinha participar, entendeu?

S: Primeira coisa que ele fazia era entrar na casa, levantar um muro bem forte, colocar portões, e nenhuma relação com a comunidade. E começou muito isso depois da urbanização, começou a chegar essas pessoas.

Dedicar-se à comunidade, participar da comunidade, discutir com a comunidade, aproximar-se da comunidade, fazer com a comunidade: em todas essas utilizações a palavra comunidade tem o sentido de um grupo de pessoas.

Na frase abaixo, a palavra comunidade é utilizada com dois sentidos. O primeiro no sentido de um grupo de pessoas; o segundo, no sentido de lugar (andar pela comunidade).

S: Tanto que quando a gente reunia com a comunidade, a comunidade preparava as coisas, porque a paróquia não dava nada. Então nessa época a gente pegou emprestado um megafone da paróquia. Você punha na boca e saía com ele na rua. Com o megafone e saía convidando: “Atenção moradores da Vila Nossa Senhora Aparecida, vamos ter uma reunião para discutir água aqui.. Não sei o que”.. Aí andava feito louco pela comunidade

Abaixo, comunidade aparece no sentido de lugar de moradia:

Cl: [Preconceito] pelo fato de morar aqui, então o acesso à escola, até a própria escola que é do lado da comunidade, entendeu, causava isso, entendeu?

Mi: Porque eu falo pra eles, que quem, quem vai mudar a realidade, a nossa realidade hoje, seja de uma comunidade seja de qualquer lugar que seja, é o próprio, é a criança e o adolescente, porque o adulto ele não vai mudar mais nada [...],

Mi: [...] e a gente tem uma comunidade que, é, se a gente parar pra pensar, é uma comunidade feia.

Mi: [...] e, as pessoas ficam meio bitoladas aqui dentro, na comunidade, ah, a gente mora na favela mesmo, favelado não tem vez, mas a gente também tem que procurar, não é ficar só aqui dentro, não, né, alienado dentro da comunidade.

Mi: Em geral, as famílias dentro das comunidades, elas não fazem nada, porque não tem nada prá fazer mesmo, né?

A: E as pessoas tinham isso, assim, se melhorasse a comunidade, diminui a violência, né? Então isso foi muito positivo. Então à medida que a comunidade foi melhorando, a violência foi diminuindo.

Comunidade tem a ver com pobreza. Um morador de um bairro de classe média em São Paulo não se refere ao seu bairro como sua comunidade. Ser de uma comunidade é ser de um lugar pobre e trabalhar com ou para a comunidade é se unir ao grupo organizado de pessoas que trabalha pela melhoria da favela.

7.3 Sentidos comuns ao grupo

Conforme dito anteriormente, as lembranças não são puramente pessoais e a memória individual muito deve à memória coletiva. O contexto de convivência do CEP moldou lembranças e sentidos comuns aos entrevistados. Seguem, neste item, os sentidos comuns ao grupo de sete participantes do CEP com as quais conversamos.

Os temas recorrentes em mais de uma entrevista foram categorizados abaixo em sentidos de identificação do grupo, ou seja, aqueles relacionados ao modo como as pessoas se vêem e se identificam, enquanto moradoras da VNSA. Estes sentidos relacionam-se ao morar em uma favela, na periferia de São Paulo. Foram também categorizados em relação a momentos específicos da primeira e da segunda fases da organização:

1) Sentidos de identificação do grupo:

- a) *“A Vila já tomou nome de Bairro”*
- b) *“Tudo o que é ruim sai da favela”*

2) FASE 1 (1980 – 1990): Organização inicial dos moradores

- a) A violência como fator catalisador
- b) A importância das amizades
- c) O relacionamento com a Igreja Católica e com as comunidades eclesiais de base

3) FASE 2 (1990 - atual): Algo ficou no passado

- a) Das reivindicações ao atendimento
- b) Razões para a mudança
- c) A importância do recurso financeiro
- d) Papel atual do CEP

7.3.1 Sentidos de identificação do grupo

Seguem abaixo dois sentidos de identificação encontrados nas falas dos entrevistados: o sentido relacionado a morar em uma favela e a decorrente dificuldade de nomear este local de moradia, e a questão do preconceito.

7.3.1.1 “A Vila já tomou nome de Bairro”

A palavra escolhida para nomear uma favela é revelador de muito sentidos. Primeiramente, percebe-se a dificuldade de alguns entrevistados em nomear o local:

P: *E então fomos lá na favela Nossa Senhora Aparecida, que estava, correspondia ao Santa Inês, à vila Santa Inês, ao bairro Santa Inês, lá de Ermelino Matarazzo.*

C: *Porque a Santa Inês, aqui, foi uma das, uma das, na época, uma das, uma das, das, das, um dos locais mais violentos da cidade de São Paulo.*

Esta dificuldade de nomeação está associada ao preconceito em relação ao pobre, morador de uma favela:

S: *Essa comunidade ela .., ela é como se ela tivesse à margem de tudo, inclusive da igreja.. Não era só da sociedade lá fora.. do bairro. Ela não tinha nenhuma.. Ela não era inserida no bairro. Era uma favela lá no canto...*

A favela está à margem da cidade, não é inserida no bairro. Surge nestas falas um sentimento de não-pertencimento à cidade. É difícil dizer-se morador de uma favela. Um entrevistado percebe a dificuldade das pessoas nomearem o local de moradia e explicita:

A: *[...] As pessoas foram se assumindo, foram assumindo que são moradores daqui, foram trazendo outras pessoas. Eu acho que quando você assume, facilita a sua vida. Enquanto você viver.. “Ah.. eu moro “ali”...sabe”? Como se “ali” fosse o nome... E não é.*

“Ali” não é o nome, mas parece ser preferível referir-se ao local de moradia pelo termo “ali” do que utilizar a palavra “favela”, por conta do preconceito que este termo encerra. Contudo, Aragão sugere uma solução: assumir-se morador da favela.

Da mesma maneira, uma das “provas” do grupo de que mudanças positivas realmente aconteceram na área e que o local mudou para melhor é o fato de não ser mais chamado de favela, mas sim de vila ou de bairro. Contudo, os entrevistados não reconhecem que são eles próprios a decidir como nomear o local onde moram. Em suas falas, é como se algo externo às pessoas trouxesse esse novo nome, uma hipótese seria a infra-estrutura instalada no local. E essa nova palavra que qualifica o local onde moram, “*bairro*” ou “*vila*”, é a prova que mudanças positivas realmente aconteceram, afinal, a favela, que era chamada de vila, já pode ser chamada de bairro:

P: Melhoraram, por exemplo, foi lá, na vila já tomou o nome de bairro. Já não é favela, é bairro Nossa Senhora Aparecida, né? A água também já foi, a luz também se conseguiu. Então se conseguiu assim muitas...

*R: Quando eu mudei pra cá, o nome da vila era “Maloquinha”.
C: Maloquinha?*

R: Era Maloquinha. Maloquinha. Tinha poucos barracos na época, né? Na época era... e era cheio de mato. Inclusive a, Cinturão Verde, a rua lá de baixo, era uma mina de água, ela tinha uma mina d'água. Então era uma época muito boa, essa época. Na época não tinha a maldade que se tem hoje, né? Mas esse negócio de droga aí já tinha aqui na vila, já tinha. Aí depois de Maloquinha, passou a ser Favela Santa Inês, né? Agora é vila Nossa Senhora Aparecida.

Quando a favela passa a ter água, luz, esgoto, asfalto, floreira, ela já pode ser chamada de bairro:

S: E quando a Erundina entrou, as favelas mais organizadas em relação à liderança e apoio comunitário era a nossa. Foi uma das primeiras a ser urbanizada. E após a urbanização, a gente começou a discutir quais eram as necessidades, porque agora a gente já tinha água, luz, esgoto, asfalto, floreira, a gente tinha incorporado a vila no bairro.

O trabalho do grupo organizado resultou na incorporação da favela ao bairro e à cidade.

7.3.1.2 “Tudo o que é ruim sai da favela”

A dificuldade em nomear o local de moradia relaciona-se ao preconceito dirigido ao morador da favela. A favela é *feia* e *favelado* não tem vez:

Mi: [...] e a gente tem uma comunidade que, é, se a gente parar pra pensar, é uma comunidade feia, porque são casas inacabadas, então de repente a gente pode desenvolver um trabalho com a técnica que veio um pessoa ensinar a gente a fazer que é com a própria terra, que faz com, que sai super barato, colore, ela fica bonita [...]

Mi: [...] *as pessoas ficam meio bitoladas aqui dentro, na comunidade, ah, a gente mora na favela mesmo, favelado não tem vez, mas a gente também tem que procurar, não é ficar só aqui dentro, não, né, alienado dentro da comunidade.*

O preconceito existe dentro e fora da favela. Está presente na escola do bairro, entre os próprios moradores, afinal, *tudo o que é ruim sai da favela*:

M: *Tipo assim, igual, tem as pessoas que vem de fora, né, então vamos supor, chega porque, tipo assim, é favela, né naquele tempo, que não tinha urbanização, como se fala tudo o que é ruim sai da favela. Porque este preconceito não é só, assim, não é só da gente, que a gente também acaba tendo um pouquinho, mas mais fora. A gente vê que no Segundinho²⁶, quando acontecia alguma coisa errada, falava, ah, é o povo da favela, entendeu?*

Outros entrevistados também comentam sobre o preconceito que existia dentro da escola em relação aos moradores da favela:

Cl: *Aí a gente também começou é, uma aproximação com a própria escola, porque assim aqui era um preconceito muito grande, né, então a gente também tentamos...*

C: *Preconceito de quem?*

Cl: *Pelo fato de morar aqui, então o acesso à escola, até a própria escola que é do lado da comunidade, entendeu, causava isso, entendeu? Não, às vezes, não, daqui a gente não pega. Então dava problema, né? Então foi enfrentado tudo isso [...]*

A: *[...] Então, professor que vem dar aula na escola, alguns vêm com este olhar. Olha, ali dentro, é difícil. E aí você tem que ou vestir a camisa, e assumir e lutar por aquilo que você acredita, ou você terá um monte de criança que serão marginalizadas dentro da sua própria escola.*

O processo de vencer o preconceito sofrido por ser morador de uma favela passa pelo “*assumir-se*” como tal. E lutar:

A: *E aí você tem ou que vestir a camisa, e assumir e lutar para que esse processo [de preconceito dentro da escola] seja invertido, ou você terá um monte de criança que serão marginalizadas dentro da sua própria escola, né? Eu tive mãe que disse que a filha, a professora dela perguntou onde ela morava, e ela disse que morava aqui, e a professora disse para ela que: “nossa, você é tão bonita, e você mora ali dentro? Você não mora ali dentro”. [...] E olha que a mãe ficou também ficou meio perdida. E agora? Como que ta a cabeça da menina, né?*

A escola do bairro por vezes não aceitava o aluno que morava na favela. Este preconceito em relação ao morador da VNSA é ainda realidade nos dias de hoje. Para lidar com isso, faz-se necessário transformar a favela e transformar as pessoas que moram na favela. É necessário transformar o feio em belo:

²⁶ Segundinho é como as pessoas chamam a Escola Municipal que atende as crianças da vila.

A: “Nossa.. você mora lá no Santa Inês?” Coisa que até hoje acontece... “Nossa, você mora lá?” E aí a gente tinha uma meta, que é possível morar numa favela, que não é uma coisa só feia, mas é possível transformá-la. E não só transformar as moradias, mas ajudar na transformação pessoal.

Interessante perceber que Aragão não fala da transformação da pessoa que tem a atitude preconceituosa. O alvo da transformação é a favela, e seus moradores. Eles precisam mudar, melhorar.

Segundo Claudi, o preconceito é dirigido não somente ao que mora na favela, mas especialmente àquele que é migrante, vindo do Nordeste:

Cl: Então as pessoas que chegam ali [no Conselho Tutelar, onde trabalha], é... a gente tem o máximo de cuidado para poder, pra pessoa não sentir rejeitada, né? Então, é a forma, a cultura de cada um que chega, né? Eu como, é... nordestino, hum, tenho orgulho disso daí. A gente sabe porque eu, eu quando eu cheguei aqui também eu sofri muito, muito mesmo. E, e principalmente preconceito, porque, né, cara de nordestino, as pessoas... nortista, então... As pessoas sempre têm alguma coisa pra questionar. Mas olha, isso eu acho que mudou bastante...

[...] eu mesmo no início tinha uma, uma certa, um certo medo, né, de tá falando ali [na rádio] e aí, né e aí quando chegava lá, falava um pouco meio puxado, né? E aí o pessoal já sabia saí de lá, falava, é... seu baianão, é, não sei o que, é não sei o quê, entendeu? Muito preconceito.

O preconceito contra os nordestinos em São Paulo é uma triste realidade. As realizações de alguns participantes no CEP os apoiaram no processo de lidar com o preconceito, contribuindo para o sentimento de realização pessoal e para que se sentissem capazes.

Sônia relata como a fala do bispo da região fez com que as pessoas se sentissem valorizadas. Alguém com autoridade, o bispo da região, chamando-os de “*meu povo*”:

S: [...] as pessoas lembram o que o Dom Angélico disse, ele veio na nossa inauguração do salão comunitário. Ele disse uma coisa que as pessoas ficaram tão valorizadas. Ele disse assim: “meu povo”... Ele é demais. Ele disse: “meu povo, tenham certeza de uma coisa. Tudo isso aqui é de vocês”. Cada morador tinha que saber que aquele local era dele e que ninguém nunca iria tirar isso deles. E como isso mexeu como pessoal, as pessoas começaram a comprar bloco, e mudou radicalmente a moradia na vila..

A organização dos moradores produziu o efeito de valorizar os moradores da favela, como uma maneira de lidar com o preconceito, do sentimento de inferioridade associado ao ser morador de uma favela pobre, feia e violenta.

7.3.2 Organização inicial dos moradores

O desejo de diminuir a violência na favela, a importância das amizades na formação do grupo e apoio da CEBs estão relacionados à organização inicial dos moradores da VN SA.

a) A realidade da violência:

Uma das razões relacionada à motivação do grupo para organizar-se e buscar melhorar o local de moradia foi a violência. Conforme descrito no capítulo 2, nas décadas de 1980 e 1990 a favela passou por um período muito difícil, quando a ação de *exterminadores* provocou a morte de muitos jovens. A fala de vários participantes corrobora este fato:

S: E umas coisas fundamentais, foi que passamos por um momento de violência fortíssimo, passamos pela época dos exterminadores. Muitas pessoas tiveram que ir embora, lideranças. Muitas pessoas foram mortas. A favela cresceu e o tráfico entrou. Havia a organização local dos exterminadores, eles matavam indiscriminadamente, pais de família. Esse grupo de matadores ficou conhecido. [...] Tinha o toque de recolher, as horas que os meninos não podiam mais sair. E as lideranças, nós também passamos por situações difíceis, porque para eles, a gente representava perigo. Porque a comunidade queria abrir rua e imediatamente prá eles, ah tá... o grupo quer asfalto? Asfalto para eles era um problema sério, porque a polícia poderia entrar na vila. E a gente não estava pensando em polícia naquele momento. A gente estava pensando que não entrava ambulância, não entrava caminhão do lixo, não entrava mudanças.

Havia uma outra organização local, além do grupo de moradores, que tinha objetivos diferentes do pessoal do CEP: a organização dos exterminadores. A situação de sofrimento e medo causada pela ação dos matadores foi um fator que contribuiu para a união do grupo de moradores:

C: Há outros fatores que você consegue identificar que favoreceram esta organização inicial, além da participação da igreja?

A: Olha, eu acredito, eu acredito que foi em parte a, a violência. Sabe, acho que assim, a violência que a comunidade sofreu, sabe assim, no começo dos anos 90, eu acho que fez com que os moradores se unissem mais, né? Acho que isso é muito forte. Passava abaixo-assinados, o pessoal assinava. Você buscava, eles iam juntos. [...] E as pessoas tinham isso, assim, se melhorasse a comunidade, diminui a violência, né? Então isso foi muito positivo. Então à medida que a comunidade foi melhorando, a violência foi diminuindo. Hoje diminuiu muito. Muito forte.

Assim, a violência foi catalisadora da união do grupo organizado de moradores. Acreditava-se também que se as condições de vida na favela melhorassem, a violência diminuiria. Alguns acreditavam que, melhorando as condições de moradia e de trânsito

interno, transformando os *becos* em ruas transitáveis por automóveis, a polícia poderia entrar e a violência seria controlada e diminuiria.

M: *Quantas vidas foram exterminadas, quanto sangue derramado, que se afogaram neste asfalto de hoje, nessas ruas aí. Mas assim, graças a Deus, conforme a gente foi lutando, lutando, a coisa foi... entendeu? Polícia já entrava, né? Então foi mudando essa, né, as condições... Porque antes não entrava. Se entrava, entrava em lugar que tinha rua. Beco, essas ruas assim não entrava.*

Um dos entrevistados atribui um outro fator à diminuição da violência, o trabalho de conscientização dos jovens realizada através dos núcleos sócio-educativos do CEP:

C: *Como vocês conseguiram [acabar com a violência]?*

C: *A gente conseguiu, porque assim, a gente, da forma que foi melhorando, né? que surgiu essa questão, quando a urbanização ficou tudo pronto, então você via que, é... até mesmo a própria polícia começou a tá entrando, não entrava, né? A conscientização dos jovens, que a gente conversava, se reunia, juntava estes jovens aqui, do núcleo sócio-educativo, da igreja, e conversava. A gente até, às vezes convidava pessoas para vir dar uma palestra. E... foi através disso, a conscientização, né, o trabalho que deu a qualidade de vida, entendeu, do local [...]*

Assim, a violência que ocorria na vila teve papel importante na organização inicial dos moradores.

b) A importância da amizade

Um sentido atribuído aos entrevistados a suas participações na primeira fase do CEP é a importância dos laços afetivos e de amizade que os uniram. Este fato já foi analisado como componente importante nos escritos dos moradores no caderno. Participar dos grupos de rua, dos grupos de liturgia, das reivindicações era estar entre amigos, entre conhecidos, em família.

A estratégia da irmã Pila para começar seu trabalho na vila foi a criação de laços de amizades. Quando perguntamos a ela como tudo começou, ela relata que logo que chegou, encontrou uma senhora que estava com a filha doente. Ela se dispôs a ajudá-las e buscou tornar-se sua amiga:

P: *Mas aí comecei assim a fazer amizades com elas. No dia seguinte eu fui, ya conheci um outro irmão que tinha lá, né? E ela tava doente, então fiquei participando lá, então hicimos una amizade muito gostosa, Dona Terezinha.*

A abordagem inicial da freira para a formação do grupo foi o chamado para amizade entre pessoas que habitam o mesmo lugar, sofrem os mesmos problemas e podem organizar-se para lutar por melhorias na favela.

Para Claudi, as pessoas eram amigas, formavam uma família. Era prazeroso participar das atividades por causa das amizades:

Cl: *Mas o fundamental era a relação com o pessoal, né? Entendeu? Era uma família, sabe assim aquela intimidade de brincar, de colocar apelido, entendeu, um no outro. Então era uma coisa, era assim bem, bem gostoso mesmo.*

Claudi também valoriza o trabalho em grupo e reforça a importância da união dos moradores:

Cl: *Então assim, o envolvimento, a gente, a gente, tínhamos assim uma união. Até porque, ali, é, dava força. A força era bem mais sólida. Então a gente nunca assim, nós não tivemos problemas dentro do grupo... [...]. Bom, a força ser mais sólida assim da gente não desanimar, porque havia muitos problemas, né? [...]. Então a gente sempre teve essa... esse... essa relação forte.*

O principal sentido do envolvimento de Rui com o grupo organizado, revelado em seu depoimento, foi a oportunidade de estabelecer laços de amizade. Quando questionado sobre o seu envolvimento com o CEP, ele passa a citar os nomes de várias pessoas. Para ele as pessoas são importantes. O sentido da amizade esteve presente em todo o seu discurso é sua “marca registrada”:

R: *Então, na verdade, quando nós começamos aqui na comunidade, fui eu, a Sônia, o Joaquim, o Edilson, a Núbia, que já é falecida, o Edmilson, a irmã Pilar, o seminarista Carlos, né? E, o padre também apoiou muito a gente na época, e... o Paulo, tinha dois Paulos. O Paulo branco e o Paulo preto, né, a gente chamava assim para saber quem era o Paulo branco, porque um era mais escurinho que o outro. E... aí depois é que veio a segunda etapa, né? Claudi, Tita, Estevão...*

Ou seja, o envolvimento dele no CEP deu-se a partir do relacionamento com as pessoas que ele cita uma por uma, nome por nome, e que, junto com ele, formaram um grupo. O sentido da sua participação no grupo estava fortemente ligado aos relacionamentos pessoais que estabeleceu:

R: *É... a minha motivação na época, como eu te disse, tinha poucas pessoas, e como a gente tava sempre envolvido com o padre, com a Celenita, aí falaram que iam construir a igreja aqui, né? Aí eu falei, ah.. já estou aqui, vamos. Aí foi através do Ticão, da Celenita, da Sônia. também.*

R: [...] a motivação mais foi deste Carlos e da irmã Pilar. Eles que incentivavam mais a gente pra participar. Saia recrutando a gente pra participar da comunidade. Era muito gostoso.

Rui fala que um dos resultados do grupo era “*entrosar*” as pessoas na comunidade. Como já ressaltado anteriormente, a maioria dos moradores tinha acabado de chegar de outras cidades, eram migrantes vindos do Nordeste e de Minas Gerais. Dos sete entrevistados, seis são migrantes²⁷. Isto certamente contribuiu para o querer entrosar-se e fazer amizades:

R: Então, quer dizer, de uma certa forma, de um modo geral mudou pra melhor. Porque a molecada se interessou por alguma coisa. E na nossa época, que é, tinha o Manuel, o Aristeu, o Tita, o Anísio, o Batista, o Ney, então quer dizer, ajudou também este pessoal a se entrosar na comunidade.

Participar do grupo foi uma maneira de entrosar-se com a comunidade, de criar raízes no novo local de moradia. O grupo também celebrava junto, se alegrava, mobilizava a comunidade para participar e apoiar uns aos outros:

S: [...] a gente aprendeu a fazer as coisas com alegria, a gente aprendeu isso na Bíblia também, a questão da celebração. [...] E aí foi muito interessante, porque os festivais de música, de poesia, gincana, a gente fez isso o tempo todo, sem recursos de fora, somente com a participação da comunidade. Olha gente, vamos fazer um festival, mas não temos som. Mas tinha alguém da comunidade que tinha um aparelho de som e que vinha com o aparelho e ficava lá a noite inteira com o som. E a gente ia avisando pela rádio as coisas que precisava: olha gente, não temos nada para decorar, precisamos de papel de presente, porque... E, olha todas as coisas que precisava era através da rádio. Uma campanha, uma família, um barraco de uma família pegou fogo, e não sobrou nada. Estourou o gás, pegou fogo tudo e tal. E aí, a rádio era a mobilizadora. Olha tem uma família na comunidade que aconteceu isso e tal. E as pessoas iam chegando, uma trazia uma coisa e outro trazia outra. Então foi um momento. Eu me lembro de uma coisa assim, do Natal. Em geral, as famílias dentro das comunidades, elas não fazem nada, porque não tem nada prá fazer mesmo, né? E o apelo na televisão, nos meios de comunicação eram tão fortes, né? Mas os melhores Natais da minha vida eu passei aqui nessa Vila. Era um momento de confraternização muito forte.

Os relacionamentos estabelecidos no grupo era motivação para participar, eram fonte de alegria. Eles eram amigos apoiando-se uns aos outros. Assim, ressaltamos a importância e papel da criação de espaços de sociabilidade, no processo de lidar com o contexto de preconceito e violência vivido pelos moradores.

²⁷ Não foi possível saber o local de nascimento de um dos entrevistados.

c) O apoio da Igreja Católica e das CEBs: Discurso da Teologia da Libertação.

A paróquia e as comunidades eclesiais de base (CEBs) desempenharam papel importante na organização dos moradores da Vila Nossa Senhora Aparecida. Sônia, Aragão e Claudi, quando questionados sobre seu envolvimento com o CEP, citam as comunidades de base, a Igreja Católica e a irmã.

Sônia recorda que houve vários processos e iniciativas no início da organização dos moradores. Contudo, ela define como momento mais significativo a vinda dos agentes pastorais e o início das comunidades eclesiais de base na comunidade. Os agentes faziam atividades de leituras bíblicas e discutiam com os moradores:

C: Gostaria de saber de você a história de como tudo começou, a história do CEP. Você está desde o início, não é?

S: Sim.. Estou desde o início. A Vila. Teve vários processos.. Várias iniciativas. Isso tem muitos anos. No momento agora eu não sei quanto tempo... Talvez uns 30 anos de mobilização. O momento mais significativo de organização local foi com as Comunidades de base, que foi com a chegada dos agentes pastorais na área. entendeu? E deu esse, causou esse impacto naquele momento. Ainda era uma vila onde tinha barraco de madeira, madeirite, algumas casas foram construídas de barro, barro misturado, igual no interior.

[...] Na verdade, a gente começou os grupos da comunidade, lá. No nosso caso, foi com a comunidade de base, da igreja, nos momentos que a gente se reunia com as famílias, os primeiros momentos de grupos de rua. Os grupos de rua eram, eram grupos bíblicos. Pegava a bíblia e a gente discutia. Ah... Me lembro assim que era muito legal.. Porque isso de ler a Bíblia e não fazer a relação com a sua vida, as pessoas fazem o tempo todo. Mas ela [irmã Pilar] fez a gente fazer uma leitura da Bíblia diferente naquele momento.

C: Como foi a sua experiência, particular, no envolvimento com o centro de Educação Popular?

A: [...] Então foi algo em torno de 1986, né. No grupo de jovens da catequese. Montamos um grupo, na verdade, de jovens de 15 anos a 18, 19 anos e acho que ali começou a nossa participação na comunidade. Pela catequese, juntamente com a irmã Pilar. Tinha muito esta questão das CEBs, forte, né? Era o Dom Angélico o bispo da região... então era muito forte. [...]

Aragão associa o momento da igreja católica com o bispo responsável pela área, que na época era Dom Angélico.

C: Então, eu gostaria que você me contasse um pouco como foi o seu envolvimento com o início do Centro de Educação, como foi a sua participação.

Cl: Bom, a minha participação aqui no Centro de Educação foi assim, pela comunidade, os movimentos sociais, que antes não, não, não tinha ainda esta entidade. Inclusive foi

quando a gente pensou em fundar isso daqui, foi eu, a Sônia, e mais um outro pessoal. E aí a gente era, fazia parte, assim, de uma outra instituição que era ligada à igreja, que era o Centro Social.

C: *E como que começou a luta de vocês aqui na comunidade?*

Cl: *Ah, é... Aqui já, já, antes, já havia assim pessoas ligadas à igreja, inclusive tinha uma pessoa da Espanha que era uma irmã, e um outro que era americano. Então eles que começaram na época, e a gente tinha o apoio deles também, né? Que era ligado à igreja também. E quando a gente, por exemplo, quando eu cheguei, isso já tava, já tinha já uma um alicerce, as raízes já estavam aí.*

Além do apoio da igreja estar relacionado no estabelecimento das CEBs e apoio na formação dos grupos de catequese, grupos de rua, está ligado também à questão financeira:

C: *Como era esse apoio [da igreja]?*

Cl: *O apoio era assim, tem algumas organização, que é, por exemplo, nós tínhamos um projeto aí que era de uma igreja da Holanda, né? Então através da igreja, que o padre fazia este intercâmbio, entendeu? E aí eles mandavam uma verba, mas não era assim convênio nem nada. Era uma, uma, uma, uma verba assim simbólica, para poder investir nos cursos pros adolescentes. [...]*

O papel das CEBs está relacionado à justificativa para reivindicação dos direitos, ou seja, ao discurso da Teologia da Libertação:

S: *E as pessoas, quando tava lendo o antigo testamento, você olhava as comunidades, lá de Paulo, e ela [irmã] fazia as pessoas refletirem a sua vida... O que a gente é diferente deles? Sua família é diferente no que dessa comunidade? O que acontece hoje? Aí o pessoal ia falando: A, é igual, tudo e tal. Durante muito tempo a gente trabalhou.. Ela fez isso exaustivamente. Durante anos ela trabalhou esses grupos. E foi interessante porque quando a gente percebeu, a gente estava refletindo uma comunidade que não tinha água, que não tinha luz, não tinha asfalto, não tinha posto de saúde, não tinha nada, nada, nada.*

Os estudos bíblicos encorajavam o grupo a lutar por seus direitos e a celebrar suas conquistas:

S: *Então assim, a rádio comunitária ela foi fundamental também por outro lado, que foi, com toda a questão da violência, toda aquela situação, a gente aprendeu a fazer as coisas com alegria, a gente aprendeu isso na Bíblia também, a questão da celebração. Tinha povos que tudo faziam festa, faziam a celebração. Iam construir um celeiro e eles dançam.*

E aos poucos foram virando meio que jantares, as pessoas foram tendo uma situação um pouco melhor e então as pessoas já se encontravam nas casas para jantar. Era o momento de celebrar, de celebração e também depois do jantar.

A irmã também reconhece o papel da Teologia da Libertação no trabalho com o grupo:

P: Mas também tinha aquela época, estávamos com a teologia libertação, pela libertação também, o tipo de igreja, o tipo do evangelho, mais as lutas, então entrou tudo isso. E também assim uma ilusão de uma, de um, é de um ecumenismo, de estar juntos, assim, da decência dos pobres, [...] de dar o lugar para eles, para que eles sejam protagonistas, para valorizar... no sei que, tudo isso. Então a gente trabalhou muito neste tipo de coisa.

Cabe ressaltar que a importância dos significados da Teologia da Libertação como propulsores da ação do grupo surge mais no discurso da freira e da principal líder do movimento, ou seja, dos que estavam à frente do movimento. Os outros entrevistados não se remetem diretamente aos significados presentes no discurso da Teologia da Libertação, mas muito mais à amizade e ao carinho que tinham pela irmã e entre si. Falam também sobre o papel das CEBs como apoio estrutural na organização dos moradores e na formação dos grupos de luta, sem contudo se remeter aos conteúdos discursivos da matriz.

7.3.3 Algo se perdeu

Neste item estão agrupados os sentidos relacionados à segunda fase do CEP: ao processo de passagem de movimento que reivindica direitos para organização que presta atendimento aos moradores; as razões atribuídas pelos entrevistados para tal mudança; e a qual seria o papel, ou a função do CEP atualmente.

a) Das reivindicações ao atendimento

O sentido de que algo “perdeu-se” na história do CEP, e não somente que houve uma mudança, aparece na fala de todos os que estiveram presentes na primeira fase da organização e que ainda estão envolvidos hoje. Algo que lhes era caro e importante ficou no passado: a mobilização e participação dos moradores da favela. As falas revelam o conflito entre as duas fases da organização: a primeira na qual era possível fomentar a participação comunitária para lutar e para reivindicar. Referindo-se à primeira fase do centro, Sônia fala que a resposta da comunidade às mobilizações era imediata:

S: Ai a gente saía na rua convidando, e a resposta foi imediata, a mobilização foi uma loucura. O espaço ficou pequeno demais. A resposta foi imediata. Sair na rua com o megafone.. e Tipo assim, agora de manhã a gente saía agora, chamando para comparecer às 3 da tarde, e ia todo mundo. Funcionou. E no momento era muita coisa o tempo todo.

Aí formou o grupo da luta, da luz, da água, do esgoto.. A gente conseguiu um poste, uma madeira, colocamos uma corneta em cima do poste e um microfone e a gente chamava o pessoal dali. Virava a corneta prá um lado e pro outro.

E os resultados da mobilização que ocorreu naquela época estão presentes na comunidade até hoje:

S: E além de ser o principal meio de comunicação: o resultado se vê tudo isso hoje. Foi também que a gente começou o programa com cunho político com a comunidade

A gente nesse momento, a vila já estava como espelho para a região toda, na questão de que o fato de ter investido em liderança aqui tinha dado resultado. E a gente estava pronto. E quando a Erundina entrou, as favelas mais organizadas em relação a liderança e apoio comunitário era a nossa. Foi uma das primeiras a ser urbanizada. E após a urbanização, a gente começou a discutir quais eram as necessidades, porque agora a gente já tinha água, luz, esgoto, asfalto, floreira, a gente tinha incorporado a vila no bairro.

Já na segunda fase da organização, os entrevistados são funcionários de uma organização que presta atendimento à população:

S: Então o agente pastoral foi fundamental nesse sentido, de mobilização das pessoas. Porque a comunidade não dormia, né, dia e noite, estava ali, vindo com idéias, coisas, o tempo todo o pessoal tava lá. Então, assim, cada liderança, mesmo a gente e outras lideranças, a gente não saiu da comunidade, mas começou a fazer esse tipo de atendimento.

O CEP passa a fazer “esse tipo de atendimento” e perde a capacidade de mobilização comunitária. A entrevistada atribui este fato a uma mudança nas próprias pessoas, “as pessoas com certeza eram diferentes”:

S:[...] E aí.. cada vez mais fomos criando esse tipo de atendimento, e perdeu.. perdeu toda essa coisa comunitária. [...]

S: Porque realmente, dessa coisa de você lidar, com a tua situação, a pobreza era muito grande, a violência era muito grande, mas a gente, as pessoas com certeza eram diferentes. E hoje a gente não faz mais isso. A gente perdeu... vai precisando de tanta coisa prá realizar uma coisa.. a gente perdeu. E quando as pessoas falam, elas falam lá no passado.. Falam.. poxa.. era tão bom.. Era tão bom..

Com isso, o CEP deixa de ir à luta, deixa de ir ao “campo de batalha”:

A: Hoje eu vejo assim, o papel do CEP na década de 90, 80 e 90, o grupo que tava [...], o grupo foi muito claro que era é, de apoiar as lutas populares, que estavam, né, em evidência na época. Muito. O Movimento de Favela, é.. o Movimento dos Sem Terra. Enfim, então tinha uma luta [...]. E quando neste momento, o Centro de Educação está eu digo no atendimento. No atendimento. Se tem a demanda, eu atendo a demanda. Mas ele não vai mais pra, pro campo de batalha.

Mesmo a entrevistada que não participou da primeira fase do CEP expressa o sentido de que algo se perdeu. Para ela, o que foi perdido foi o envolvimento comunitário:

C: *E qual que você acha que é hoje o papel do Centro de Educação aqui na comunidade?*

Mi: *Olha, eu acho que, a questão do papel hoje da, do Centro de Educação aqui na comunidade eu acho que acabou se perdendo um pouco, isso que o objetivo ao qual ela, ao qual o Centro de Educação queria, é, queria, porque, antig, lá atrás era, é, há alguns anos atrás tinha assim, era uma preocupação com a própria comunidade e tudo. E eu acho que a comunidade ficou um pouco de lado, entendeu, acho que ta mais preocupada em atender as crianças e o adolescente, claro que é o nosso, o nosso... foco, que a gente atende crianças e adolescentes, mas assim tem coisas que dá pra, pra ser desenvolvida com a comunidade a qual não está acontecendo. Então o papel hoje da, do Centro de Educação na comunidade eu acho que deixou um pouco a comunidade de lado, eu acho que acabou esquecendo um pouco*

As entidades sociais deixam de fazer com a comunidade e passam a fazer para a comunidade e nisso, a organização tem cada vez mais dificuldade em mobilizar os moradores:

A: *[...] e eu acho que as entidades sociais elas começam a perder um pouco o foco, o que preocupa, né. As entidades sociais elas começam a “fazer para”, né? E quando as entidades começam a “fazer para” elas perdem a referência, né. Porque as entidades elas nascem para “fazer com”. Fazer com a comunidade, né? Que aí a comunidade se sente sempre presente, né, e sempre é... fazendo parte do grupo.*

A: *Então o fato de fazer para ele é muito complicado, uma hora as coisas vão é, diminuindo, né, assim, os recursos vão diminuindo, vão diminuindo e vai chegando uma hora que gente, eu perdi ações, e como a comunidade ficou um bom tempo adormecida, e aí não tem como, né, mobilizar.*

Outro participante também afirma que a mobilização comunitária hoje está fraca e desorganizada:

C: *E como que você vê hoje a questão da mobilização comunitária?*

Cl: *Ah, hoje eu vejo assim que, muito, ta fraco, entendeu? Ta bem, bem assim, desestruturado... não sei assim se desestruturado, assim desorganizado, sabe, não tem mais aquela, parece que do jeito que ta, ta bom, né? [...] Então o povo eles não, não tem mais assim, não tem mais essa visão, né, de mobilizar, né, e... Então, eu vejo que hoje ta difícil. Pra fazer uma reunião com o pessoal é difícil.*

Cl: *A gente convoca aí esse povo pra gente discutir, ninguém comparece. Agora só reclama. Reclama, reclama, reclama, mas ninguém comparece. Acho que é isso.*

Fica o desejo de retomar o trabalho comunitário:

S: *Então, assim, cada liderança, mesmo a gente e outras lideranças, a gente não saiu da comunidade, mas começou a fazer esse tipo de atendimento. Eu fico aqui assim às vezes... Porque uma coisa é você ficar fechado em um local, o que toma muito tempo, porque toma muito tempo, a rotina te toma muito tempo, porque os problemas vão surgindo*

aqui... E sem querer a gente caiu nisso. As lideranças foram caindo nesse atendimento, matou esse outro lado. [...]

Este envolvimento comunitário poderia acontecer ao menos em relação às atividades do CEP. No trecho abaixo, a coordenadora diz que a comunidade não é *consultada* sobre o tipo de atividade que a organização irá oferecer. Atualmente, quando o CEP oferece atividades nas áreas de cultura e lazer, a comunidade se envolve, mas Sônia diz que essas atividades não resultaram em nada. Incluir o tema da cidadania nas atividades é uma tentativa de voltar no tempo e produzir resultados, como na primeira fase do CEP:

S: O que a gente tá fazendo hoje que a gente consultou a comunidade? Às vezes dá uma sorte danada, porque cultura, a gente faz atividade e tem retorno imediato, mas cultura é gostoso, né? É fácil fazer, fácil envolver pessoas nisso. Mas poderíamos ter quebrado a cara. [...] Estamos tentando voltar com a participação. Discutir com a população. A gente passou muito tempo, gastou tanta energia com coisas muito legais, mas que não resultou em nada, porque não conseguimos colher os frutos. Não percebemos impacto.

É, por exemplo, em relação à questão da população na questão reivindicatória, é uma coisa que a gente não faz mais. O que a gente tá resgatando é o lado da cultura e do lazer, incluindo aí cidadania. Que até pouco você precisa voltar no tempo, porque hoje quando você inclui cidadania em tudo o que você está fazendo, você também está de volta.

Um outro aspecto desta mudança, além da diminuição do envolvimento dos moradores no CEP, é a centralidade ocupada pelo “recurso financeiro”. Com a mudança, hoje o CEP conta com mais recursos financeiros, que, segundo a entrevistada, é “jogado” no atendimento:

S: [...] a gente jogou o recurso todo nesse atendimento. E o que a gente está tentando fazer agora é aproveitar este tempo que resta e aproveitar o recurso em um projeto comunitário. Mais com a comunidade, né? Pensar outros meios, além do atendimento, pensar o trabalho comunitário.

Na mudança de movimento social para entidade social, Aragão afirma que a organização assumiu responsabilidades que são do governo e acabou como uma empresa, com um quadro de funcionários remunerados preocupados com o próprio salário:

A: E aí... é... E as pessoas não conseguem perceber isso, né, assim. Tocam, se está entrando o dinheiro. Não vêem que as coisas estão se fechando, né? Que o custo de vida está aumentado, né? Que o recurso que a prefeitura dá é insuficiente, a contrapartida começa a ser insuficiente e a você começa a trabalhar no limite. E quem trabalha no limite, né, fica complicado. Uma instituição sem fins lucrativos, ela tem que ter muito claro o seu papel. Senão, ela assume toda a responsabilidade do poder público e fica só no final, com um grupo de funcionários, né? [...] Que eu acho também é um olhar que é muito ruim, que assim, que quando a gente, não, né, que a gente não tinha funcionário de carteira registrada, tal, você tinha pessoas muito mais envolvidas, sabe? Pessoas, que, sabe, sábado, domingo, não tinha tempo ruim. Sabe ia para briga, fazia festa, acordava de manhã, tal, tal. [...] Quando você passa a ter funcionários, você começa a pensar, eu já trabalho toda a semana, né? Mas eu não ganho hora-extra, né? Mas eu quero ficar

com a minha família. [...] As entidades sociais têm que ver como é que vai dar conta disto. Que assim, que ter um grupo de funcionários com carteira registrada, normal, né? Você ajuda é claro as pessoas, que tem direitos trabalhistas. Mas você não tem um grupo de luta, tem um grupo de luta por causas próprias, pelo próprio salário. Não, não. Não é por teu salário. É a rua lá embaixo que está sem asfalto.

Em uma empresa os funcionários estão preocupados com o próprio salário e não com a missão da empresa. Segundo Aragão, a instituição tomou *corpo de empresa*. E o governo teve um papel neste processo:

A: *Mas eu vejo, tipo assim, que a instituição cresceu, ela tomou um corpo de empresa, né? E quando ela toma um corpo de empresa ela tem dificuldades, né? Porque assim, você passa a ter funcionários, e tendo funcionários, assim, cada um pensa em si, né? Ah, o meu décimo terceiro, né? O que vai vir pra mim, né? [...].*

[...] E as coordenações assim, as direções elas tendem a se perder nisso, né? Porque é muito fácil, quando te dão poder, né? Alguém te deu poder, você é, né, o que falam, você não é o que é mais, né? [...] Você toma uma posição na hora, né? De voluntário, de ação, que faz, e aí. Será que ela está fazendo isso porque ela é voluntária? Imagina... Ela está aqui porque ela ganha, entendeu? Então, é, acho que todas as ONGs precisam repensar a ação, né, e com uma certa urgência, porque o governo [...], tirou as ONGs, pegou todas, tirou o papel de problematizadoras, de ONGs, né, de briga, de que vai, de que busca vai, que faz, e falou, olha, vocês querem melhorias.... Então, cuida destas crianças para mim, né? Cuida aí

Quando a organização passa a funcionar como *empresa*, há funcionários que estão preocupados com seus salários e as lideranças estão ocupadas gerindo a organização. O foco do trabalho muda radicalmente. Deixa de ser a mobilização comunitária para reivindicação de direitos e passa a ser a gestão do atendimento a crianças e adolescentes. E nesse novo foco, o recurso financeiro passa a desempenhar papel central. A busca de “*parcerias*” passa a fazer parte do dia-a-dia da organização. Sem financiamento, o CEP não funciona e neste processo ela corre o risco de tornar-se um fim em si mesma:

A: *A creche também nasce aqui, neste espaço, a gente pega uma sala lá embaixo, a gente montou aqui uma sala... E aí a gente pegava recurso da Visão²⁸, pegava ali, pra gente pagar, né, que assim, que o pai dava 20, a gente tinha que dar mais 500 reais, pagava educador, pagava alimentação, né. E começa assim, aí fala, gente, não vai virar isso. Mas aí a gente vai pra outro espaço, aí entra a parceria com a prefeitura, né, que aí a prefeitura começa a dar a alimentação, pagar, trazer as professoras e aí a gente entra então, começa a entrar só com alguns funcionários e o equipamento.*

[...]

A: *Precisamos tomar coragem e falar, ó, vamos vender tudo. A gente vai acabar com a, acabar com... mas vamos entregar a creche, né? Para que a prefeitura então se tocasse de que, ou melhora o esforço, ajuda, né, ou você vai ficar numa situação ridícula daqui a 10 anos, sem conseguir pagar funcionário, sem conseguir pagar uma reforma, seu dinheiro vai todo pra cobrir gastos com a creche, sabe [...].*

²⁸ Visão Mundial, organização não-governamental que apoiou financeiramente o Centro de Educação.

A importância do recurso financeiro surge em relação a diversas situações. O recurso é definido como o elemento imprescindível para a existência e sobrevivência da organização. Para isso, a organização obtém seu cadastro nacional de pessoa jurídica. Para isso, firma parcerias com a prefeitura e organizações não-governamentais. Mesmo assim, os recursos parecem não ser suficientes e a organização se encontra sempre sob a possibilidade de se acabar. Se isto acontece, a solução também é financeira: “*vamos vender tudo*”. A organização teria deixado de lutar pela obtenção de benefícios para o bairro, passando a existir para se manter. Teria se tornado um fim em si mesma. A mobilização passa a ser para obter recursos financeiros para manter a entidade:

A: Tem a questão da obra que não consegue terminar, né? [...] Como não termina, você tem os coordenadores presos ao término da obra, que é aquela busca do apoio financeiro, né? Gente, temos que discutir isso. Ai você, não a gente vai fazer uma mobilização... Como é que é? Mobilização? Mas a mobilização é para apoiar o Centro de Educação? Não. Mas é uma mobilização para apoiar o Movimento Sem Terra, né? Que não sei o que ta quebrado, a gente precisa ajudar ta quebrada, a gente precisa ajudar...

Igual a creche, meu aquilo é um elefante aquela creche. É uma loucura. Haja dinheiro pra manter aquela creche, né? E eu vejo que ali tem pais pedreiros, pais marceneiros, pais... Meu, tem que envolver todos! Eu falo, ou você vai pegar teu filho e vai colocar em qualquer outra creche. E vai ver se tem a mesma qualidade. Sabe, chamar para.... Ou a gente tem uma equipe de manutenção para que este recurso que vai para a manutenção ele vá para as crianças, para os brinquedos, pra uma boa, para melhorar a alimentação ainda mais, ou você vai ficar pegando dinheiro e gastando com manutenção.

Assim, a desejada mobilização quando acontece, não se dá para reivindicação de direitos, mas para apoiar a manutenção da creche, possibilitando que haja economia financeira. Para Aragão, o recurso financeiro acaba tornando-se mais importante que a própria “missão” do CEP:

A: Cada vez mais que aparecem projetos que traz recurso para a entidade social, muitas vezes as pessoas nem mexem é, na missão. Se vai ajudar a sua missão ou se o recurso que está entrando, né, ajuda na sua folha. Ah, mas ajuda na folha, que bom. Mas aí você pensa, ah, mas ela compromete a missão... Ah.. mas ajuda na folha, né? (risos).

Assim, a mudança da primeira para a segunda fase traz consigo o sentimento de perda. O grupo perdeu a capacidade de mobilizar e fomentar a participação comunitária, ao mesmo tempo em que o recurso financeiro assumiu forte centralidade no funcionamento da organização.

b) Razões para a mudança

Os entrevistados buscam formular hipóteses explicativas para compreender o que aconteceu com a capacidade do grupo organizado de mobilizar os moradores: muitas pessoas foram embora, outros se casaram ou tiveram que buscar trabalho, não há lideranças fortes:

C: *E o que você acha que aconteceu?*

S: *Olha...as pessoas.. Aquelas lideranças hoje.. Muita gente foi embora. Porque a vida muda, é um tempo que você passa. Muita gente casou, nós éramos um grupo jovem, muito jovem mesmo. Não havia obstáculos ainda para nós. A presença da irmã Pilar era muito forte. Ela era já idosa, mas com um espírito jovem muito grande. [...] Acho que algumas lideranças se perderam. Ainda estão aí, são moradores, mas hoje não fazem mais nada. Cada um foi... Começou a mudar, sair, fazer faculdade, casar, outros se mudaram. Por outro lado, a necessidade de trabalho também a questão profissional foi mudando a realidade. Assim, naquele momento, por exemplo, muitas mulheres que participavam não trabalhavam fora. Eram donas de casa, tinham bastante tempo e adoravam fazer isso. E foram buscar trabalho, [...]. Tiveram filhos, um monte de coisa e tal.*

São várias as razões encontradas acima. Contudo, é uma busca de justificativas para os antigos líderes não estarem mais envolvidos. Mas é fato que ainda hoje há jovens e pessoas que teriam disponibilidade de tempo. É possível que a fala de Sônia remeta mais a um fim de um ciclo. A liderança nas mobilizações comunitárias teria sido parte de uma juventude que acabou. As pessoas tornaram-se adultas e a configuração organizativa do CEP também mudou.

As falas de Claudi abaixo trazem o mesmo sentido de fim de ciclo:

Cl: *[...] Sabe como é, vai acabando as pessoas parece que nem percebe, né? Aí parece que, às vezes encontra um com o outro, assim, as dificuldades, o outro casou, teve que mudar, entendeu. Aí deu aquela esfriada*

Cl: *Olha, ela [a rádio] acabou assim, logo que terminou a urbanização, aí a gente ficou mais no social, aí foi o pessoal foi, foram pra outros trabalhos mais longe, e aí foi enfraquecendo, aí, aí acabou o grupo de comunicação, aí ficou só o pessoal da pastoral que ia lá. Tinha uma pessoa que chegava lá e fazia, então ficou só mesmo pra religião.*

Aragão responsabiliza o governo pelo processo de institucionalização. Este intencionalmente “silenciou” as lideranças, colocando-as em cargos de coordenação de organizações financiadas por eles mesmos, ou seja, se o salário da liderança passa a ser pago pelo governo, agora ela lutaria contra quem, contra o próprio chefe?

A: Tudo bem, a prefeitura e o governo estrategicamente pegam as lideranças e falam, “olha, fica aqui; aqui você manda, né?” Agora você está perto[...]. Você passa a ser diretora, né?

C: Você acha que tem uma questão política então...

A: Eu acredito, porque assim, tem várias lideranças que, é, não digo que foram, sabe assim, corrompidas, mas as pessoas foram, é... silenciadas... Você vê as pessoas, sabe assim, a gente [...], tem coisas a fazer, tem briga. É, mas agora a gente briga contra quem? Então é meio louco isso. E aí, assim, acho que isso é um estudo de caso (risos), para entender o que houve, né? Porque várias lideranças, né, foram para papéis burocráticos e que silenciaram, né?

O processo de institucionalização e burocratização teria tirado as lideranças de seu papel de mobilizadores comunitários, silenciando-os. Agora sua preocupação deve se focar na elaboração dos relatórios, na boa gestão, na prestação de contas, além de assegurar que haja sempre recursos financeiros necessários para a entrega dos produtos.

Outra razão atribuída para a mudança da fase um para a fase dois seria o afastamento da igreja católica do trabalho social. O padre insiste para que se fique “na questão religiosa”.

Cl: O pessoal foram se afastando. Então aí a rádio deixou de existir, assim daquela programação, mas ela tava funcionando, entendeu? Aí ficou só com o pessoal da comunidade ali que, para falar só de religião. Até porque o padre tava dando a maior força pra poder ficar mais só na questão religiosa.

Segundo Aragão, a igreja irá cuidar da fé e outros cuidarão das lutas:

A: A igreja em todos os momentos ela esteve presente. Hoje, com mais calma, né, eu acho assim, porque, tanto é que as lideranças todas vão para os cantos, e aí a igreja fica mais tranqüila [...]. Tem mais a visão da renovação mesmo, né, de que a luta, deixa pra outro fazer, né? A gente cuida da fé, né? Acho que o papa disse isso, né? (risos). Disse, olha, pessoal, vamos cuidar da fé?

A: E aí você vai tocando os projetos, e a instituição ela vai então se formando, vai tomando corpo, né? Que a gente sai um pouco da pastoral, né daquela coisa dentro da igreja, e vai para os movimentos. Então há na verdade um distanciamento, né, principalmente aí em 94, acho que aí fica muito claro que a gente vai se afastando do religioso propriamente dito, e vai se “assolando” dentro do social. Acho que isso foi bom...

Cl: E aí nós envolvemos mais só na entidade, trabalhos sociais. Então o trabalho pastoral já ficou um pouco mais de lado com outras pessoas. E aí a gente investiu mais no trabalho social.

Sônia também menciona a alteração no contexto da igreja católica. Quando ocorre a mudança do bispo, Sônia fala que o eles *perderam tudo em relação a isso*. A igreja não estava mais interessada no *trabalho social*:

S: Ai esse projeto acabou, e também foi mudando todo o contexto das comunidades de base, agentes pastorais foram indo embora. Mudou o bispo da região, mudou tudo. Era o Dom Angélico que estava com a gente nessa região e ele era uma pessoa extremamente, é... engajada nessa questão social. Ai saiu ele e entrou um cara [...]. E todos os agentes pastorais, que estavam em comunidades nessa área, foram embora, porque não tinha mais nada. Era rezar a missa e só. O jornalzinho comunitário da região que falava dos trabalhadores passou a divulgar aniversário do padre, aniversário da freira, dia da santa, aí você pegava o boletim, tava lá, o dia do santo, hoje dia 28, santo não sei das quantas, e aí contava tudo o a igreja ia fazer. E nós perdemos tudo em relação a isso.

A luta era feita a partir das CEBs. Quando a Igreja Católica não apóia mais as lutas, o próprio grupo de moradores se afasta dela.

Outro motivo citado por um dos participantes seria a mudança na prefeitura de São Paulo:

P: E depois, então, eu fiquei sabendo que isso pois todo esse pessoal, esses meninos, então foram crescendo, já se colocaram cada um, sei lá, acho que este ideal de, de luta parece que, bom... também entrou o Paulo Maluf, que parece que, foi naquela época que se cortou muitas coisas que se fazia, os projetos... ..

A falta de motivação, de união, de liderança e os conflitos e competições entre grupos diferentes que atuam na favela são determinados por uma entrevistada como motivo para as pessoas não lutarem mais juntas:

C: Porque você acha que o pessoal não participa mais e não luta mais juntos?

M: Porque falta motivação. Falta uma pessoa especial para puxar o povo, entendeu? Porque uma coisa, Carol, tem um grupo caminhando, tá ali. Ai tem um outro grupo que eu não sei o que acontece. Já começa a confusão, entendeu? Um quer fazer melhor, o outro quer colocar defeito. Você sabe que o ser humano é complicado nessa parte, né, filha? Cada um quer fazer melhor que o outro, aí no fim, ninguém faz nada, entendeu?

[...]

M: Então, quem tá agora na frente aí é a N., com o T. Mas não estava aquele movimento como era antes, era unido o povo, você entendeu? Hoje a gente vê que falta união das pessoas. [...]

C: Porque que a senhora acha que mudou?

M: Ai, acho que o povo, ele acabou se distanciando assim, sabe? Acabou se dividindo, e... [...] Eu acho que era três grupos na época, que mexia com esse negócio de urbanização. Tinha o seu Santos, a Dna. Maria, depois tinha a Dna N., com a turma dela, e a Sônia, conosco, né? Então era... E aí depois um fazia de um lado, outro fazia do outro, [...], depois disso a N. tomou conta e aí tá aí. Acho que falta integração do pessoal, né? União do pessoal pra estar lutando, porque a gente poderia ter muito mais coisas, né?

Na passagem da primeira para a segunda fase, o CEP passa por conflitos com outros grupos, inclusive com a igreja e já determina com quem quer se envolver. À medida que se institucionaliza, pode decidir quem quer como “*parceiro*” e quem não quer. Os grupos que trabalham na vila já não somam esforços para potencializar os resultados.

S: Agora, em relação às organizações locais, tem lá algumas organizações que são parceiras nossas, e que a gente quer como parceiras, e têm outras que a gente não quer como parceira “nem que a vaca tussa”. De jeito nenhum, porque é muito rolo com a população.

Assim, o grupo cita várias razões para a mudança ocorrida no CEP, de grupo organizado que reivindica direitos para entidade social prestadora de serviços: a saída da Igreja, o papel do governo que “silencia” as lideranças colocando-as em funções de gestão, conflitos com outros grupos, mudança no contexto político da prefeitura de São Paulo e por fim, o fim de um ciclo.

c) Papel do CEP hoje

Para alguns entrevistados, o papel atual do CEP não está claro. Nos documentos, a missão do CEP é contribuir para a educação de crianças, adolescentes e jovens. Mas na realidade, os entrevistados se preocupam com a situação da organização – seria ela um fim em si mesma?

Quando pergunto para Minéia. qual seria o papel do CEP hoje, ela retoma a questão de *algo ter se perdido*. Segundo ela, o CEP deveria preocupar-se mais com a comunidade, mas não no sentido de mobilizar para reivindicar direitos, como ocorreu na primeira fase. O CEP deve preocupar-se com a comunidade oferecendo atividades e abrindo seu espaço para os moradores, inclusive aos fins de semana:

C: E qual que você acha que é hoje o papel do Centro de Educação aqui na comunidade?

M: Olha, eu acho que, a questão do papel hoje da, do Centro de Educação aqui na comunidade eu acho que acabou se perdendo um pouco, isso que o objetivo ao qual ela, ao qual o Centro de Educação queria, é, queria, porque, antig, lá atrás era, é, há alguns anos atrás tinha assim, era uma preocupação com a própria comunidade e tudo. [...] Porque eu acho que o Centro de Educação foi, pela caminhada que ele já tem, pela história que tem, é, teria que ser, teria que ser aberto aos sábados com atividades pra comunidade, sábado e domingo, não sei, atividades culturais, é, é... acho que culturais, artesanais, é.. que, a gente sabe que as famílias, principalmente as mães, é elas acabam sendo meio que, tendo aquelas, é, dupla jornada de trabalho[...] então eu acho que a gente, o, a gente acaba, o Centro de Educação se perdeu um pouco, em relação, né, nessa questão da comunidade de, né, de, de, de, de, pensar na comunidade nessa forma. [...]

Quando ela menciona que a comunidade ficou de lado, ela se refere à comunidade não ser beneficiada com a oferta de atividade aos fins de semana. Mas não fala sobre mobilização ou reivindicação de direitos. O papel do CEP parece não estar claro e a fala dela transmite uma falta de esperança no CEP, parece que ele está fadado a desaparecer. Mesmo o espaço pode desaparecer. Minéia diz se preocupar com o futuro do Centro. Ela não tem claro qual o papel do CEP hoje:

M: *A questão que você perguntou qual o papel hoje? Como eu já falei que já se perdeu, né? E aí eu tenho um pouco de preocupação em relação ao que vai se tornar daqui... a gente sabe que ele tem uma história de, há, há, 15, 16 anos por aí, né? Mas eu fico pensando o que vai ser o Centro de Educação daqui a 10 então. Né? Porque assim, se perdeu muita coisa, né? A gente acabou perdendo muita coisa, e eu não sei qual que é o objetivo em relação a continuar com o quê? Se vai continuar com adolescente, se vai continuar com criança pequena, que é a questão da creche, né? Mas como a comunidade tá meio, como eu falei, a comunidade tá meio que de lado, eu não sei o que ele vai se tornar daqui a 10 anos, eu acho que talvez nem tanto, 10 anos, eu acho que menos, menos tempo, então a minha preocupação é essa. [...]*

Qual seria o objetivo do CEP na atualidade? Atender crianças, adolescentes? Qual seria o seu papel, se a comunidade foi posta de lado? Seria ser um espaço alternativo à rua?

O núcleo sócio-educativo do CEP, local onde crianças e adolescentes participam de atividades diversas e onde Minéia trabalha, é definido por ela como um “*espaço*”. Apesar de muitos acharem que é somente um espaço alternativo à rua, Minéia define o núcleo sócio-educativo como um local de aprendizagem. Contudo, percebe-se que a identidade do núcleo está muito ligada à questão do espaço físico, que deve ter a função de propiciar aprendizagem, para crianças e adolescentes:

Mi: *E aí quando, no ano seguinte, a proposta era continuar só os núcleos, [...] porque, os professores da rede municipal não sabiam nem o que era um núcleo sócio-educativo, nem o que que fazia no núcleo, é, que tipo de atividade que a gente desenvolvia, se era apenas um simples lugar, de, de, que atendia as crianças pra elas não ficarem na rua, pra ocupar o tempo, não como um local, a, a, onde as pessoas podem utilizar como um local de aprendizagem,*

O núcleo deve ter objetivos, não pode ser meramente um espaço onde as crianças permanecem como alternativa ao estar na rua. Elas não devem estar lá somente para “*preencher aquele tempo vazio*”:

Mi: *[...] Porque como que eu trabalho na área de atividade complementar, na verdade é um complemento a, é, ao, ao tempo que as crianças passam fora da escola. Então não é porque ele tem que preencher aquele tempo vazio, vai pra lá pra brincar, porque é muito fácil pegar aquele monte de criança, botar dentro da sala e colocar jogos, ou levar pra uma quadra pra jogar futebol, sem ter um objetivo, um objetivo.*

A fala de Minéia revela certa ambigüidade nos sentidos relacionados à função do CEP. O CEP **tem** um espaço físico, mas às vezes parece também **ser** um espaço que tem possibilidade de trazer coisas para as crianças, já que as crianças não têm outro lugar para ir. Contudo, ela não conclui se essa possibilidade torna-se realidade ou não.

Mi: [...] porque as crianças não têm lugar pra ir, e teve criança que falou, ai, nossa, um tédio minhas férias [...], o núcleo ta fechado, a gente só tinha o núcleo pra ir durante o ano, então, poxa vida, você, mas.. tem um espaço, né... é uma, um, um espaço que tem possibilidade de trazer coisas, tem sim, porque que a gente não faz alguma coisa pra ajudar, entendeu? [...]. Não, vamos deixar agendado assim, assim, assim, o espaço ta aqui mesmo, né, a gente oferece, tem oficina de tal coisa, mesmo que não venha todos os dias [...].

Mi: Então às vezes eu fico pensando, de preencher este vazio que tem, é, é, é, a vida deles, não sei, da família, quer levar eles pra lugares, não sei aquilo outro, mas a gente sabe que tem as coisas que o Centro de Educação não têm condições de levar eles pra determinados lugares, entendeu? [...]. É, eu to no, trabalhando com eles, com eles adolescentes, dois, dois, três anos. Eu, quando eu entrei foi a primeira coisa que eu exigi, que eu queria levar todo mundo no museu, pra conhecer um museu, pra ir na exposição coisa e tudo. Aí eu não consegui durante dois, durante três longos anos. [...]

Percebe-se na fala de Minéia uma tensão relacionada à identidade do CEP: é ele um espaço alternativo à rua, onde as crianças podem ocupar seu tempo? Ou é o CEP um local de aprendizagem?

Em relação ao papel da organização, Minéia deseja que o CEP continue oferecendo atividades para crianças e adolescentes, já que precisam deste espaço para desenvolver suas habilidades e seu aprendizado:

M: [...] mas assim, é, é, eu torço bastante pra que continue, porque é um dos do, do, do, dos espaços que as crianças e os adolescentes têm pra desenvolver suas habilidades sua criatividade, né, seu aprendizado também [...]. eles gostariam de estar lá no espaço fazendo alguma coisa.

A preocupação em relação ao futuro do CEP também está relacionada à dificuldade de manter financeiramente a estrutura:

M: Mas eu fico preocupada o que que vai se tornar daqui alguns anos, o que que vai ser, será que a gente vai conseguir continuar com esse espaço, que a gente sabe assim, a realidade de, de, de, de trabalhar com instituição, com ONG, que o pessoal geralmente fala, né, e como a gente tem depende muita coisa da prefeitura a gente sabe que (...²⁹). Então, eu não, é isso que eu, isso que eu tenho pra falar. É, é, eu não sei o que vai se tornar daqui alguns anos, se vai continuar, se não vai mais existir, né? Porque é uma história super bacana que começou, né, do jeito que a gente já conhece, começou do nada do zero e hoje, a gente tem este espaço e tem bastante aluno, tem funcionários, tem

²⁹ Trecho incompreensível na transcrição

funcionário que é dedicado, tem funcionário que não é dedicado, nem todo mundo, né, nem Jesus Cristo agradou todo mundo, né? (risos) Não somos nós que vamos agradar. Então é isso.

O CEP hoje seria *este espaço*, com muitos alunos, com funcionários dedicados, outros não dedicados e um futuro incerto. É difícil manter a estrutura e o objetivo da organização não está mais claro. Segue com atendimento? Para quem? Para crianças? Para jovens? A saída seria atender a comunidade também aos sábados?

Sônia e Aragão afirmam que a missão do CEP é ser referência para jovens na área de educação e cultura:

A: Hoje eu acho que o Centro se torna uma referência com os jovens, e com a questão cultural. Muitos já não estão mais com o grupo, mas estão na área, são educadores. E eu acho que isto é interessante porque os grupos de jovens que passam pelo CEP têm um norte muito bom, que é ir à universidade.

S: [...] Nossa visão, é que a gente quer ser referência em educação e cultura na zona leste em São Paulo, então temos que fazer muito. A gente tá olhando muito para isso.

É possível que por estarem em cargos de liderança na organização, eles sabem e reproduzem a razão de existir do CEP encontrada em seus documentos. Sônia diz que um dos papéis do CEP atualmente é promover atividades nas áreas culturais e fortalecer a liderança jovem:

S: Então hoje o que a gente consegue fazer de eventos culturais, mas população vem da mesma forma. Se você fizer um evento anual, as pessoas vêm em massa. Se fizer dois eventos, eles também vêm. Porque hoje, o que a gente está de olho é no jovem. Tem lideranças fortíssimas, pessoas muito boas, e que a gente está colocando eles. E alguns exemplos que eles já começam a assumir. Este ano a gente voltou a fazer eventos, e os adolescentes já começaram a tomar a frente. Eles vêm e falam o que querem fazer. Perguntam se podem, e a gente diz, claro. Então, a gente tá retomando aquela coisa. São outras pessoas. E a gente tá olhando esse movimento. A gente tava na maré baixa, mas agora parece que a coisa está subindo de novo.

Mesmo assim, a tensão entre o passado e o presente permanece. O desejo é retomar o passado, que seja através da cultura, ou da liderança jovem, da cidadania. E fica a esperança de uma nova boa fase para a organização.

Cl: [...] o Centro ele, quando a gente começou aqui a gente então, nós tínhamos uma missão, entendeu? Que era desenvolver trabalhos, tentar fazer algo que a comunidade pudesse estar reconhecendo, como que eu falei, e, a missão que, eu acredito que hoje cada vez mais ela aumenta, até porque as dificuldades também vai chegando, é, principalmente de ampliar os atendimentos, é de dar um respaldo, né, um respaldo pra comunidade. Um respaldo de qualidade do trabalho. É de ser um ponto de referência mesmo [...].

CI: *E a gente fica questionando onde é que falhamos, como é que vamos temos que fazer pra não ocorrer tantas falhas. Então... a gente tem essa, eu acho assim, eu nunca vou dizer que...É uma missão infinita, enquanto eu acho que a gente estiver vivo, a gente tem que estar sempre lutando... Seria isso.*

Na primeira fase o grupo organizado não tinha uma *missão* ou uma *visão*. Contudo, a história contada mostra que o grupo tinha objetivos muito claros para si. Hoje, eles têm sua *missão* documentada, mas há um desconforto e insatisfação com os resultados produzidos pela organização. A razão de ser do CEP está clara nos documentos. Na prática, seus participantes parecem não estar muito satisfeitos com os resultados.

8. O CENTRO DE EDUCAÇÃO EM SUAS DIFERENTES CONFIGURAÇÕES ORGANIZATIVAS

A análise dos documentos e das entrevistas apontou para diversos sentidos, discursos e contextos que apoiaram a organização dos moradores da VNSA e o surgimento do Centro de Educação Popular. Durante estes quase trinta anos de história, a organização passou por diversos momentos, foi constituída por diferentes pessoas, cada uma trazendo sua história, suas motivações, seus ideais e dando diferentes sentidos para seu envolvimento na organização, logo para a própria organização. A interação cotidiana entre essas pessoas resultou em diferentes configurações organizativas, cada uma apoiada e produzida por uma teia de sentidos e significados intersubjetivos.

Conforme dito na introdução, a história do CEP foi dividida em duas fases. Apesar de a organização ser processo e estar em constante mudança, o que denominamos aqui de “primeira fase” reúne características bem distintas da “segunda fase”. Processos, regras, procedimentos e maneiras de ser do grupo organizado cristalizam-se e sobressaem em meio à mudança e aos processos cotidianos contínuos, revelando uma maneira característica de ser da organização, em determinado tempo. Assim, neste capítulo, traçaremos algumas conclusões sobre os processos organizativos enquanto processos cotidianos e sobre as duas diferentes configurações organizativas do CEP.

8.1 Organização como concentração de processos cotidianos

As diversas configurações organizativas que definiram o CEP no decorrer de sua história deram-se em meio e através de discursos e sentidos construídos. Se a primeira fase dá-se sob forte influência do discurso da Teologia da Libertação, a segunda dá-se sob influência do discurso das organizações não-governamentais.

Na primeira fase do CEP, pré-institucionalização, a definição de organização como uma concentração de processos cotidianos, resultantes de processos intersubjetivos dá-se de maneira mais clara e visível. A estrutura do Centro de Educação Popular, a instituição formal, com estrutura física, regimento e cadastro nacional de pessoa jurídica ainda não existe. O que

existe é um grupo de pessoas que se organizou por diversos motivos, entre eles, melhorar o local de moradia.

Durante os primeiros anos, o grupo de pessoas interagiu de diversas formas, construindo conjuntamente procedimentos, rotinas e processos que configuraram sua organização. Neste momento, os processos organizativos são mais visíveis nas ações cotidianas das pessoas que nos documentos institucionais. A organização acontece no dia-a-dia das ações do grupo e a força das idéias “libertadoras” e da condução das lideranças é forte e orienta os processos organizativos.

A cooperação entre as pessoas do grupo organizado estende-se para os moradores do bairro. Os processos do grupo são apoiados pelos moradores, que participam dos mutirões, eventos, festivais de música. Existe um forte fator de coesão dos participantes: o desejo de melhorar o bairro, diminuindo a violência e a diminuição do preconceito das pessoas de fora da favela em relação aos seus moradores.

Na segunda fase, o grupo organizado de moradores deixa de ser um movimento social, ou seja, um grupo organizado de pessoas que possuem objetivos comuns que envolvem algum tipo de confronto com outra parte que detém o poder, e passam a ser uma entidade que presta atendimento à população do bairro, operando mais nos moldes de uma organização não-governamental. Não há mais o componente de reivindicação ou de confronto com uma outra parte. A finalidade da organização passa a ser o atendimento à população do bairro e a execução eficiente de projetos determinados pelos financiadores.

O acúmulo das ações do grupo cristaliza-se e formas de relações e procedimentos entre as pessoas que constituem e produzem o CEP são fixadas em uma estrutura organizacional que não é imutável, mas que apóia ou restringe a ação pessoal. Um dos objetivos de existência da organização passa a estar relacionado de alguma maneira com a própria sobrevivência, ou seja, os participantes da organização devem continuamente buscar maneiras de sustentar financeiramente a estrutura que foi criada e para assegurar os salários de seus funcionários. A *luta* agora é manter-se para poder cumprir sua *missão*. Se na primeira fase *todos participam de tudo*, na segunda fase há uma coordenação responsável por administrar os recursos humanos, alocando as pessoas certas, nas funções certas.

A fixação e a cristalização dos processos organizativos são reveladas na necessidade de as pessoas da organização definirem e documentarem sua missão e visão. Se na primeira fase não há registro formal das razões de existência do grupo organizado, na segunda fase o porquê da existência do CEP deve estar registrado em documentos, em declarações de missão e visão, para guiar as ações do grupo e também como maneira de possibilitar financiamento³⁰. A razão de existência do grupo organizado está mais em função da sua própria manutenção, e a relação das pessoas com os motivos iniciais para a constituição do grupo, a melhoria do bairro, acontece de maneira nostálgica. Há que recuperar o que ficou perdido no passado.

Na segunda fase, os momentos cooperativos do CEP com os moradores do bairro diminuem. Os moradores passam a ser beneficiários ou usuários dos serviços da organização. Ao invés de cidadãos, como na primeira fase, tornam-se clientes. Internamente ao grupo organizado, os elementos da cooperação e da amizade também enfraquecem. Os interesses pessoais de garantir o salário sobrepõem-se a interesses coletivos.

Existe um desejo por parte das lideranças do CEP de continuar mobilizando os moradores para ações conjuntas, o que dificilmente acontece. Os interesses que orientam as ações e os objetivos do grupo deixam de ser coletivos e passam a ser mais individuais. Ou os desejos e interesses pessoais não se referem mais a objetivos coletivos, como a melhoria de um espaço comum e passam a referir-se a condições pessoais e familiares, como o salário.

8.2 Primeira fase do CEP: *Fixando sua imagem para a história*

8.2.1 Moradores da Vila Nossa Senhora Aparecida organizam-se, lutam e obtêm melhorias para a favela onde moram

A favela foi formada por migrantes vindos do Nordeste e do estado de Minas Gerais. No fim da década de setenta, muitos haviam acabado de chegar de suas cidades, haviam se instalado na grande São Paulo, buscando enraizar-se e fazer do novo local de moradia seu lar. Eles chegaram à capital e encontraram na Vila Nossa Senhora Aparecida a possibilidade de

³⁰ A organização que provê o financiamento deve conhecer a razão de existência da organização que receberá o financiamento.

um local de moradia. O momento de chegada do migrante à nova terra é um momento extremamente delicado e muitas vezes tenso. Se, por um lado, busca-se algum tipo de melhora de vida em relação ao lugar de origem, por outro, deixa-se para trás sua terra, local conhecido, onde as pessoas compartilham costumes e maneiras de se viver, passando-se a ser estrangeiro em uma nova terra. Há que se passar por um processo de adaptação, que pode ser lento e difícil. É um “ponto dramático em qualquer história de vida relatada, passagem marcante de uma forma de vida a outra, em que sofrimentos e dificuldades são substituídos por outras carências e percalços”. (ALMEIDA; D’ANDREA, 2004, p. 97)

E realmente, as condições de vida encontradas pelos migrantes na vila eram extremamente precárias. Longas caminhadas para buscar água, ausência de serviço de esgotamento sanitário, de coleta de lixo e de energia elétrica, alta concentração de pessoas vivendo em pequenos barracos, ausência de equipamentos públicos como escolas e postos de saúde, tudo isso somado ao fato dos moradores perceberem que, em outros bairros de São Paulo, as pessoas usufruíam os benefícios de serviços coletivos instalados. É possível que muitos tenham vindo a São Paulo justamente em busca desta infra-estrutura, de uma melhor qualidade de vida. Contudo, as condições de vida na favela eram indignas.

O cotidiano sem o apoio de serviços públicos era vivido em meio à violência decorrente da ação de grupos de exterminadores. Pessoas eram mortas na vila entre as décadas de 1980 e 1990. À noite, predominava um clima de medo e insegurança. Não era recomendável realizar atividades nas ruas depois das nove horas da noite. Muitos entrevistados lembraram esta época e contaram que a organização dos moradores deu-se também com a intenção de diminuir a violência na favela. Os participantes relataram que tinham a hipótese de que se as condições de vida do bairro melhorassem, a violência diminuiria. Havendo asfalto, a polícia poderia entrar na vila. Contudo, o outro lado é que ao grupo de exterminadores não agradaria a presença da polícia, o que colocava as lideranças do grupo em posição vulnerável.

Contudo, estas condições materiais não fomentaram o início da organização *per se*. Discursos e sentidos foram construídos e apoiaram esta organização, num contexto sócio-político determinado. O discursos relacionados à igreja de um lado, e o discurso hegemônico do preconceito contra a favela e seu morador, por outro.

O discurso hegemônico estabelece que a favela é algo ruim. Nas palavras de uma das moradoras, “*tudo que é ruim vem da favela*”, “*Favelado não tem vez*”. Além das condições materiais de vida serem árduas, o povo da vila sofria com o preconceito por serem moradores de favela e, muitos deles, nordestinos. A escola segregava as crianças da VNSA. Os adjetivos que qualificavam a favela eram (e ainda são) negativos: a favela é suja, é feia, é pobre, é perigosa. A favela é indesejada na cidade. O preconceito sofrido era revelado na dificuldade e embaraço das pessoas ao nomearem o local de moradia: “*Você mora ali? Como se ali fosse o nome*”. Como nomear um lugar onde há pobreza, feiúra, violência e falta de recursos básicos para uma vida boa? Como definir-se morador de uma favela? Este é o típico elemento qualificador que se sobrepõe a qualquer outro.

Segundo SILVA (2006, p. 424), o preconceito relaciona-se a um comportamento negativo em relação a objetos qualificados a partir de generalizações, informações imprecisas ou incompletas. O preconceito relaciona-se ao medo de identificar-se com alguém que pode colocar-nos diante da nossa fragilidade como pessoas. Não desejamos questionar nossas certezas e colocarmos nossas próprias identidade e seguranças em dúvida. Assim, assumi-se o discurso hegemônico e define-se o morador de favela a partir de generalizações imprecisas: a pobreza, a feiúra, a violência que podem ser encontradas na favela terminam por definir as pessoas que lá moram. O favelado passa a ser pobre, feio, violento e nada mais. O pobre é perigoso e o migrante nordestino não é bem-vindo à capital, sendo alvo de brincadeiras discriminatórias.

Se por um lado o discurso hegemônico contribui para a construção de sentidos preconceituosos que segregam e diminuem o morador da favela, o discurso católico na década de 1980 trouxe novos sentidos de identificação para o povo da vila. A chegada da irmã Pilar trouxe consigo o discurso da Teologia da Libertação, que entrava na vila através do modelo de intervenção da Igreja Católica junto às comunidades pobres, as comunidades eclesiais de base, que tinham finalidades religiosas e políticas. No fim da década de setenta e início da década de oitenta, a Igreja Católica estava empenhada em *andar ao lado dos pobres*. As comunidades eclesiais de base efetivamente apoiaram e fomentaram os movimentos de moradores da periferia. A Igreja possuía seus livretos de estudos bíblicos, através dos quais a matriz discursiva da Teologia da Libertação chegava até o pobre da periferia, com a construção de sentidos que apoiavam a formação de grupos de luta e a reivindicação de direitos.

A freira conduzia os estudos bíblicos seguindo os livretos utilizados pelas CEB. Os grupos de rua se reuniam e discutiam sobre as condições de vida na vila, o que favoreceu a construção de uma teia de sentidos na qual a organização do grupo aconteceu. O discurso religioso encontrado na leitura da Bíblia era contextualizado e apoiava a geração de novos sentidos em relação ao ser morador de uma favela, sentidos estes que forneciam impulso para a ação coletiva por melhores condições de vida: ser morador da favela é ser filho de Deus; ser morador de favela é ser parte de um povo que luta; ser morador de favela é poder unir-se para lutar por direitos; ser morador de favela é celebrar no dia-a-dia e em grupo as conquistas deste povo. Era um novo discurso surgindo, em oposição ao discurso hegemônico, que vinha apoiar a construção de sentidos favoráveis à adesão à luta por melhores condições de vida.

Neste sentido, a liderança da irmã Pilar e de outros líderes comunitários que foram surgindo foi fundamental para a organização do grupo. Segundo Tarrow (1994, apud GOHN, 2000, p. 92-107), o líder do movimento tem papel central na transformação dos discursos em realidade efetiva para a mobilização do grupo. As lideranças apoiavam a tradução das inquietações do grupo em possibilidades de ação coletiva. Além disso, a irmã assume em alguns momentos o papel de representante dos moradores da favela em fóruns, como, por exemplo, no Movimento das Favelas. Ela, sendo estrangeira na vila, faz-se representante dos moradores da favela, o que concorda com a sua atitude de querer “*misturar-se*” ao povo da vila, apesar de ela mesma ter admitido não ter sido plenamente possível, até por conta da sua própria aparência, que indicava a sua origem não brasileira. Seu envolvimento com a vila não deixa de ser ambíguo: ao mesmo tempo em que “quebra” o discurso hegemônico do preconceito em relação ao morador de favela, atribui muitos fatores relacionados ao suposto fracasso de alguns aspectos da mobilização comunitária à cultura brasileira.

Uma estratégia utilizada pela Pilar para *estar junto aos pobres* e apoiá-los foi o fazer amizades com os moradores. A primeira tarefa de irmã Pilar ao chegar à Vila Nossa Senhora Aparecida foi, em suas palavras, “*conquistar*” os moradores, tornar-se amiga deles. A criação de laços de amizade entre os participantes do grupo apoiou a caracterização do grupo como um espaço de sociabilidade. Antes de ser um grupo de luta, eles eram um grupo de amigos, que se apoiava mutuamente. O estabelecimento destes laços afetivos entre os moradores e a irmã Pilar, e entre os próprios moradores foi fator importantíssimo na constituição do grupo. Sendo a maioria das pessoas novas na cidade e alvo de preconceito pela sua condição de

migrante, pobre e morador de favela, a criação de novas amizades contribuiu para o processo de fazer do novo local de moradia o seu lar.

Todos entrevistados mencionam a importância da amizade na formação do grupo organizado de moradores. O grupo que deu origem ao CEP funcionou como uma grande “*família*”, na qual havia intimidade e amizade, as pessoas brincavam umas com as outras, dividiam as tarefas para lutarem por objetivos comuns e festejavam juntas. Juntamente com as amizades, redes de ajuda mútua foram sendo construídas, inseridas em novos espaços de sociabilidade. A oportunidade de fazer amizades agrega-se ao discurso da teologia da libertação no apoio à organização dos moradores.

Esta possibilidade de fazer amizades relaciona-se ao estabelecimento de uma rede de apoio, que, no contexto de migração, faz-se extremamente importante e real. Família, conterrâneos e vizinhos apóiam os recém chegados. Segundo Almeida e D’Andrea (2004, p. 98),

[...] essas interações familiares, de vizinhança, e entre conterrâneos são desdobramentos do contexto de migração, e nelas se encontram sistemas de reciprocidade estruturados sob normas sociais, cuja regra principal é a relação de confiança – tal como se pode aferir mediante um enfoque no poder local.

Necessário faz-se ressaltar o apoio importante encontrado pelo CEP na prefeitura de Luiza Erundina, entre 1989 e 1992. O acúmulo do grupo organizado teve respaldo no governo de Erundina, que apoiou e investiu na instalação da infra-estrutura da favela. Assim, os moradores organizados com criatividade e poucos recursos externos, obtiveram muitas melhorias de saneamento e serviços coletivos para a favela.

Outro fator importante foi a criatividade que surgiu no cotidiano do grupo organizado, na escolha de estratégias e meios para a consecução dos objetivos: utilização de megafones para fazer comunicações às pessoas do bairro, realização de festas e de gincanas, faziam bolos e doces para vender, entre outros.

Assim, constatamos que oportunidade de fazer amizades e de construir espaços de sociabilidade para muitos migrantes que ali moravam, catalisaram as sementes para a organização inicial, construindo formas de lidar com o contexto de violência e de precariedade de condições de vida. Contudo, as condições materiais não fomentaram o início da organização *per se*. Discursos e sentidos foram construídos e apoiaram a organização num

contexto sócio-político determinado. O discurso da Teologia da Libertação desempenhou papel importante no apoio à formação de novos sentidos em relação ao ser morador de favela, valorizando-o e qualificando-o como portador de direitos e agente de transformação, em oposição ao discurso hegemônico do preconceito dirigido à favela.

A memória coletiva do grupo “*fixou a sua imagem para a história*”: moradores da Vila Nossa Senhora Aparecida uniram-se, organizaram-se e lutaram juntos pela instalação de infra-estrutura básica na favela, reivindicando direitos junto ao Estado.

8.2.2 Condições materiais significadas socialmente: “*Vamos vencer e ver a nossa Vila tão limpa como a Paulista.*”

Um dos sentidos presentes nas falas dos entrevistados e nos escritos do caderno presentes relacionados à luta por instalação de infra-estrutura básica na VNSA é o desejo de inserir a favela na cidade, entre outros fatores. O sentido da inclusão. Uma das entrevistas diz que é como se a favela estivesse à margem de tudo, inclusive da igreja.. [...] da sociedade lá fora.. do bairro. [...]. Ela não era inserida no bairro. Era uma favela lá no canto... A moradora refere-se nesse trecho à inserção social da vila, já que geográfica e politicamente a VNSA era e é parte da cidade de São Paulo. Apesar disso, a sensação é que a vila não pertencia à cidade.

Honneth (2003), ao buscar oferecer uma base interpretativa para os movimentos sociais, atribui papel central à questão do pertencimento e inclusão no grupo, e reconhecimento mútuo. Ele fundamenta sua teoria, que denomina de luta por reconhecimento, na tese de que a base da sociedade não deve ser buscada no indivíduo, mas na estrutura de relações intersubjetivas:

A reprodução da vida social se efetua sob o imperativo de um reconhecimento recíproco porque os sujeitos só podem chegar a uma auto-relação prática quando aprendem a se conceber, da perspectiva normativa de seus parceiros de interação, como seus destinatários sociais. (p. 155)

Neste sentido, para o autor (idem, p. 257), o sentimento de não-reconhecimento, de não pertencimento a um grupo é um dos elementos simbólicos intersubjetivos motivador dos

movimentos sociais. O movimento social, para este autor, é um processo coletivo no qual experiências individuais de desrespeito são interpretadas, através do discurso, ou seja, simbolicamente, como cruciais e como típicas de um grupo inteiro, de modo que podem influir na exigência coletiva por relações ampliadoras de reconhecimento.

O lutar pelo estabelecimento de infra-estrutura na vila tem seu sentido concretizado no desejo de pertencer ao grupo, ou seja, compartilhar um espaço de vida no qual as pessoas têm os mesmos direitos e usufruem dos mesmos benefícios, porque elas se reconhecem como pessoas portadoras de direitos iguais. Há na fala dos entrevistados o sentido de seu não-pertencimento ao grupo maior – aos outros bairros, à cidade de São Paulo. Há o sentido de transformar uma favela que está à margem de tudo, em uma vila, em um bairro. Há o desejo que o bairro seja *tão limpo quanto a Avenida Paulista*, de que *a vila seja incorporada ao bairro*.

Ser reconhecido pelo outro, pelo mais rico, ou pelo que não mora na favela, é não sofrer preconceito. É ser reconhecido como igual, portador dos mesmos direitos. O preconceito fere as relações de reconhecimento recíproco. A favela aparece como um lugar à margem do resto do bairro, as crianças da favela são discriminadas na escola do bairro.

As ações conjuntas para a melhoria do bairro são possibilidades de criar condições para que a *favela seja incorporada ao bairro*, ou seja, para que os moradores da favela sejam também inseridos na vida da cidade, que as crianças não sofram mais preconceito nas escolas onde estudam.

Assim, os dados analisados corroboram a teoria de Honneth, de que os movimentos sociais não estão necessariamente relacionados a faltas concretas ou a interesses particulares. Há lutas que são motivadas pelo reconhecimento do outro – que o meu vizinho me reconheça como igual, portador dos mesmos direitos. Que a favela vire vila. Que a favela se transforme em bairro e seja incorporada à cidade.

8.3 Segunda fase do CEP: “*Sem querer, caiu nisso*”

Os entrevistados que fizeram parte da primeira e segunda fases do CEP relembram a primeira fase do CEP com nostalgia. Há uma tensão e desconforto em relação à atuação do CEP hoje. Há o desejo de que o Centro de Educação mobilize a comunidade, possibilite que as pessoas da vila participem mais ativamente nas decisões e processos do CEP, o que não acontece. O fato de oferecer aos moradores serviços na área de educação, como a creche, cursos profissionalizantes, eventos culturais e festas parece não ser suficiente. *O CEP nasceu para reivindicar*, disse um dos entrevistados. E quando ele não reivindica mais, o que acontece? O grupo se organizou com o objetivo político de transformar a favela. E hoje presta atendimento. *Sem querer, caiu nisso*, diz outra entrevistada.

Os sentidos atribuídos pelos entrevistados para essa mudança na atuação do CEP são vários. Um deles é o fato da Igreja Católica se afastar da “*questão social*” e não apoiar mais as lutas populares. A irmã Pilar avalia que o ideal, ou discurso da teologia da libertação, da igreja *estar mais perto* dos pobres foi realidade durante um período e logo depois houve um recuo. O Bispo Auxiliar da Arquidiocese de São Paulo para a zona leste, Dom Angélico, que apoiou a luta dos moradores, sai dessa função em 1989. Juntamente com o afastamento da igreja, a prefeitura de São Paulo que investiu na periferia também muda, em 1993.

Muitas lideranças vão embora do bairro, se casam, têm filhos e se tornam indisponíveis para o trabalho comunitário. No início da organização do grupo elas eram jovens e tinha disponibilidade de tempo, mas logo se casam, devem trabalhar e não têm mais tempo para dedicar ao trabalho comunitário. Apesar de estar ser uma das justificativas de alguns dos entrevistados, é possível que seja uma explicação para lidar com um fenômeno para o qual não há muitas respostas, então recorre-se à aparência. Afinal, hoje há jovens na vila, há pessoas com tempo livre, mas não há mais mobilização comunitária para reivindicação de direitos. É possível também que esta justifique aponte para uma tentativa de determinar o fim de um ciclo. A juventude que mobilizava e reivindicava virou adulta, e a configuração organizativa do CEP também mudou.

As lideranças iniciais que permanecem no CEP são aquelas que puderam ser contratadas como funcionários remunerados. Então o movimento social vira “*entidade*” e

toma “*corpo de empresa*”. Muitos funcionários estão preocupados com o próprio salário e não com as lutas populares.

É possível que o grupo tenha cumprido sua função de mobilizar a comunidade e reivindicar direitos. É possível que o grupo tenha cumprido o papel que lhe cabia: lutou para que infra-estrutura fosse instalada, o que aconteceu. O grupo, então, institucionalizou-se e passou a oferecer serviços à comunidade, identificando que havia necessidade de atendimento na área de educação. As necessidades mudaram e a organização se adequou a isso. Teria sido um processo “natural” de fenecimento da mobilização comunitária, o cumprimento e fechamento de um ciclo. É possível que o grupo que mobilizava a comunidade e reivindicava direitos tenha tido um tempo de duração e cumprido seu papel.

Esse processo pelo qual o grupo passa a partir da década de noventa não é fato isolado. Segundo Doimo (1995), seguiu uma tendência que atingiu outros movimentos da mesma época, que passam por um processo de profissionalização, com exigências externas de eficiência e racionalidade. Muitos movimentos sociais passam a ser entidades sociais ou ainda ONGs. Para poder oferecer serviços à comunidade, essas organizações dependem de financiadores externos que exigem o cumprimento de critérios definidos para a liberação dos recursos.

Na segunda fase, o funcionamento do CEP é regido sob a lógica das organizações não-governamentais. Possui funcionários remunerados, funcionamento hierárquico determinado, no qual quem decide são os coordenadores. São necessários “*projetos, propostas e produtos*” para que a ação seja viável e eficiente. Esses projetos são em grande medida definidos pelo financiador, que irá exigir que certos produtos sejam entregues em determinado prazo. Em uma das falas, foi possível perceber como, por vezes, essas exigências acabam por sobrecarregar aqueles que deveriam ser os beneficiários do projeto: as crianças em determinado projeto devem cumprir com uma série de atividades para que os produtos sejam entregues, mesmo que estejam cansadas das atividades. A necessidade de eficiência e racionalidade atinge até mesmo os beneficiários do projeto.

Após a institucionalização do CEP, o recurso financeiro passa a ter centralidade na configuração organizativa. É um sentido que permeia o funcionamento atual do CEP. As ações da organização são definidas a partir do recurso financeiro. A sua própria sobrevivência passa a ser uma de suas principais preocupações e motivos de ação. A organização deve

trabalhar para manter-se. Neste trabalho ele faz parcerias com o governo, a quem antes reivindicava direitos. “*Como lutar contra seu próprio chefe?*”, diz um dos entrevistados. E a necessidade de obter apoio financeiro pode, por vezes, fazer com que a organização aceite recursos para atividades que não contribuem para a missão da organização. Quem define quais ações são necessárias não é somente a organização em questão, mas o financiador, que disponibiliza o recurso financeiro para um tipo determinado de atividade. A preocupação com a sobrevivência da organização leva à busca dos mais diferentes apoios financeiros. Conforme Pinto (2006) afirma, esta mudança e aproximação da instituição aos moldes de uma ONG fortaleceram um processo de auto-referência, no qual a sobrevivência da organização passa a ocupar lugar central.

Neste contexto de desconforto em relação ao não- envolvimento dos moradores com o CEP, ou, mais provavelmente, com a própria incapacidade da organização de mobilizar a comunidade, juntamente com a centralidade atribuída ao recurso financeiro no funcionamento organizacional, surge a dúvida em relação ao papel do CEP na atualidade. Há certa ambigüidade nos sentidos relacionados à definição de qual seria o papel do CEP nos dias de hoje. Uma das entrevistadas associa a identidade do CEP ao seu espaço físico, processo de identificação que não deixa de ser comum em uma organização institucionalizada. Este espaço deveria trazer aprendizagem para as crianças e adolescentes que o freqüentam. Contudo, permanece uma tensão entre conseguir cumprir esse papel de propiciar aprendizagem, com a possibilidade de ser “*somente*” um espaço alternativo à rua.

A *missão* do CEP é clara em seus documentos: “Contribuir com a formação cultural e educacional das crianças e adolescentes, visando à melhoria da qualidade de vida e exercício da cidadania”. O CEP busca cumprir sua missão através da oferta de várias atividades para as crianças e jovens da comunidade. Segundo um dos entrevistados, os jovens que passam pelo CEP, saem dele com *um norte muito bom, que é ir à universidade*. Ele conta vários casos bem sucedidos de jovens que freqüentaram boas universidades e hoje estão bem empregados. Essas são conquistas importantes frutos da ação do CEP na VNSA, nos dias de hoje. Contudo, é possível que a memória da história vivida pelas lideranças nas lutas, e que hoje são coordenadores da organização ressignifique a ação presente do CEP como insuficiente.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos documentos e das entrevistas de sete pessoas envolvidas com o Centro de Educação possibilitou o acesso à pinceladas da memória do grupo e da memória pessoal. Lembrar é refazer (Bosi, 1994). E cada pessoa refaz o passado de maneira particular, ao lembrar-se de determinado evento compartilhado por um grupo, uma vez que cada pessoa vive de maneira única. Por isso, cada pessoa relembra o que lhe é mais marcante, mais importante, o que é significativo em sua história de vida.

Contudo, também há um núcleo de lembranças comuns ao grupo, que reforçam a existência e manutenção de uma história única do CEP. As lembranças de vários entrevistados convergem para pontos comuns. Foi, por isto, possível traçar sentidos comuns aos grupos – sentidos relacionados a questões importantes na história do grupo organizado de moradores da vila.

Os sentidos convergentes relacionam-se ao modo como o grupo se identifica como morador de uma favela, que se transformou em uma vila e depois em bairro, graças à ação organizada de seus moradores. À importância dos vínculos de amizade e dos espaços de sociabilidade, como forma de lidar com um contexto violento e que inspira preconceito em quem é de fora. Um lugar no qual as crianças não são bem-vindos na escola. Os sentidos convergentes relacionam-se à figura da irmã Pilar, que vem de fora trazendo o apoio das CEBs e o desejo de *estar junto aos pobres* e ser amiga deles, apoiá-los para que sua situação de vida melhore. Relacionam-se à transformação deste grupo organizado em uma organização que hoje presta atendimento à população do bairro, organização estruturada, que conta com um *espaço enorme*, que as crianças gostam de frequentar. E relacionam-se ao descontentamento com esta mudança.

As falas relacionadas ao Centro de Educação Popular nos dias de hoje são permeadas pela lembrança de um tempo heróico, um tempo quase mágico onde as coisas aconteciam de maneira diferente. As pessoas eram diferentes e o grupo produzia resultados incríveis. Assim, a avaliação de alguns entrevistados sobre a atuação do CEP hoje na Vila traz certo desconforto e preocupação com uma organização que luta para obter recursos financeiros e manter-se, para continuar atendendo os moradores do bairro.

Contudo, o CEP traz hoje benefícios para a população do bairro. Muitas mães podem deixar seus filhos na creche que é modelo na região. Os adolescentes e jovens podem realizar os mais diversos cursos.

As muitas crianças que são atendidas em uma creche que é modelo para a região, as mães que podem deixar seus filhos para ir trabalhar – porque hoje muitas delas trabalham fora, diferentemente do início da organização dos moradores – os adolescentes que podem participar de cursos profissionalizantes, que comparecem aos eventos culturais e às festas promovidas pelo CEP, tudo isso parece pequeno diante da grandiosidade da história que ficou marcada na memória dos participantes.

É possível que uma organização que tenha “*nascido para atender*” não passe pelas crises que o CEP passa. Contudo, o CEP “*nasceu para reivindicar*”. É verdade que o contexto social, econômico e político mudou. É possível que a *solução* hoje não seja mais mobilizar os moradores ou reivindicar direitos. É possível que o maior benefício que a organização possa trazer para o bairro seja mesmo momentos de lazer e cultura, nos quais as crianças e jovens possam brincar, divertir-se e aprender, em um espaço bonito e agradável.

A situação atual do CEP pode contribuir para a supervalorização dos acontecimentos passados. Segundo BOSI (1994, p. 413)

Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva. Nossos deslocamentos alteram esse ponto de vista: pertencer a novos grupos nos faz evocar lembranças significativas para este presente e sob a luz explicativa que convém à ação atual.

Neste sentido, alguns elementos passados são eleitos como definidores de todo um contexto. Esta afirmação não menospreza o passado, mas valoriza o presente. O grupo parece sentir que realizou muito mais como movimento social do que realiza agora como organização institucionalizada. Fica a pergunta – quais são as necessidades d a Vila Nossa Senhora Aparecida? O bairro possui água, luz, esgotamento, asfalto, a violência diminuiu. Não tem emprego, a renda é baixa, muitos jovens sem emprego, muitas meninas jovens grávidas. A resposta do CEP é a educação. A resposta do CEP é educar crianças, adolescentes e jovens, prepará-los melhor para o mercado de trabalho.

Estaria o desconforto em relação às atividades atuais do CEP relacionado com as particularidades da memória, ou mais precisamente, da lembrança? Da nostalgia relacionada

aos tempos de juventude, onde tudo era possível? *Não havia obstáculos para nós*, disse uma das entrevistadas. É possível que a lembrança desse passado heróico, dessa juventude que tudo podia atue como uma sombra que acusa toda ação presente de ineficiente ou pequena, perto das conquistas do passado, dos embates do povo frente à prefeitura e aos poderosos do governo.

REFERÊNCIAS³¹

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS (ABONG). **Estatuto Social**. 2006. Disponível em <http://www2.abong.org.br/final/caderno.php?cd_caderno=estatuto>. Acesso em: 10 de junho de 2008.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **História da Arquidiocese de São Paulo**. Disponível em <http://www.arquidiocesedesaopaulo.org.br/historia/historia_arquidiocese.htm>. Acesso em: 14 de abril de 2008.

ALMEIDA, R. R. M.; D'ANDREA, T.. Pobreza e redes sociais em uma favela paulistana. **Novos Estudos**, São Paulo, v. 68, p. 94-106, 2004. Disponível em: <http://www.centrodametropole.org.br/pdf/Art_Ronaldo_Tiaraju.pdf>. Acesso em: 11 de maio de 2008.

ATHIAS, G. Fuga do aluguel dissemina favelas em São Paulo. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 07 de jan. de 2001.

BAYNES, K. A critical perspective in civil society and the State. In: **N.L. Rosenblum & R. C. Post (ed), Civil Society and Government**. Princeton: Princeton Uni. Press, 2002

BETTO, F. **O que é comunidade eclesial de base**. São Paulo: Editora Abril Cultural e Editora Brasiliense, 1985.

BOSI, E. **Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CENTRO de Estudos da Metrópole (CEM). **Base Cartográfica digital das favelas do Município de São Paulo**. Disponível em <www.centrodametropole.org.br>. Acesso em: 11 de maio de 2008

CROCHIK, J. L. **Preconceito, indivíduo e cultura**. São Paulo: Robe, 1997.

DOIMO, A. **A voz e a vez do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: ANPOCS, Relume Dumaráa, 1995.

³¹ De acordo com a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT) e Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP: Documento eletrônico e impresso. São Paulo, 2004, disponível em: <<http://www.teses.usp.br/info/diretrizesfinal.pdf>>

FISHER, Rosa Maria. **O desafio da colaboração**. São Paulo: Gente, 2002.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). **População total e taxa anual de crescimento populacional, segundo subprefeituras e distritos do município de São Paulo**. Disponível em <http://www.seade.gov.br/produtos/msp/dem/dem9_008.xls>. Acesso em: 7 de maio de 2008

GARCIA, L. B. R. **Uma abordagem da Psicologia Social a respeito dos movimentos populares**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

GOHN, M. G. **Teoria dos movimentos sociais – Paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Editora Loyola, 2000.

_____. Entrevista concedida para o **SETOR 3**, Página eletrônica do Setor 3, 2005. Disponível em: <<http://www.setor3.com.br/senac2/calandra.nsf>>. Acesso em: 25 de maio de 2008.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

KAROL, E. **Território e territorialidade da Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional – F.A.S.E. – estudo sobre território e organização não-governamental**. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2000.

KOWARICK, L. **Escritos urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000.

MARQUES, E., SARAIVA, C. - A dinâmica social das favelas da região metropolitana de São Paulo. In: **Seminário sobre estrutura social e segregação espacial**, 2004, São Paulo, Disponível em <http://www.centrodametropole.org.br/t_bb_art.html#favelas>. Acesso em: 11 de maio de 2008

MEAD, G. H. **Espiritu, Persona y Sociedad – Desde el punto de vista del conductismo social**. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1972.

MOVIMENTO NOSSA SÃO PAULO. Disponível em <<http://www.nossasaopaulo.org.br>>. Acesso em: 20 maio de 2008.

OBSERVATÓRIO CIDADÃO NOSSA SÃO PAULO. **Análises comparativas entre os distritos de São Paulo**. Disponível em

<<http://www.nossasaopaulo.org.br/observatorio/analises.php>>. Acesso em: 20 de maio de 2008.

OLSON, M. **The logic of collective action – public goods and the theory of groups**. Harvard: University Press, 1965.

PINTO, C. R. J. As ONGs e a política no Brasil: presença de novos atores. **In: Dados, Revistas de Ciências Sociais** n. 49 (3), p. 651-670. Rio de Janeiro, 2006.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Aspectos Demográficos**. Disponível em <http://portal.prefeitura.sp.gov.br/subprefeituras/spmp/dados/aspectos_demograficos/0001>. Acesso em: 5 de maio de 2008.

PROGRAMA das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD). **Pobreza e Desigualdade**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens> Acesso em: 20 de janeiro de 2008

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil. Afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena – A experiência e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1988.

SATO, L. “Djunta-Mon.” O processo de Construção de organizações Cooperativas. **Psicologia USP**, São Paulo, v.10 (2), p.219-225, 1999.

_____. Processos organizativos cotidianos e corriqueiros: a leitura da etnometodologia. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v.13 (1), p.129-151, 2001.

_____. Entrevista com Leny Sato: “Psicologia e organizações”. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v. 11 (2), p. 9-22. ABRAPSO, 1999.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO DE SÃO PAULO (SEMPLA). Histórico demográfico da cidade de São Paulo. Disponível em <http://sempla.prefeitura.sp.gov.br/historico/tabelas/tx_cresc.php>. Acesso em: 8 de maio de 2008.

SHERER-WARREN, I. **Movimentos Sociais, um ensaio de interpretação sociológica**. Florianópolis: Editora UFSC, 1984.

SILVA, A. A. (org.), CATELLI, R. PEREIRA, V.S. A experiência de Urbanização na Favela N. Sra. Aparecida. **Pólis: Urbanização de Favelas: Duas Experiências em Construção**, São Paulo, n. 15, p. 83-97, 1994.

SILVA, L. M.. O estranhamento causado pela deficiência: preconceito e experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, p. 424-434, 2006.

SPINK, M. J. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. São Paulo: Editora Cortez, 1999.

SPINK, P. A organização como fenômeno psicossocial: notas para uma redefinição da Psicologia do Trabalho. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v. 8 (1), p. 174-192, 1996.

URIBE, E. V. **A rádio popular da Vila Nossa Senhora Aparecida: uma proposta de comunicação popular**. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Universidade Metodista, São Paulo, 1997.